

copacabana filmes apresenta

deus e o diabo

na terra do sol

yoná magalhães
gerald d'el rey
othon bastos
mauricio do valle

um filme de glauber rocha
produção: luiz augusto mendes

DEUS

E O

DIABO

ASDUERJ

ASSOCIAÇÃO DE
DOCENTES DA UERJ

7

OCTUBRO DE 1995



PONTO DE VISTA

Avaliação Institucional

ARTE & CULTURA

100 anos de cinema

ADVIR é uma publicação da Associação de Docentes
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - ASDUERJ
Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, Bloco D, Sala 1026, Rio de Janeiro/RJ
CEP 20550-013 • Telefones: 2649314 e 2848322, ramais 7579 e 7128 • Fax: 284-4350

DIRETORIA BIÊNIO 93/95

Presidente: Eurico Zimbres
I Vice-Presidente: Ademir Figueiredo
I Secretário: Roberto Lopes de Abreu
II Secretário: José Fernando de Oliveira
I Tesoureiro: Gustavo Bayer
II Tesoureiro: José Carlos Xavier

CONSELHO EDITORIAL

Cláudia Gonçalves de Lima
Deise Mancebo
Eurico Zimbres
Gustavo Bayer
Ronaldo Coutinho

EDITORA RESPONSÁVEL

Cláudia Gonçalves de Lima

CONSELHO CONSULTIVO

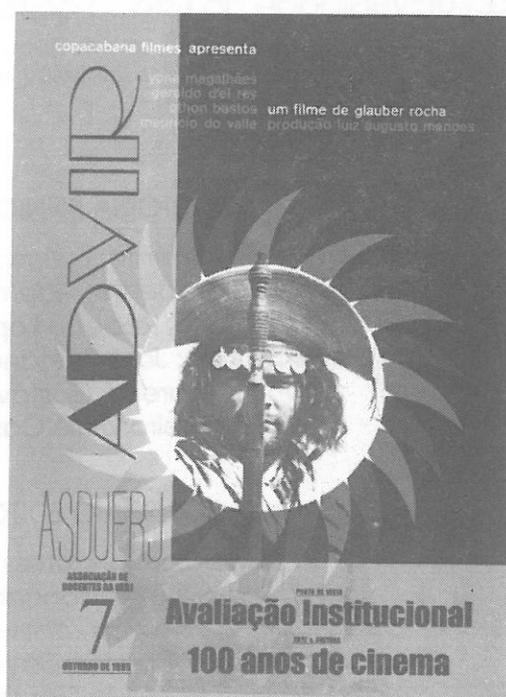
Antonio Carlos da Silva (Biologia) • Antonio Celso Pereira (Direito)
Carlos Alberto Mandarim (Biologia) • Claudio Ulpiano (Filosofia)
Décio da Rocha (Francês/Colégio de Aplicação)
Elisabeth Silveira (Educação) • Heliana Conde (Psicologia)
Hindenburgo Pires (Geografia) • Jader Benuzzi Martins (Física)
José Augusto Quadra (Medicina) • Junito Brandão (in memoriam)
Lená Medeiros (História) • Lilian Nabuco (Jornalismo)
Luiz Sebastião Costa (Engenharia) • Pedro Luiz Pereira (Desenho Industrial)
Rose Mary Serra (Serviço Social) • Sérgio Francisco (Música)

FICHA TÉCNICA

Edição Visual: Leila Braile
Revisão de Textos: Sérgio Franklin
Capa: Cartaz de Rogério Duarte
Fotografia: Max Nogueira & Daniel Ruiz Garcia
Execução gráfica: Sol Gráfica
Tiragem: 2.500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Aos filiados da ASDUERJ; Associações Docentes filiadas à Andes;
Instituições de pesquisa e ensino superior; Bibliotecas Públicas;
Câmara de Vereadores; Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
Executada pela Secretaria da ASDUERJ:
Arlete Cândido, Maxmiliano Nogueira e Marcello Silva.



Por louvável coincidência, no ano em que se comemora o centenário da invenção dos irmãos Lumière, anunciam-se boas novas para o cinema nacional.

Embora pareça um pouco cedo para se dar alta ao paciente - há muito desenganado -, os indícios de uma recuperação, ainda que frágil e lenta, começam a aparecer onde mais interessa: nas telas dos cinemas.

Advir saúda, mais que um século de cinema, *o século do cinema*, como diria Glauber Rocha. E como que nos coroando do "óbvio ululante", empunhamos na capa e no encarte deste número Corisco e a espada de São Jorge. Que ela sirva, se não para nos inspirar, para nos lembrar de que já produzimos imagens para este século. De resto, é uma singela homenagem "àqueles que nos formaram e estão a nos formar".

Agradecemos ao Templo Glauber, especialmente à Dona Lúcia Rocha, mãe do cineasta, que muito nos ajudou a realizar esta pequena homenagem.

6

ENTREVISTA
RENATO JANINE RIBEIRO



10

PONTO DE VISTA
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

22

ACADEMIA

54

HOMENAGEM
JUNITO BRANDÃO



56

ENSINO, PESQUISA & EXTENSÃO
RÁDIA UERJ

58

ARTE & CULTURA
100 ANOS DE CINEMA



64

CÁ ENTRE NÓS
cartas

ADVIR é uma revista semestral e publicará preferencialmente, artigos de professores da UERJ, que abordem temas relacionados à universidade em todos os seus aspectos: político, administrativo, acadêmico, científico e cultural. Por ser uma política que se propõe a atingir um público abrangente, ADVIR não publicará artigos científicos especializados. Serão aceitos, contudo, artigos de divulgação científica, que deverão ser escritos de forma a permitir o entendimento por leitores de outras áreas de conhecimento.

ENTREVISTA

Os Conselhos Editorial e Consultivo definirão o tema desta seção e indicarão nomes de possíveis entrevistados, aceitando-se sugestões de temas e nomes.

PONTO DE VISTA

Serão publicados artigos assinados, com opiniões diferenciadas acerca do tema central, previamente definido e divulgado.

ACADEMIA

Publicará artigos não-especializados a respeito da produção acadêmica de professores da UERJ. A cada número, ADVIR procurará contemplar as diferentes áreas de conhecimento. As contribuições para esta seção não necessitam estar relacionadas ao tema central.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Publicará matérias que analisem e divulguem projetos e experiências de interesse nestes campos.

ARTE & CULTURA

Publicará textos sob as formas de resenha, crítica ou artigo sobre temas relacionados aos campos da arte e cultura.

OPINIÃO

Publicará textos que expressem a opinião pessoal sobre tema de livre escolha do autor.

CÁ ENTRE NÓS

Publicará cartas recebidas, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial.

DOCUMENTO

Publicará material de caráter histórico e documental, no todo ou em parte, preferencialmente relacionado ao tema central da revista.

CRITÉRIO PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Artigos de alunos de graduação e Pós-graduação devem ser enviados junto a uma recomendação por escrito de um professor da área.

2. Notas e referências bibliográficas deverão ser colocadas ao final do texto, conforme padrão da ABNT.

3. Toda matéria recebida será submetida ao Conselho Consultivo, que decidirá em caráter definitivo da sua publicação ou não.

4. Fotos e ilustrações serão aceitas como contribuições, mesmo que não se façam acompanhar por artigos. As fotos e ilustrações que vierem a ser utilizadas serão publicadas em p/b ou em policromia caso venham a ser utilizadas na capa da revista e trarão os créditos do autor. ADVIR não se responsabiliza pela devolução do material recebido.

5. Os artigos deverão **necessariamente** ser enviados já digitados em programas compatíveis com o ambiente Windows.

6. A dimensão total dos textos não poderá ultrapassar o limite de 6 laudas, contendo cada uma delas 30 linhas, fonte times new roman, tamanho 12, em espaço duplo (incluindo-se referências bibliográficas, notas, gráficos, etc.)

7. O texto deverá vir **necessariamente** acompanhado do nome completo do autor, instituição e setor onde trabalha, última titulação, telefone e endereço completo.

8. Os artigos que pretendam publicação na edição do primeiro semestre de cada ano deverão ser entregues à secretaria da Asduerj até o dia 30 de novembro.

9. Os artigos que pretendam publicação edição do segundo semestre de cada ano deverão ser entregues à secretaria da ASDUERJ até o dia 30 de junho.

10. Independentemente destes prazos, os artigos serão recebidos em qualquer época do ano e, se aprovados pelo Conselho Consultivo, passam a fazer parte do Banco de Artigos da revista, aguardando publicação.

Em seu quarto ano e sétimo número, **Advir** fecha um ciclo. Essa é a última edição sob a responsabilidade da atual diretoria da Asduerj e do atual Conselho Editorial. A longevidade deste projeto, por si, já se anunciaria como motivo de grande orgulho para todos nós que acreditamos em seu sucesso. Porém, a constatação de que **Advir**, em tão pouco tempo, já se consolidou como canal privilegiado de debate e de divulgação acadêmica, em nossa universidade e fora dela, nos faz crer ainda mais nas possibilidades de construção de projetos coletivos na sociedade e na Uerj em particular.

Desde agosto de 92, **Advir** vem tratando de temas que, a despeito da urgência em sua abordagem, encontravam-se num limbo de discussão dentro da Uerj. Foi assim, no número Zero, com o debate em torno do Regime de Trabalho Docente e Dedicção Exclusiva e vem sendo assim com a Metapesquisa - reflexões sobre a produção científica na universidade, nº 1; Questões institucionais da universidade, nº 2; Leis de Diretrizes e Bases da Educação, nº 3; Brasil: quais os rumos?, nº 4; Universidade e sociedade, nº 5 e Universidade: notas para uma autocrítica necessária (edição especial, com a reedição do texto de Cristóvam Buarque), nº 6 e, agora, neste número, discutindo Avaliação institucional.

Afora vir cumprindo este papel fundamental e único de fórum de debate, nos orgulhamos de ser hoje um dos principais instrumentos de divulgação acadêmica dos professores de nossa universidade. Esta certeza se afirma a cada novo pedido de números extras pelas coordenadorias de mestrado; a cada nova indicação bibliográfica de **Advir** a alunos de graduação e pós-graduação e a qualidade cada vez maior dos artigos publicados.

A este breve balanço, ressalta como razão maior de nosso orgulho, o fato de **Advir** ter-se transformado, não no projeto de uma entidade ou de sua diretoria ou de seu conselho editorial - o que certamente comprometeria a sua existência -, mas do conjunto dos professores da Uerj. A todos que tem acreditado junto conosco, o nosso muito obrigado.

Diretoria biênio 93/95

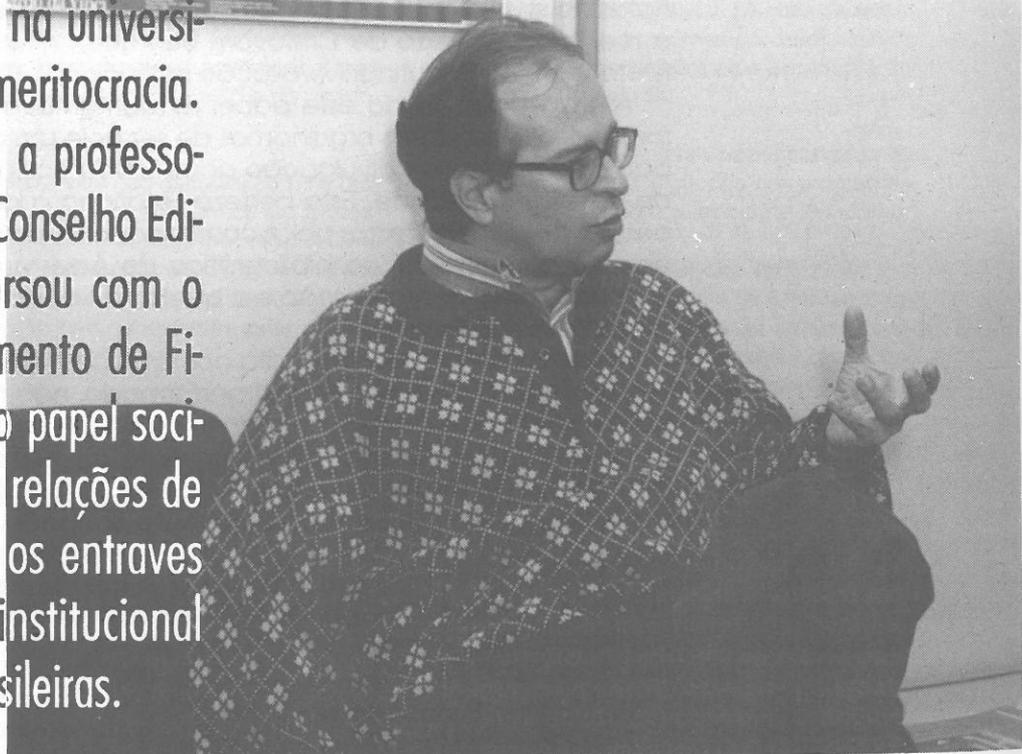
Presidente: Eurico Zimbres
I Vice-Presidente: Ademir Figueiredo
I Secretário: Roberto Lopes Abreu
II Secretário: José Fernando de Oliveira
I Tesoureiro: Gustavo Bayer
II Tesoureiro: José Carlos Xavier.

Através de um artigo publicado recentemente na Folha de São Paulo, o professor Renato Janine Ribeiro trouxe, de forma polêmica, a discussão da avaliação institucional para a grande imprensa.

No momento em que a universidade é levada a redefinir seus parâmetros às expensas de sua própria sobrevivência, Janine põe no centro da discussão a relação da universidade com a sociedade, vinculando a democracia na universidade ao discurso da meritocracia.

Durante duas horas, a professora Deise Mancebo, do Conselho Editorial de Advir, conversou com o professor do Departamento de Filosofia da USP sobre o papel social da universidade, as relações de poder na academia e os entraves para uma avaliação institucional nas universidades brasileiras.

ENTRE VISTA



entrevista DEISE MANCEBO edição SÉRGIO FRANKLIN DE ASSIS fotografia DANIEL RUIZ GARCIA

Renato Janine Ribeiro



Eu me referi à filosofia política do século XVI, mas poderia citar também Lênin e a crítica que ele, na esteira de Marx, faz ao que ambos chamam "a cretinice parlamentar".

ADVIR - Nós gostaríamos de saber a sua opinião sobre a Medida Provisória nº 938 a respeito da avaliação institucional, que pauta a questão da avaliação dos alunos e a eleição dos reitores.

Renato Janine Ribeiro - Na verdade, não tenho opinião precisa sobre essa Medida Provisória. Penso que muita coisa já foi dita a respeito. Não acho que seja o melhor modo de avaliar. Evidentemente, não se pode ter médicos, engenheiros e mesmo advogados que sejam irresponsáveis. Na verdade, se esta fosse uma generalização do exame de ordem que a OAB aplica para os advogados, não acredito que houvesse maiores problemas. Mas deveria ser para valer, impedindo a pessoa de trabalhar se tivesse um diploma ruim, se ela não tivesse aprendido a contento.

Independente disso, eu queria discutir uma coisa mais ampla. Entendo que, analisando-se em termos do que o governo fez ou vai fazer, cai-se muito facilmente numa polarização entre uma ou algumas propostas de avaliação do governo e a oposição a isso, representada pela ANDES-SN e pela CUT, que eu também acho equivocada. O que devemos fazer é desatar um impasse, que se está constituindo em várias áreas do país, sobretudo na parte da educação. No ensino superior, o principal impasse diz respeito a um certo mal-estar com a avaliação. Na USP, o mal-estar é grande, principalmente no setor de Humanas, devido ao lamentável episódio da lista dos improdutivos, publicada em 1988, pela *Folha de São Paulo*. Também há uma resistência grande em relação à avaliação, curiosamente a partir de setores mais à esquerda. Isso está levando a uma série de equívocos. Porque, afinal, é um erro defender a idéia de uma universidade autogerida, a partir de uma

visão errada do que significa democracia. Quando se fala da universidade autogerida, a universidade na qual o poder deveria emanar da comunidade interna, deixa-se de fazer uma discussão adequada sobre o que é democracia, ou melhor dizendo, sobre o que é "demos". O que é o povo? O povo da universidade é o povo interno da universidade ou é o povo brasileiro? Ou é o povo do Estado, no caso de universidades estaduais, como a UERJ e a USP? Há vários níveis em que você pode discutir. Pode-se dizer: é o povo que paga imposto para aquela instituição. Penso, a esse respeito, que é uma simplificação excessiva reduzir a relação povo-universidade, ou povo-Estado, ao fato de que o primeiro sustenta o segundo termo da relação, ao fato, pois, do imposto. Há, para além do imposto, uma série de formas pelas quais a sociedade sustenta a universidade. Mas, voltando à esquerda, acho muito triste que ela se tenha contentado com a idéia, que alguns chamam de corporativista, segundo a qual o povo reside em cada instituição, estando encerrado dentro dela. É uma idéia limitada de povo, que não dá conta da complexidade que este hoje assume.

ADVIR - Mas, voltando à universidade, quem avalia?

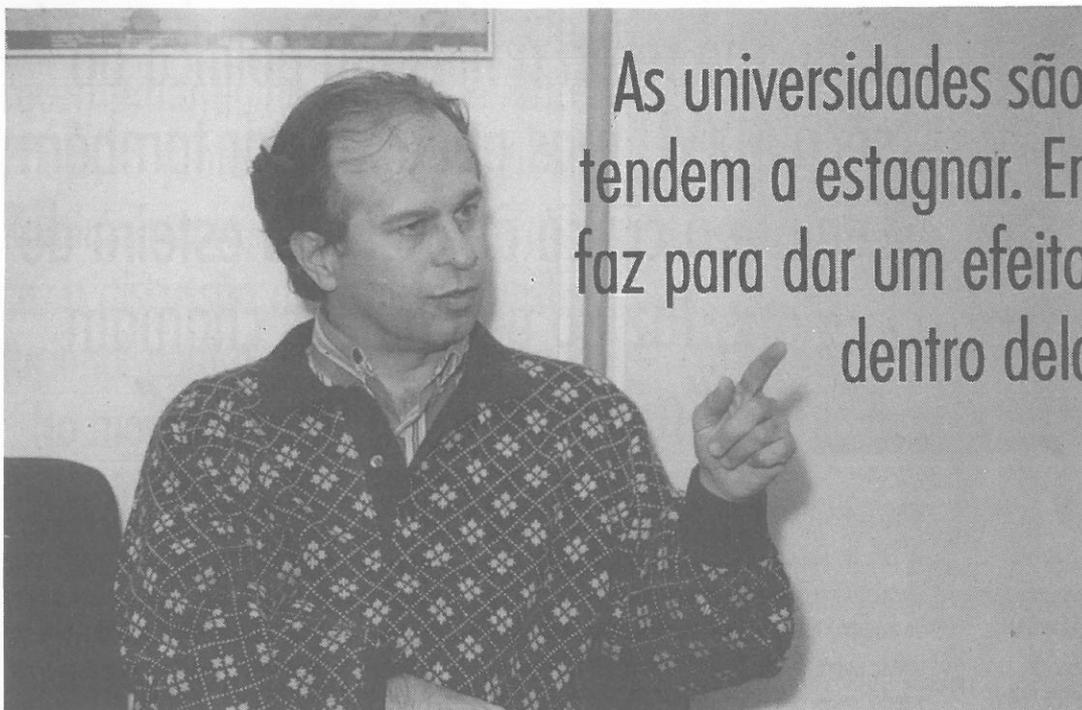
RJR - Aí, entramos na questão do poder. Qual o poder na universidade? A questão da eleição do reitor ou a questão do poder na universidade tem que ser pensada muito em função de quem é o povo: a que povo ela está ligada. O poder na universidade deve ser exercido por quem? E de que forma? Só que aí eu faria uma distinção entre uma visão mais conceitual e uma prática. Por exemplo, o sistema hierárquico pretende ser

uma aplicação do mérito, e isso é absolutamente correto. Em princípio, se a universidade está a serviço do povo, ela tem que dar o melhor serviço para o povo. Por isso, é um equívoco você dar estabilidade, condição de efetivo ou acesso a cargos de destaque a quem não cumpriu o requisito mínimo, que é o doutorado.

Por outro lado, constata-se que a eleição direta traz uma certa mobilização, uma discussão de programas: isso é uma coisa boa. Um número maior de pessoas é envolvido no processo acadêmico. Mas há um ponto que gostaria pelo menos de sugerir contra a eleição direta: não se ganha muito tendo-se, nos órgãos de decisão, gente que não tem um compromisso de execução. Porque estas pessoas não se comprometem a fundo com uma série de assuntos. Este ponto, aliás, aparece na filosofia política do século XVI, com a idéia de magistrados inferiores, isto é, aqueles que têm um poder que, em princípio, é subordinado ao do rei, porque participam do poder. É assim que o poder se descentraliza e capilariza. Você pode eleger um reitor com voto maciço da comunidade, mas não será com estas pessoas que ele vai gerir a universidade. As pessoas que estão colocando a mão na massa são outras, podem ser de uma outra linha. E aí, como ficam as coisas?

ADVIR - Mas, como fazer com que a sociedade interfira na escolha do reitor, sem ser através de sua simples nomeação pelo governador?

RJR - Aqui eu vou falar de uma utopia. Em primeiro lugar, é interessante que participem da eleição, sobretudo, pessoas que estão envolvidas na execução. Eu me referi à filosofia política do século XVI, mas poderia citar também Lênin e a crítica



As universidades são órgãos que tendem a estagnar. Então, como se faz para dar um efeito de revolução dentro dela?

que ele, na esteira de Marx, faz ao que ambos chamam "a cretinice parlamentar". Na verdade, trata-se da idéia de que o meu voto colocado na urna vale sozinho. Para eles, mesmo na reeleitura que Engels faz de Marx no fim do século XIX, mais democrática, mais eleitoral, menos insurrecional, fica evidente que o voto vale pouquíssimo se não estiver ligado a uma execução. Você tem que, de alguma forma, pensar em ter órgãos que sejam de execução, que sejam preenchidos de uma forma eletiva, sempre que possível, não nomeado pelo reitor. Eletiva, mas com exigência de mérito. Disso não se deve abrir mão. Mas, enfim, há muitas formas de dosar isto: dosar o mérito, que se expressa na qualificação do docente, e a revolta digna, necessária, do estudante. Seria interessante equacionar essas coisas e pensar como isso atua na eleição para um chefe de departamento; de um diretor de instituto ou faculdade; de um reitor.

Acrescentaria um outro ponto: a presença de um elemento externo ao setor. Hoje, isso funciona, *grosso modo*, na idéia da lista tríplice. O processo da lista tríplice tem legitimidade, porque a universidade não existe para si mesma. Ela é, segundo o argumento mais conservador, sustentada pelos contribuintes; e, segundo o argumento mais democrático, pertencente ao povo. Seja como for, a legitimidade da lista tríplice está justamente no seu dever contas à sociedade, se o presidente ou

o governador do estado é eleito democraticamente, é normal que ele nomeie. Mas me pergunto se não podemos pensar numa forma mais interessante de atuação. Por exemplo, ao invés de você fazer a lista tríplice, você teria uma parcela de votos nessas eleições que seria atribuída a setores externos à universidade ou, no caso das eleições nas unidades, externos à faculdade ou ao departamento.

Vamos supor a eleição de um chefe de departamento: a gente sabe que se o processo for fechado torna-se corporativista, estagna, a tendência é repor as mesmas situações, é não revolucionar, não corrigir o que está errado. Podemos aí inventar alguns critérios mais. Vamos supor que um departamento não tenha um nível tal de qualificação na CAPES: pode-se estabelecer que uma certa parcela de votos será destinada a outros programas de qualificação que tenham esse nível.

ADVIR - Mas, de qualquer modo, o critério da qualificação, da competência deve estar presente em qualquer tipo de representação na universidade...

RJR - Você tem que ter qualificação, mas também com a participação do estudante, e, além disso, das pessoas que foram formadas aqui, que foram para o mercado de trabalho e que lá percebem as deficiências na sua formação ou as deficiências da sociedade, como quer que seja. Elas precisam ter

uma parcela de decisão aqui dentro. Na Argentina, na luta pela tripartitária, em Córdoba (1918), o terceiro elemento não eram os funcionários e sim os ex-alunos.

Por outro lado, não adianta você pensar a presença da sociedade como sendo a das forças econômicas. A USP tem uma velha tradição de presença das três federações empresariais: indústria, comércio e agricultura - FIESP, FCESP e FAESP; desde 88, ela tem um representante dos sindicatos. É inútil, tudo isso é inútil. Você não tem absolutamente pessoas que venham aqui para dizer: a visão que o empresariado tem da universidade é essa. Nem dos sindicatos. São quatro representantes, três do empresariado e um dos trabalhadores. Mas nem adianta você dizer: "queremos três trabalhadores". Isso não mexe em nada. Se a gente quiser mexer, tem que pensar em outras formas, formas inclusive mutáveis no tempo. Precitaria se pensar em formas que tenham uma certa agilidade.

ADVIR - Essa participação externa nas eleições seria uma forma de avaliar...

RJR - Em primeiro lugar, a gente tem que verificar certos equívocos de direita e de esquerda sobre avaliação. É um grande equívoco de direita achar que a avaliação vai economizar dinheiro. Esse erro tem que ser desfeito. O que a avaliação visa fazer

é que o dinheiro aplicado vingue muito mais. E há várias razões para se duvidar que ela economize dinheiro, desde o fato de que, provavelmente, os docentes ruins terão alguma forma de estabilidade que tornará difícil demiti-los, até o fato de que você pode, a partir do mapa de uma avaliação, tomar várias opções diferentes e até contraditórias. Pode, a partir de uma avaliação que mostre que um departamento é ruim, decidir fechá-lo. Isso é inteiramente legítimo. Ainda mais se houver algum departamento bom na mesma região geográfica que trate do mesmo assunto. Mas você também pode investir para melhorá-lo: se você tem alunos querendo fazer esse curso; se a pesquisa pretendida for uma coisa que interesse ao país, à região geográfica ou ao Estado.

A idéia básica da avaliação só pode ser maximizar em duas linhas: formação de recursos humanos e pesquisa. Avaliar não pode resumir-se em fazer um mapa e ponto final. Se você tem gente ruim e pode demitir, então tem que demitir. As pessoas têm que se acostumar a serem avaliadas. Aí entra um problema que acho muito grave na nossa cultura, na nossa sociedade, o fato de não estarmos preparados para ser avaliados e criticados, de nos indignarmos com o fato de nos criticarem. Por isso é difícil ter um processo avaliador onde a cultura de avaliação não se instaura. O que se passará a ter será um certo abandono e apodrecimento. Não creio que o governo ou o poder público vão investir pesado no sentido de reprimir quem não for avaliado: vai, sim, deixar apodrecer.

Aí temos outro ponto: qualquer que seja nossa posição política, a tendência é a um binômio de desregulamentação mais avaliação. Isso não é monopólio da direita ou tese necessariamente neoliberal. No Brasil, temos uma cultura das regras, que é extremamente detalhista. Mas todo o enxugamento de normas, que é altamente positiva, só pode se legitimar caso esteja acoplado a uma política de avaliação.

A perda de tempo com atividade burocrática é uma coisa que tem que ser pensada. Mas você só repensa isso se começar a pensar mais nos fins do que nos meios. Por bem ou por mal, vivemos hoje a ruína de uma tecnologia de administração do setor público. Com isso, chegamos a um problema de muita gravidade: não se consegue monitorar toda a complexidade de ações. Acabamos nos perdendo nos detalhes. Esteriliza-se o pessoal mais

competente. Isso é gravíssimo! Você investe em um pesquisador e depois esteriliza o trabalho dele. Temos que pensar numa outra forma de atuação nesse campo, temos que romper com o sistema que desemboca no absurdo.

Advir - Tem que se pensar no caso da avaliação de uma forma mais ampla. Se você a pensa pequena ou se pensa somente, como você colocou, em cima da produção docente, você perde essa dimensão que é a avaliação da instituição como um todo, perde inclusive essas questões que você está colocando...

RJR - As universidades são órgãos que tendem a estagnar. Então, como se faz para dar um efeito de revolução dentro dela? Aqui em São Paulo, esse efeito foi realizado nos anos 60 e 70 pela criação da Unicamp. O fato de criar-se e desenvolver-se a Unicamp causou um choque de volta sobre a USP. A USP, que era a velha universidade, parada, viu os jovens doutores que não tinham espaço dentro dela irem para a Unicamp - e criarem novos grupos, uma outra filosofia. A USP tem uma velha idéia universitária de atuar em todas as áreas do saber. A Unicamp aposta em algumas. Não precisa ter tudo, não precisa ter todas as línguas. Aposta em espanhol, com vistas à literatura hispano-americana. Não desenvolvem um setor de francês, alemão, inglês, etc e tal.

Mas o problema é que não dá para a cada trinta anos você ter uma nova universidade.

Então, temos duas possibilidades de choque na universidade. Um é o choque exógeno, que a criação de uma UnB ou uma Unicamp efetua no *establishment*. Na atual conjuntura, parece, porém, que o choque terá de ser endógeno, ou pelo menos que não passará mais pela constituição de uma nova universidade de ponta. Por isso, a questão que se coloca para nós é: como acabar com nossa tendência à inércia? como gerar, dentro da universidade, condições que a levem a constantemente se criticar e colocar?

Advir - Acho que você contemplou todos os aspectos que nos interessava discutir. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

RJR - Há um ponto que eu acho importante retomar, o que é externo à universidade, a socieda-

de. O que significa a *sociedade*? O discurso dominante hoje, sobretudo nos setores mais à direita, é que a sociedade são os contribuintes identificados, as pessoas de maior renda, em suma, os donos do capital. Ora, isto é um equívoco muito grande, que tem a ver com uma questão interessante: quando se fala na sociedade, o alvo é o capital; quando se fala em *o social*, se pensa em carentes. É uma curiosa esquizofrenia, que faz com que o substantivo - talvez por se prestar melhor à idéia de atividade - esteja ligado às classes proprietárias dos meios de produção, enquanto o adjetivo, que vem a expressar quase que uma passividade, se prenda ao social. Os carentes só entram como passivos, só são sociedade enquanto seres passivos.

Por isso, quando se fala na relação da universidade com o seu outro, há uma tendência muito grande a pensar que a universidade deve mais e mais se ligar às empresas. Ora, acho muito importante a universidade se ligar às empresas, sobretudo, para fazer um choque tecnológico na empresa, e, ao mesmo tempo, acostumar a universidade a propor soluções para o Brasil, nos setores em que isto faz sentido. Não se pode pensar um setor de agronomia, de engenharia, desvinculado do mundo empresarial ou da produção. A universidade deve dialogar com a empresa como unidade de produção, independentemente de ser ela de capital privado, capital público, social, cooperativa, comunitário.

A universidade tem uma responsabilidade social, mas é bom lembrar que a sociedade inclui muitas outras formas de organização. Inclui sindicatos, organizações comunitárias de vizinhança, inclui pessoas que estão unidas por terem os mesmos credos, religiosos ou políticos, etc. Pensar a relação da universidade com a sociedade é pensar toda essa pluralidade. Se não for assim, acabamos fechando a universidade sobre si mesma - o risco que a esquerda está namorando - ou, então, atrelando-a a empresas - o que também não é fácil, porque não é simples você convencer o empresário de que é um bom negócio para ele investir numa tecnologia brasileira, que é uma coisa de risco, quando ele pode comprar uma tecnologia pronta lá fora, eficaz para seu uso imediato, ainda que renunciando a buscar as técnicas mais adequadas a nossas condições naturais e humanas.

Avaliação Institucional na Uerj: relato de uma experiência

Avaliação Institucional não é um tema desconhecido para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desde a sua origem, esta Universidade passou por diversas experiências de avaliação, sem que, entretanto, houvesse continuidade. À memória dessas iniciativas, somam-se os esforços que vêm sendo empreendidos para dotar a Universidade de um fluxo de informações, que permita a todos os setores instituir um processo de autodiagnóstico contínuo, tornando a UERJ capacitada para inserir-se no debate nacional e internacional, comparando-se e diferenciando-se das outras instituições de ensino superior, sem perder de vista suas especificidades históricas. Portanto, o novo na UERJ é a decisão política de implantação de um Sistema Institucional de Avaliação.

Em agosto de 1993, o Reitor criou o Sistema Institucional de Avaliação da UERJ através do Ato Executivo de Decisão Administrativa 035/93 e nomeou uma Comissão de Assessoramento (Portaria 239/93) constituída por um representante de cada Sub-Reitoria (Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa, Extensão e Cultura), COPAD (Comissão Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente) e DIPLAN (Diretoria de Planejamento), com a atribuição de elaborar uma proposta que fosse o ponto de partida para a retomada da discussão sobre avaliação.

No final de três meses, a Comissão apresentou a proposta para ser discutida pelo Reitor e os demais integrantes da administração central. Após alguns ajustes, foi a mesma encaminhada ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB/MEC/SESU, sen-

do aprovada e considerada inovadora, recebendo como recomendação que se apresentasse uma proposta de avaliação externa.

A proposta que a UERJ tem hoje de avaliação interna e externa, publicada na série Políticas Institucionais nº 4, não parte de um modelo ou padrão estabelecido a priori. Buscou-se na sua elaboração, encontrar caminhos próprios que respeitassem as características e as vocações da Universidade. No que se refere a avaliação externa, considerou-se que não seria pela simples inclusão de elementos externos à instituição nas diversas etapas do processo, que se obteria qualquer avanço em direção aos aspectos extrínsecos da avaliação. Até porque em 1988, a UERJ criou uma Comissão Acadêmica de Análise Institucional, composta na sua maioria por professores de outras Instituições Universitárias e o relatório produzido por esta comissão causou um impacto bastante negativo no interior da Universidade que, ao invés de discutí-lo e criticá-lo, reagiu ao mesmo com o silêncio. É certo afirmar que naquele momento ainda não existia um clima propício a avaliação, talvez porque a visibilidade da crise da universidade brasileira não fosse tão evidente.

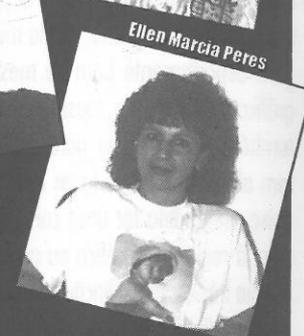
Considerando que processos de avaliação para subsidiar decisões quanto à alocação de recursos já vêm sendo implementados com êxito por órgãos governamentais, optou-se pela avaliação externa por pares, adotando metodologia capaz de considerar, na análise, aspectos de mercado tais como critérios econômicos, questões relativas à satisfação social e impacto no meio ambiente, entre outros.



Maria Heleosina R. Pessoa



Amélia Rosa Sá Barretto



Ellen Marcia Peres

AMÉLIA ROSA SÁ BARRETTO¹
ELLEN MARCIA PERES²
MARIA HELEOSINA R. PESSOA³

**AS AUTORAS SÃO,
RESPECTIVAMENTE:**

¹ Diretora do Departamento de Ensino e Graduação. Representante da SR-1 na Comissão de Avaliação. Mestre em Sociologia. Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UERJ.

² Diretora do Departamento de Extensão. Representante da SR-3 na Comissão de Avaliação Institucional/UERJ. Livre Docente em Enfermagem. Professora da Faculdade de Enfermagem / UERJ

³ Representante da SR-2 na Comissão de Avaliação Institucional / UERJ. Professora da Faculdade de Ciências Médicas. Doutora em Ciências Biológicas.

Foi proposta a avaliação externa segundo o enfoque das redes, estabelecido por CALLON (1992), considerando-se a inserção da instituição na rede de ensino, ciência e tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, devendo o processo ser capaz de identificar atores, mobilizá-los, estabelecer seus papéis e avaliar seu desempenho, no que se refere aos objetivos de toda a rede.

O Sistema Institucional de Avaliação - UERJ baseia-se na noção de processo voltado para o auto-conhecimento da Universidade, devendo ser subsidiado por pesquisas e análise qualitativas de informações quantitativas. Estas últimas poderão ser organizadas em séries históricas, de modo a sinalizar as tendências do padrão de desenvolvimento, alcançado por cada uma das unidades definidas como objeto de avaliação, isto é, cursos de graduação e pós-graduação e/ou unidades organizacionais acadêmicas e técnico-administrativas, visando a melhoria da qualidade do desempenho.

A noção de qualidade deverá ser construída no processo de avaliação, a partir de parâmetros que vinculem os objetivos a serem alcançados às exigências mutantes das comunidades internas à Universidade e às metas institucionais traçadas para um determinado período considerando a conjuntura.

Cabe ressaltar que, ao basear-se em indicadores de evolução, a proposta permite que cada unidade se analise ao longo do tempo, tomando a si mesma como seu referencial. A análise de cada unidade dentro do contexto interno e externo constitui, portanto, etapa que se segue ao amadurecimento de seu próprio perfil, através do acompanhamento reflexivo de sua evolução, e de sua projeção para o futuro, a curto, médio e longo prazo.

Assim o processo de avaliação toma como parâmetro a qualidade dos padrões encontrados em cada uma das unidades, as quais podem buscar seu aperfeiçoamento, sua suficiência e suas vantagens relativas para atingir um outro patamar a ser estabelecido, tomando sempre como referência as áreas eleitas como Focos de Avaliação, conforme apresentadas a seguir: objetivos e metas da



instituição; formação, aprendizagem e destino dos estudantes; desempenho dos professores; atividades de ensino, pesquisa e extensão; desempenho do corpo técnico-administrativo; desempenho da administração e da gestão financeira; desempenho dos conselhos deliberativos e influência da instituição na comunidade e na sociedade em geral.

Resultados Preliminares

A despeito dos recursos do MEC só terem sido disponibilizados a partir de janeiro/95, o processo de avaliação propriamente dito, teve continuidade na UERJ com a realização de um trabalho de autodiagnóstico por parte das Unidades Acadêmicas já em agosto de 1994. Foi apresentado para as referidas unidades um roteiro de sugestões e solicitada a elaboração de diagnóstico a partir de uma perspectiva qualitativa, que refletisse os aspectos peculiares a cada faculdade ou instituto com base nos dados divulgados no relatório UERJ/93, anuário DATA UERJ/92 e no conjunto de indicadores desenvolvidos para cada unidade. Esclareceu-se que informações específicas poderiam ser pedidas diretamente às SRs ou encaminhadas à comissão de assessoramento, quando houvesse necessidade.

O resultado do trabalho desenvolvido nessa etapa resultou num seminário interno, com três dias de dura-

ção, realizado no final de novembro/1994. A dinâmica adotada foi a de grupos de trabalho compostos por unidades de diferentes centros setoriais para a apresentação e discussão dos seus respectivos autodiagnósticos e sessão plenária para discutir a proposta de avaliação institucional elaborada pela comissão.

Nessa etapa foi de fundamental importância a participação do Reitor Prof. Hésio Cordeiro, que não só assinou a documentação de convocação, como também esteve presente em diversos momentos das discussões.

Das 26 Unidades Acadêmicas, 13 entregaram seus relatórios no prazo estabelecido, 7 concluíram após a realização do seminário e as 6 restantes reiteraram por diversas vezes a intenção de cumprir a solicitação, mas não o fizeram até a presente data.

Cabe registrar as dificuldades encontradas durante o processo de autodiagnóstico, considerando-as como desafios a serem enfrentados pela Universidade. Assim, em atenção as particularidades de cada uma das unidades, foi prevista a necessidade de se respeitar o tempo de cada uma delas, quanto ao cumprimento dos prazos e também, as suas especificidades expressas não só na maneira de organizar seus relatórios como nos assuntos priorizados.

Desse modo, os autodiagnósticos entregues refletem as diferenças existentes, não só entre as unidades, mas também no interior de cada uma, à medida em que nem todas conseguiram consolidar num único relatório os autodiagnósticos realizados, seja pelos departamentos responsáveis por cursos de graduação, como por aqueles organizados por conjuntos de disciplinas afins. Isto de certa forma espelha o estado de fragmentação interna das Unidades Acadêmicas.

De modo geral, observou-se a existência de Unidades em diversos graus de evolução dentro do processo de avaliação institucional, o que resulta para cada uma graus também diferenciados de planejamento e de formulação de projeto acadêmico. Assim como, a indefinição de um projeto acadêmico evidencia a dificuldade das mesmas de tomar decisões e de formular propostas, que possibilitem a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Talvez por isso, vários relatórios ao

abordarem a relação ensino/aprendizagem detectam como problemas a serem enfrentados, apenas as deficiências consideradas originárias, tanto da seleção via vestibular, como aquelas oriundas da formação no 1º e 2º graus e da imaturidade dos alunos, devido a atual possibilidade de ingressarem cada vez mais jovens na universidade. Enquanto os relatórios de unidades, nos quais pode-se perceber o amadurecimento da discussão em torno de um projeto acadêmico que privilegia, principalmente, a melhoria da formação dos alunos, o equacionamento dos problemas referentes à evasão e a diminuição do tempo da integralização curricular, o encaminhamento de proposições para a superação dos problemas relativos ao ensino articulam-se à programação das demais atividades já em desenvolvimento ou projetadas pelas mesmas, permitindo a visualização de um planejamento integrado.

Cabe ressaltar que todas as unidades que enviaram relatórios demonstraram algum crescimento nos últimos oito anos, quanto ao número de professores, a criação de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, ao desenvolvimento de programas e projetos de extensão, a capacitação docente, a produção e divulgação do conhecimento, a racionalização e/ou reforma dos currículos e o equacionamento das atividades de administração acadêmica. Ao mesmo tempo, indicam as dificuldades encontradas, no que se refere, fundamentalmente, a carência de recursos humanos e de infra-estrutura. Ressaltando, no entanto, os esforços que vem sendo empreendidos pela Universidade, visando o equacionamento dos problemas e dificuldades. Nesse quadro, destaca-se o SIDES - Sistema de Desembolso Descentralizado, implantado à partir de 1992, com o objetivo de permitir aos executores das atividades-fim, Unidades Acadêmicas, Departamentos, Laboratórios e Programas, a decisão e a aquisição de insumos básicos a manutenção cotidiana de suas atividades. Ficando clara a disposição de investimento e de crescimento por parte das Unidades Acadêmicas, sobretudo no que diz respeito a melhoria da qualidade.

Cumprir registrar ainda, no contexto das dificuldades, talvez a mais importante, explicitada das mais diver-

sas formas, relativa à inexperiência na elaboração de um autodiagnóstico centrado na análise qualitativa, face a tendência quantitativista, dominante na sociedade, parece mais fácil analisar números, como se esses não expressassem também qualidades, positivas e negativas.

Percebe-se também algum grau de resistência, ainda que relativa, quanto a prática da auto-avaliação, expressa na omissão de aspectos negativos detectados pelas unidades, mas apresentados de maneira escamoteada. O que provavelmente encontra-se relacionado, não só com o temor da comparação, como também com a necessidade de se encontrar formas de romper definitivamente com a cultura dominante do aspecto punitivo da avaliação, assim como enfrentar o desafio de se estabelecer cobranças diferenciadas para realidades específicas.

Nesse sentido, é exemplar o registro constante em alguns relatórios quanto as dificuldades encontradas por elas na realização cotidiana das atividades de administração acadêmica, onde se inclui a tarefa da avaliação. Acrescentando a esse fato, o valor secundário que a Universidade, nos dias atuais, tende a imprimir a essas atividades, quando se trata do reconhecimento acadêmico, a prioridade encontra-se centrada na obtenção de titulação, na produção de conhecimento e na sua posterior divulgação via seminários, congressos e publicações.

Por fim, alguns relatórios reclamam por uma revisão dos critérios hoje utilizados para alocação da carga horária, a qual deverá ser feita aliada a uma rediscussão dos indicadores de desempenho, atualmente utilizados, que leve em conta o perfil de cada curso.

O Atual Momento da Avaliação na Uerj

A partir do seminário realizado em fins de novembro de 1994, decidiu-se pela continuidade do processo de avaliação, com a manutenção de todas as suas características. Para tal, julgou-se necessária a permanência dos integrantes da comissão elaboradora do projeto, para que essa atuasse de forma tutorial, garantindo a continuidade da implantação do sistema; ao mesmo tempo, reconheceu-se a importância da ampliação dessa

comissão, através da incorporação de outros membros a serem conquistados junto as unidades; além da urgência de se buscar formas que possibilitassem um maior envolvimento tanto dos servidores não-docentes, como do corpo discente; ficou resolvido ainda que se providenciaria uma forma de publicação dos relatórios de auto-diagnóstico, realizados pelas Unidades Acadêmicas e que se realizaria um seminário para se discutir questões, principalmente, metodológicas relativas a avaliação, se possível ainda no início de 1995.

Até o presente momento, a exceção do seminário, o qual deve ser realizado até o final do corrente ano, as deliberações relacionadas acima foram levadas a efeito da seguinte maneira: a) a comissão foi ampliada tanto de forma espontânea, por adesão dos docentes que participaram do seminário, como por indicação encaminhada pelas unidades, em resposta a novo convite para participação no processo; b) quanto aos relatórios de autodiagnósticos ficou decidido que seriam sintetizados, a partir de um roteiro padrão que possibilitasse a expressão das diferenças e identidades; c) foram elaborados roteiros de autodiagnósticos específicos para os servidores técnico-administrativos e para os discentes, sendo os mesmos discutidos na comissão ampliada, já com a presença de representantes do corpo discente e de servidores docentes e não docentes.

A participação de servidores técnico-administrativos e de discentes, ainda que descontínua, permitiu o desenvolvimento dos trabalhos de forma semelhante aquele efetuado anteriormente. Assim, os relatórios de autodiagnóstico, concluídos por esses segmentos, começaram a retornar à comissão, em julho de 1995, a quem caberá supervisionar a organização de sua síntese, de forma similar àquela realizada para as Unidades Acadêmicas, visando aglutinar e consolidar as informações, conforme ficou definido no âmbito da referida comissão ampliada, o que permitiria à UERJ, ao final dessa etapa complementar, o diagnóstico de suas atividades meio e fim, produto do olhar acadêmico docente e discente e também dos servidores técnico-administrativos.

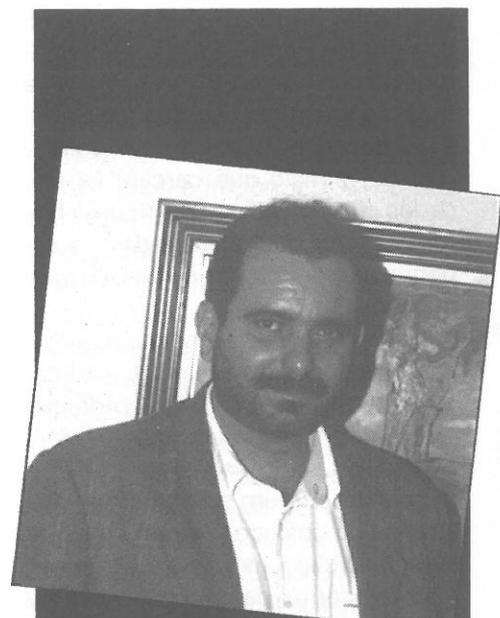
A Avaliação Institucional na Faculdade de Serviço Social

O presente artigo tem como propósito socializar algumas informações sobre o processo de Avaliação Institucional da Faculdade de Serviço Social da UERJ, iniciado em 1994, assim como sublinhar o seu significado dentro da própria trajetória da unidade e do atual momento da vida universitária brasileira. Distancia-se, assim, de um resgate tópico centrado apenas no que poderia ser considerado como específico desta experiência para reafirmar um caminho um pouco mais instigante, o de buscar expressões e traços presentes na mesma que favoreçam uma reflexão tanto do processo da UERJ como da Avaliação Institucional enquanto tema de suma relevância nos dias atuais.

Para uma melhor compreensão dos motivos que levaram a Faculdade de Serviço Social da UERJ a eleger a Avaliação Institucional como um tema importante de ser enfrentado, até com certa urgência e prioridade, cabe recuperar alguns elementos balizadores de sua história mais recente. Inclusive, este recorte histórico pode ser tomado como uma preocupação inicial para qualquer unidade acadêmica que se proponha a desenvolver uma experiência nesta direção,

à medida em que, tanto a decisão de encaminhar um processo de avaliação, como os rumos teórico, instrumental e político, seguidos pelo mesmo, são fortemente marcados pela cultura institucional destes estabelecimentos, ou seja, pela dinâmica dos projetos políticos e acadêmicos que os atravessam.

Desde o início dos anos oitenta, a Faculdade de Serviço Social vem experimentando um rico e intenso processo de democratização e expansão da sua vida acadêmica. Tendo como marco deflagrador deste processo o movimento empreendido a partir da greve de 1982¹, a unidade vem, desde então, tentando modificar uma série de práticas já enraizadas seja no jogo do poder institucional da universidade seja no interior da formação profissional em Serviço Social. Desta forma, a construção da recente história da faculdade vem sendo constantemente marcada por uma certa dose de rebeldia associada a uma forte necessidade de ousar. Sem este duplo impulso, o contorno que a Faculdade de Serviço Social vem sedimentando tanto na UERJ como no âmbito das escolas de Serviço Social no Brasil seria impossível, princi-



NEY LUIZ TEIXEIRA DE ALMEIDA

O autor é Professor do Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social da FSS/UERJ e mestrando em Educação na Universidade Federal Fluminense/UFF.

...
Este texto foi elaborado tendo por base uma comunicação sobre o tema apresentada no XVI Encontro Regional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - Região Leste, em novembro de 1994, em Juiz de Fora-MG.

¹ Este movimento foi deflagrado pelos alunos da Faculdade de Serviço Social a partir de uma greve que durou cerca de 35 dias e que tinha como objetivo a readmissão de cinco professoras destituídas de suas atividades acadêmicas de forma arbitrária pela direção da unidade. O processo acabou envolvendo todo o segmento estudantil e certa parcela dos professores, ampliando-se de tal forma que acabou por representar um reordenamento do próprio projeto político-acadêmico da unidade, culminando com a eleição de novos diretores para a unidade e alicerçando todo o conjunto de mudanças que a faculdade sofreu desde então. Para uma melhor compreensão deste processo ver FRANCO (1994).

palmente frente as fortes marcas patrimonialistas que ainda encontramos na universidade², a ausência de tradição intelectual no Serviço Social e ao sentimento de menos-valia e pouco prestígio que cercam as unidades acadêmicas que têm uma história institucional assentada nas experiências de ensino a nível de graduação.

Em consonância a esta perspectiva é que a faculdade passou a adotar certas práticas e procedimentos que ou não eram os predominantes dentro da UERJ ou passaram a ser muito depois de já terem sido incorporados à rotina da unidade. Situam-se neste elenco as eleições para os cargos dirigentes dentro da unidade, a realização de concursos públicos para contratação de professores, a realização de seleções públicas para contratação de professores substitutos, a realização periódica de assembléias para se deliberar sobre as principais políticas e processos da faculdade, a maior dinamização da vida acadêmica dos departamentos, a realização freqüente de reuniões gerais e departamentais, a realização semestral de conselhos de classe e a constante preocupação com o curso de graduação.

O conjunto dessas ações acabou gerando uma certa cultura institucional que, no plano mais próximo ao das preocupações e práticas voltadas para a avaliação de suas atividades acadêmicas, resultou em dois processos de revisão curricular nos últimos dez anos, como na realização de conselhos de classe, avaliações de disciplinas e encontros de pesquisa, extensão e estágio, ainda que com uma periodicidade não muito regular.

Percebe-se, assim, nesta trajetória, que a preocupação da faculdade com as suas atividades não esteve restrita à esfera do ensino de graduação, embora ela tenha sido alvo cen-



A preocupação da faculdade não esteve restrita à esfera do ensino de graduação

tral dos processos e práticas postos em marcha. Tão logo a faculdade avançava em seu projeto político-acadêmico para uma nova esfera, as práticas a ela circunscritas passavam a ser objeto de avaliação de alguma forma, seja em reuniões departamentais, em reuniões gerais ou através de relatórios de atividades solicitados aos agentes envolvidos.

Destarte, as justificativas para este tipo de investimento, ou cuidado, podem ser encontradas tanto na história institucional da unidade como fora dela, já que as matrizes éticas, políticas e acadêmicas de sustentação deste esforço não lhes são exclusivas. Ao passo que boa parte desses projetos e preocupações fazem parte do horizonte das lutas travadas em prol de uma universidade pública, de qualidade e com nítidos compromissos sociais, em particular com os problemas enfrentados pelo Estado do Rio de Janeiro, também podem ser reconhecidas, nesses projetos, as al-

ternativas encontradas e definidas pela faculdade que guardam uma estreita vinculação com a sua própria história. E, dentro deste raciocínio, destacam-se três importantes referências para a compreensão da especificidade das expressões destas matrizes na Faculdade de Serviço Social da UERJ, a saber: a luta constante pela democratização das formas de gestão da unidade e das práticas pedagógicas em seus vários níveis, a preocupação constante com a utilização da carga horária docente e com a execução das atividades previstas e o reconhecimento de que apesar da sua trajetória universitária estar intimamente relacionada ao ensino de graduação, ela não deve se reconhecer apenas como um curso dentro da dinâmica acadêmica da universidade. Ainda que não as únicas referências, essas três acabam sobressaindo no processo de compreensão dos fatores mobilizadores do enfrentamento, dado pela faculdade, à questão da Avaliação Institucional.

Nota-se, com bastante clareza, que, se desde o movimento de 1982 a faculdade vem experimentando diversas práticas avaliativas do conjunto de suas atividades, foi, contudo, a partir do segundo processo de revisão curricular (1989-1992) que a unidade manifestou publicamente seu interesse em eleger a Avaliação Institucional como objeto de estudo e questão a ser encaminhada. A pertinência deste tema para a Faculdade de Serviço Social passou a ser expressa, desta forma, em diversos eventos e espaços. Dentro do circuito acadêmico do Serviço Social, esta discussão começou a ganhar corpo justamente por iniciativa da nossa unidade, chegando a ser constituído um Grupo de Trabalho sobre o tema dentro da estrutura regional de funcionamento da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS).

² Estas marcas têm uma larga proximidade com o próprio processo de constituição da antiga Universidade do Estado da Guanabara, ou seja, com os movimentos que deflagraram a associação das escolas que inicialmente constituíram o embrião dessa universidade. Podemos encontrar um resgate deste processo e uma mais detalhada apreensão do real significado desta marca patrimonialista em MANCIBO (1994).

A necessidade de desencadear um processo de Avaliação Institucional foi ainda mais acentuada durante o I Simpósio de Graduação da UERJ, organizado pela Sub-Reitoria de Graduação em 1993, quando ao final de uma das exposições da faculdade, em um dos grupos temáticos, ficou bastante evidente que o acúmulo que a unidade tinha merecia ser sistematizado no sentido de orientar uma prática de avaliação incorporada à sua própria rotina, ou seja, perdendo o caráter episódico que adquiriu em determinadas atividades e superando a frequência irregular presente em outras. Contudo, observa-se também que, mais do que alinhar um conjunto de práticas que mal ou bem ela conseguia colocar em curso, a Avaliação Institucional, para a faculdade, carecia de uma discussão de princípios, de uma discussão sobre a base teórica, política e instrumental de seus rumos.

Durante os primeiros meses de 1994, a direção da Faculdade de Serviço Social levantou e estudou experiências e documentos sobre a Avaliação Institucional de todo o Brasil. Em abril do mesmo ano convocou uma reunião geral da unidade exclusivamente para tratar do assunto, apresentando, para subsidiar a discussão, um texto denominado "Documento da Direção da FSS/UERJ para discussão e debate sobre Avaliação Institucional". O teor central do documento estava relacionado a importância da faculdade se colocar neste debate, seja no interior da UERJ como no da própria rede de unidades formadoras de assistentes sociais. Salientava, ainda, que a própria história da faculdade reforçava e servia de base para este investimento.

Numa segunda parte, constava do documento, as principais preocupa-

ções de ordem política e teórico-metodológica, onde era enfatizado que apesar de não existir uma ação mais permanente de avaliação da universidade, nem uma proposta consensualmente elaborada ou em curso, algumas idéias, referências e, mesmo, práticas já vinham sendo incorporadas à própria dinâmica universitária a partir do modelo construído para a pós-graduação.

"A modalidade predominante nos meios acadêmicos, desenvolvidas principalmente pelas agências de fomento e conselhos tecnológicos, cuja referência central é a CAPES, se sustenta num misto de avaliação qualitativa e indicadores bem precisos para a parte quantitativa. (...)

A particularidade desta modalidade é que ela se tornou medida padrão, exemplo de avaliação de uma determinada política de educação e desenvolvimento científico do país. Fortaleceu, assim, o caráter episódico da avaliação e seu sentido meritocrático, de incidência direta na relação entre unidades demandatárias de recursos e agências de fomento." (ALMEIDA & BARBOSA, 1994:2)

Na terceira e última parte do documento, a direção da faculdade apresentava alguns eixos para discussão do tema, assim como para a montagem de uma proposta de Avaliação Institucional.

Decorrente deste primeiro momento, foram realizadas plenárias departamentais e nelas apontadas algumas direções importantes para o processo: como a sua dimensão processual, a sua incorporação à rotina da unidade e a ênfase numa avaliação qualitativa e realizada com o envolvimento de todos os agentes participantes das atividades avaliadas.

A Avaliação Institucional, neste sentido, teria como objetivo central avaliar as atividades acadêmicas desenvolvidas à luz do projeto político-acadêmico da faculdade, desta forma cumpriria uma importante dimensão instrumental, favorecendo o processo de planejamento da unidade.

Ao final do primeiro semestre de 1994, a unidade se viu obrigada a reorientar o curso do seu processo para responder a demanda da universidade quanto a elaboração de um "autodiagnóstico", parte primeira do desenvolvimento da proposta de Avaliação Institucional da UERJ (que teve um projeto aprovado pelo Ministério da Educação e do Desporto) divulgada sob o título de "Sistema Institucional de Avaliação: uma proposta" (UERJ-Comissão Permanente de Avaliação Institucional, 1993)³.

Diante da nova tarefa a ser realizada, o autodiagnóstico, a faculdade reviu seu programa de trabalho, priorizando quatro eixos: a realização do autodiagnóstico, tentando o maior envolvimento possível da unidade, naquelas circunstâncias; a montagem de uma base geradora de dados incorporada à rotina da faculdade; o estabelecimento de metas de produção (em caráter experimental) para a pesquisa e a extensão e a construção de novos instrumentos para a avaliação do ensino, privilegiando-se a sala de aula. Em fevereiro de 1995 a faculdade concluiu os três primeiros itens e durante este primeiro semestre experimentou um novo instrumento de avaliação do ensino. Cabe ressaltar, que em todas as fases, acima aludidas, a direção da unidade buscou contar com a participação dos segmentos estudantil, docente e de servidores técnico-administrativo.

A condução do Processo de Avaliação Institucional, até o momento,

³ A proposta de Avaliação Institucional apresentada pela UERJ guarda semelhanças com a elaborada pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (1993). Destaca-se nesta proposta sua preocupação mobilizadora e processual, reafirmadas pela ênfase numa primeira etapa de auto-diagnóstico. "O Sistema de avaliação institucional da UERJ se orientará pela noção de processo voltado para o auto-conhecimento da Universidade. Este deverá se realizar através da pesquisa e da análise de informações qualitativas, organizadas em séries históricas de modo a sinalizar as tendências do padrão de desenvolvimento alcançado por cada uma das unidades definidas como objeto de avaliação (...)" (UERJ - Comissão Permanente de Avaliação Institucional, 1993:2-3). Contudo, apesar destas preocupações, a forma como se processará o envolvimento dos diversos segmentos componentes da vida universitária, não ficou clara.

permitiu à faculdade, ou pelo menos, àquela parte mais diretamente envolvida com o mesmo, fazer algumas observações importantes e que ajudam a demarcar alguns eixos para se enfrentar o mesmo tema na UERJ. A primeira observação, talvez a mais evidente, mas que nem por isso pode ser considerada a que exija menos esforços, é a de que a ausência de uma cultura institucional voltada para a avaliação das atividades desenvolvidas, tão fortemente detectada na história da universidade no Brasil, não se supera por atos normativos e legislações. O principal elemento a ser compreendido nesta dura trajetória é que a ausência da avaliação está diretamente relacionada à ausência de definição dos parâmetros a serem utilizados na avaliação. E que, estes parâmetros, não só não podem ser estranhos a esta instituição como devem balizá-la permanentemente⁴. A discussão sobre avaliação da universidade baseada simplesmente na discussão de modelos e padrões é estéril, visto que o principal problema, neste processo, é o de não se poder avaliar muita coisa enquanto as metas iniciais, os projetos e os objetivos a serem alcançados não estiverem claros. Como definir se a universidade é produtiva se os parâmetros para sua produtividade não forem academicamente construídos?! As exigências que hoje são feitas, neste sentido, soam mais com uma cobrança de quem tem pouco a ver com a vida universitária ou daqueles que ignoram suas próprias contribuições na configuração do quadro atual.

A experiência da Faculdade de Serviço Social, aponta assim, para noções de tempo e de projeto político-acadêmico que precisam ser bem demarcadas por cada estabelecimento, sendo que, em muitos casos, o que se precisa mesmo é criar estas noções, compatíveis as suas próprias histórias e culturas. Isto coloca uma segunda ordem de questão: a de se aglutinar num mesmo processo dinâmicas e desenvolvimentos do processo de avaliação diferenciados. Enquanto umas unidades estarão se

servindo da Avaliação Institucional para de fato avaliarem seus projetos de crescimento, outras estarão aproveitando este momento para definir as linhas mestras da construção de um projeto político-acadêmico. Esta diversidade não deve ser vista como um obstáculo mas como uma expressão, um elemento analisador do próprio processo.

Outra questão que se desdobra do enfrentamento deste tema é a urgência em se conhecer e aprofundar as informações e discussões sobre a particularidade do processo de trabalho docente. Isto porque comumente a discussão sobre produtividade ganha tonalidades diferentes quando se coloca em evidência um trabalho intelectual como o do docente, como também recai no mais descarado corporativismo quando se buscam as nuances dos diversos tipos de trabalho no interior de uma universidade, seja ele docente ou técnico-administrativo. Nestes dois casos, a instituição universidade é fortemente atravessada por outras instituições e o risco de se perder a sua especificidade num processo de Avaliação Institucional aumenta. A temática do processo de trabalho ganha também importantes contornos em virtude da compreensão do elenco de atividades que serão objeto de avaliação neste processo e que guardam significativas diferenças entre elas. Neste sentido, reconhecer o significado das atividades de pesquisa, de extensão e de ensino num dado contexto de crescimento da unidade, ou mesmo da universidade, torna-se imprescindível para não se reforçar velhos padrões de aferição de prestígio das atividades acadêmicas, onde o peso estratégico das mesmas não seja levado em consideração. Sem este cuidado, as atividades de ensino e extensão continuarão a ser preteridas em relação a de pesquisa, que tradicionalmente vem gozando de maior reconhecimento frente aos modelos mais usuais de avaliação de desempenho acadêmico.

Uma última observação, embora a riqueza da experiência da faculdade

não se reduza aos comentários até então elencados, é a de que vivemos um momento muito especial da vida do país e em particular da educação e da universidade. As referências, até bem pouco tempo construídas, em termos de uma política educacional, como o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovado na Câmara Federal e em tramitação no Congresso Nacional, começam a ser varridas pela onda neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso, fazendo com que as idéias sobre a avaliação das instituições de ensino deixem de compor uma preocupação que começava a ganhar terreno, para além das fronteiras da universidade, para se reduzirem ao debate sobre instrumentos que enquadram dentro das "grandes saídas mágicas" que sempre marcaram a área de educação no país ou a formas de controle das relações de trabalho, enfatizando-se uma certa dimensão administrativa da realidade do sistema público de ensino do país, extremamente enganosa e perversa.

A urgência do tema se coloca, então, como parte de uma luta de projetos em torno dos rumos da educação no país, onde a universidade cumpre um papel importante. E o processo iniciado na Faculdade de Serviço Social é emblemático, neste sentido, visto que a Avaliação Institucional pode vir a ser tomada tanto em sua dimensão de autoconhecimento, ou seja, de avaliação de seu projeto político-acadêmico, como em suas dimensões instrumental e ética, relacionadas ao próprio processo de planejamento das suas atividades e áreas de crescimento como de exposição pública dos seus trabalhos. Um processo de Avaliação Institucional ancorado em pressupostos estranhos à história das unidades acadêmicas e da própria universidade, tende tanto a reforçar velhos padrões de conferir prestígio e demandar produtividade ao trabalho intelectual como a incentivar práticas de controle e cerceamento da própria condição crítica que deve marcar esta instituição.

⁴ Em um outro artigo, "LDB e a Avaliação Institucional da Universidade", procurei situar as principais implicações que a incorporação desmedida de conceitos e experiências da esfera da produção à esfera universitária, no que diz respeito a questão da avaliação de atividades, poderiam ter. Destaco, neste sentido, o perigo da alienação do docente com relação ao seu próprio processo de trabalho (ALMEIDA, 1994).

Avaliação Institucional: a face e a máscara

A avaliação institucional tem sido um tema recorrente na vida universitária; tanto recorrente quanto fugidio: volta à cena no rastro de necessidades concretas ou escamoteadas por uma pretensa defesa da qualidade, sob a qual se ocultam inconfessáveis intenções, por vezes capazes até de ferir sua autonomia.

O artigo 207 da Constituição Federal estabelece a *autonomia da universidade*, princípio que, muitas vezes, é confundido com o de *soberania*. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Eunice Durham, Secretária de Política Educacional do MEC, afirma que as universidades federais se tornam soberanas quando a escolha do reitor se dá no âmbito interno da instituição, e justifica:

*as universidades federais mantêm-se com os recursos públicos, sendo necessário que o Poder Público, como representante da sociedade, participe da escolha de seus dirigentes.*⁴

Em tal linha de raciocínio, confunde-se o conceito de *autonomia* com o de *soberania*, vinculando este último à forma de escolha de seus dirigentes. Se assim fosse, cada Estado da Federação seria soberano, já que, embora receba recursos da União, escolhe seus governadores, não devendo, portanto, nenhum tipo de satisfação ao poder central.

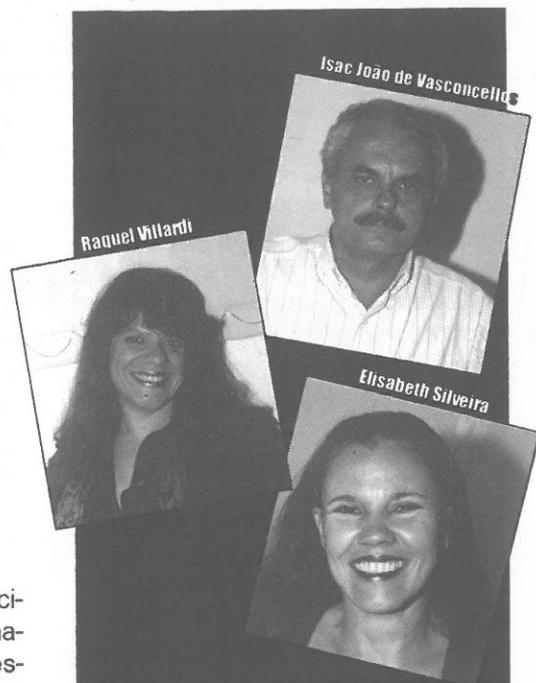
Autonomia significa autoconhecimento, autogestão e autodeterminação, e todos esses pressupostos estão imbricados no processo orgânico de avaliação da instituição universitária, que deve ser gerenciado e executado por ela mesma, com a participação da sociedade civil e do Estado.

Qualquer processo de avaliação da universidade, no entanto, não pode prescindir de planejamentos estratégicos, que reflitam políticas educacionais no contexto das esferas federal, estadual e municipal, com os quais deve estar sintonizado o plano da própria instituição.

Como tais políticas são expressas, em seu aspecto macro, por meio da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, hoje ainda não definida, os processos de avaliação encontram-se, conseqüentemente, prejudicados. Em significativo número de instituições, tal fato se agrava com a ausência ou com a desatualização dos mandamentos internos que norteiam e legitimam as grandes linhas de ação de cada universidade.

Esse quadro favoreceu a proposta da Medida Provisória que institui, arbitrariamente, a avaliação das universidades, por meio da implantação de exames nacionais para os concluintes dos cursos de graduação. Claro está que este mecanismo nem preenche o vazio deixado pela ausência da Lei, nem permite a avaliação efetiva das instituições.

Por outro lado, o caráter público e os fins da universidade — produção



ELISABETH SILVEIRA¹
ISAC JOÃO DE VASCONCELLOS²
RAQUEL VILLARDI³

OS AUTORES SÃO, RESPECTIVAMENTE:

¹Professora Adjunta da Faculdade de Educação, Doutora em Linguística (UFRJ).

²Professor Assistente da Faculdade de Educação, Doutorando em Educação (PUC/Rio).

³Professora Adjunta da Faculdade de Educação, Doutora em Letras Vernáculas (UFRJ).

⁴Folha de São Paulo, 25.03.95, "Tendências / Debates".

e transmissão do conhecimento, além da formação de cidadãos / profissionais — exigem da avaliação uma perspectiva que atenda às especificidades de seus diferentes campos, em contraposição ao olhar que considere como valor único a formação acadêmica dos estudantes de graduação.

Considerando, portanto, que a universidade deve possuir um plano integrado de políticas e ações norteadoras, o processo de avaliação institucional deve ser visto como uma das possibilidades de acompanhamento das ações de seus diferentes atores, permitindo a redefinição de trajetórias.

Sendo assim, um processo avaliativo conseqüente deve abranger todas as instâncias administrativas e acadêmicas, sem perder de vista sua verticalidade. Isto significa que deve ocorrer de modo sistêmico, continuado, nos planos individual e coletivo; e que contemple desde a auto-avaliação até os níveis mais amplos, contando, quando cabível e sem temor, com a participação da sociedade e do Estado.

Um processo deste modo complexo suscita uma série de dificuldades, entre as quais o caráter parcial de que normalmente se reveste. Tal fato é verificado, por exemplo, em avaliações localizadas, notadamente no campo da pós-graduação, promovidas pela CAPES. Sem uma história de interlocução com os cursos de pós-graduação, define políticas e impõe normas para as instituições avaliadas, interferindo, assim, indiretamente, na autonomia das universidades.

Na graduação, por outro lado, essa complexidade se expressa na quantidade / diversidade de cursos, de professores e de alunos envolvidos. As poucas iniciativas de avaliação neste âmbito têm utilizado indicadores generalizantes, que acabam por pasteurizar realidades distintas. É impossível imaginar que o desempenho de um professor de oboé seja *medido* pela mesma relação *número de alunos / professor* que um outro, de História da Educação, por exemplo. Assim, tende-se a confundir *avaliação* com *medida*, pretendendo quantificar realidades mais bem retratáveis em sua dimensão qualitativa.

Este aspecto se agrava quando se percebe uma tendência em pretensamente avaliar, na verdade medir, aspectos mais numericamente quantificáveis da vida acadêmica. Neste sentido, avalia-se a produção docente contando suas publicações. As conseqüências são evidentes: em primeiro lugar, não se faz nenhum tipo de avaliação qualitativa do material publicado, o que vale é a quantidade; em segundo, privilegiam-se os docentes que se dedicam à pesquisa, caracterizando o professor que ensina, mesmo que com toda competência, de "improdutivo"; e, finalmente, cria-se um cisma no interior da instituição, com a existência de profissionais de primeira ou de segunda linha.

Além das dificuldades de caráter institucional, há que se considerar as de caráter cultural: impregnado por uma prática onde é sempre sujeito, nunca objeto, o professor resiste à idéia de ser avaliado, por vezes cristalizando-se, até, em esquemas corporativos. Na verdade, quando na posição de alvo, o professor tenderia a ver refletido o significado tradicional de avaliação. Por outro lado, quando chamado a avaliar o professor, o aluno se inibiria, temendo a retaliação, ou se valeria desse momento para avaliar com excessivo rigor.

Embora se constitua num processo que possibilite a correção de desvios da instituição ou de seus atores, a avaliação pode ser invalidada, caso se transforme em instrumento de controle, coerção ou cisão, recrudescendo, assim, as atitudes de resistência a ela mesma. Não se quer com isto dizer que seus resultados não devam ser expostos, através de canais adequados e em momentos oportunos, evitando-se, desta forma, casos como a lista dos professores improdutivos da USP, até porque a socialização da informação é um dos fundamentos do estado democrático. O que se defende aqui é uma utilização profundamente criteriosa dos resultados de processos avaliativos, no interior dos quais podem ainda existir outros riscos.

A alegada necessidade de controlar a concessão de verbas para inves-

timento e manutenção das universidades públicas vem justificando espasmódicas tentativas de avaliação. Esta perspectiva não se coaduna com a benevolência aplicada às instituições de ensino superior particulares que, por serem consideradas entidades sem fins lucrativos, se beneficiam de isenções fiscais, obtendo, assim, um investimento indireto da sociedade, desvinculado de um efetivo processo de acompanhamento e avaliação de suas atividades.

No entanto, um outro risco se apresenta. Processos de avaliação mal elaborados e tendenciosamente divulgados podem minimizar a credibilidade social das instituições universitárias. A comparação do desempenho de universidades brasileiras com estrangeiras, por exemplo, provoca, a fortiori, uma inevitável deturpação do foco, na medida em que não se reduplicam, aqui, as condições de trabalho, as características de docentes e discentes, nem tampouco os recursos tecnológicos e financeiros aplicados em ambos os casos.

A conseqüência destas práticas é a instalação de um processo de fragilização da universidade - agravado por um contexto de globalização da economia, de enxugamento da máquina estatal, de desemprego e de priorização do setor privado, estimulando o exercício da lei da demanda / oferta, típico da economia de mercado - que, assim como vem acontecendo com outras instituições públicas, pode servir de justificativa à sua privatização.

Assim, a universidade hoje precisa se mostrar talentosa e crítica, dotada de perspectiva emancipadora e de nítido compromisso social. Para tanto, é vital que instale e garanta um processo orgânico de avaliação.

Ou assim procedemos ou a sociedade continuará a tomar como verdade os rankings produzidos e divulgados por alguns veículos da mídia que, embora tenham o escopo de desnudar outras faces, criem simulacros, tomando para si a incumbência de rotular instituições universitárias que provavelmente só conhecem pela epiderme.

Avaliação Institucional: navegar é preciso!

1. Considerações Iniciais

Entendo que a avaliação institucional da Universidade - quando ainda não se dispõe de um programa sistemático de análise do relacionamento, e dos resultados, das tarefas acadêmicas em suas projeções nos campos da administração, do ensino, da pesquisa e da extensão - deve passar, previa e obrigatoriamente, por uma discussão exaustiva dos cenários externo e interno à instituição. O ajustamento desses cenários, assim como o balanço energético deles resultante, é que justificam, ou não, a Universidade como ente público dotado das prerrogativas e responsabilidades que a tornam singular no contexto social.

Dessa forma, teríamos definição inequívoca dos compromissos sociais reguladores do terno Governo-Universidade-Sociedade, a partir dos quais seriam extraídos os indicadores adequados para a avaliação da eficácia social e da eficiência operacional do estamento universitário. Tudo o mais resulta num grande perigo de visão equivocada.

De tempos em tempos nos deparamos com solicitações de informações pautadas, na sua esmagadora maioria, no cálculo de números-índices. É uma prática simplista e perigosa. Os métodos de natureza essencialmente quantitativa resultam em

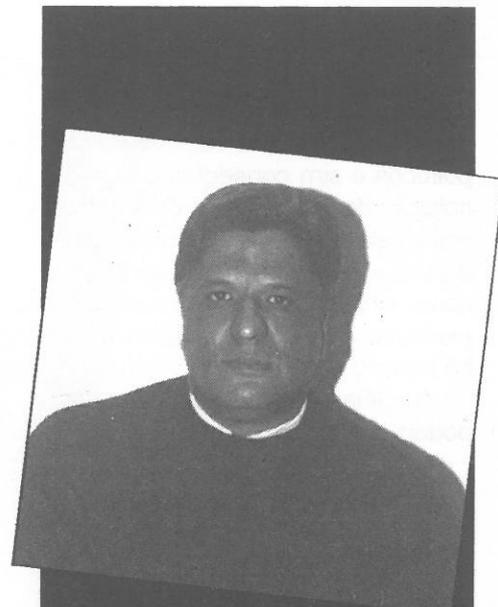
visão distorcida da Universidade, assim como asseguram a manutenção de privilégios já estabelecidos. Perigo tanto maior quanto mais distante se encontrar o observador dos fatos originários. É de se notar que privilégio está aqui empregado em seu *stricto sensu*, i.e., vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e em contrafação ao direito comum.

A título de cooperar na indução de discussões mais aprofundadas sobre a instituição, o que acredito venha a ser objetivo fundamental do presente chamamento da ASDUERJ, apresento um resumo da minha visão sobre os princípios gerais balizadores do aprofundamento das discussões..

2. O Cenário Externo

A economia mundial está sendo alterada, substancialmente, pela maturação de novas tecnologias que se traduzem em valores de comércio cada vez mais expressivos e que estão afetando a distribuição de renda a nível mundial, em escala e velocidade ainda não devidamente compreendidas.

A interdependência econômica é quase absoluta e a globalização dos mercados tenderá a fazer existir uns poucos condomínios econômicos, que, decorrentemente, tenderão a



IVAN DE ARAÚJO MEDINA

O autor é Professor da Faculdade de Engenharia da Uerj.

ser, também, políticos. A crise de inflação e desemprego que assola o mundo não é, como muitos pensam, a expressão material de uma desordem provocada por realinhamentos políticos e sim consequência da dissolução do quadro econômico mundial - pela exaustão dos paradigmas vigentes - e da construção de uma nova ordem internacional, mais excludente que aquela vigorante até há pouco.

As idéias-força dessa nova ordem podem ser resumidas como a seguir:

- Democracia política - os que resistirem à ascensão democrática serão sufocados economicamente;

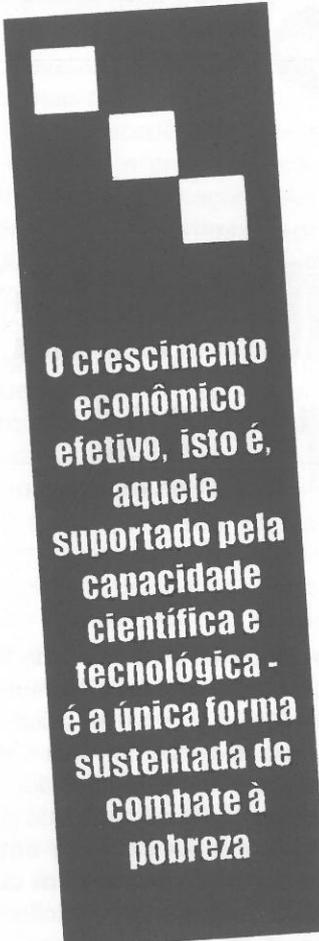
- Globalização de mercados - queda das barreiras aduaneiras e adoção de medidas eficientes na proteção das propriedades industrial e intelectual;

- Economia de mercado competitiva e selvagem - quem dispuser de tecnologia auferirá renda, quem não dispuser deverá suportar transferência líquida de renda;

- Criação e afirmação de instituições supranacionais - a *nacionalidade política* cederá cada vez mais espaço à *nacionalidade econômica*;

- Acirramento das dificuldades para a difusão tecnológica - a produção em ciência e tecnologia faz com que em uma ponta se invista parcelas cada vez mais ponderáveis do PIB e, na outra ponta, se aufera resultados cada vez mais expressivos em bem-estar social. Não haverá quem se disponha a ceder o que exige grande esforço e proporciona elevado retorno.

Acredito que a comunidade acadêmica está cônica de que nenhuma ajuda externa - e ela, hoje em dia, já não mais existe - bastará para suprir o que não formos capazes de construir com o nosso esforço e com a nossa inteligência. Nenhum progresso material poderá ser conside-



O crescimento econômico efetivo, isto é, aquele suportado pela capacidade científica e tecnológica - é a única forma sustentada de combate à pobreza

rado irrevogável e nem plenamente incorporado ao nosso ativo, a não ser que nos tornemos capazes de realizá-lo autonomamente.

Se não ampliarmos, drasticamente e num prazo máximo de 20 a 25 anos, a gama de conhecimentos científicos e tecnológicos sob nosso efetivo domínio, continuaremos mantendo fora do nosso controle um amplo painel de atividades do qual dependem, em última análise, a capacidade de afirmação das nossas prioridades no cenário internacional e o bem-estar social do nosso povo.

O crescimento econômico efetivo, isto é, aquele suportado pela capacidade científica e tecnológica - é a única forma sustentada de combate à pobreza e de geração, e manutenção, do bem-estar social.

Cumpra assinalar, complementarmente, que são as empresas, e não as entidades governamentais, que competem nos mercados e que decidem sobre os fluxos de capitais.

Como corolário do até aqui exposto, temos que a iniciativa empresarial e a inovação tecnológica - só alcançáveis com educação maciça e geração de capital nacional fixo adequado - são fundamentais para a vantagem competitiva da nação.

A aquisição de capacitação científica e tecnológica é, pois, o grande desafio a ser enfrentado pelo terno Governo-Universidade-Sociedade.

3. O Cenário Externo

3.1. Situação Atual

Visão compartimentada das atividades pedagógicas, científicas e tecnológicas;
Indefinição objetiva de propósitos e metas;
Resistência a investimentos por parte do Governo do Estado;
Insuficiência de massa crítica;
Corporativismo exagerado;
Programa tímido na capacitação docente;
Falta de plano de carreira, tanto para pessoal docente quanto de suporte;
Falta de sistema institucional de avaliação;
Produto final heterogêneo;
Falta de atuação do CEPUERJ como efetivo agente de extensão (o CEPUERJ é UERJ e não um órgão colaborador ou associado).

3.2. Forças Motrizes

Estímulo efetivo ao aumento da massa crítica;
Demanda por capacitação;
Seletividade e continuidade da demanda tecnológica;
Estímulos à captação externa de recursos financeiros;
Adoção de políticas de avaliação centradas no mérito;
Aumento da qualidade e da homogeneidade do produto final;
Reestruturação gradual da estrutura de organização.

3.3. Imagens Resultantes

Valorização das atividades docentes, de pesquisa e de extensão;
Suficiência de massa crítica;
Mobilidade financeira;
Alta qualidade do produto final;
Balanço energético favorável.

4. Conclusões

Acredito que o processo de modernização da UERJ pressupõe uma profunda reformulação de paradigmas, de métodos e de procedimentos, assim como da própria visão da Universidade.

A reforma universitária é um imperativo admitido por todos, sendo, no entanto, incontestado que não é factível realizá-la nem a curto prazo, nem por iniciativas tendentes a queimar etapas.

Há que se respeitar os mais diversos padrões de assentamento, tanto em termos políticos e sociais, quanto técnicos e econômicos. Em suma, ela deverá ser tecnicamente viável, economicamente exequível, politicamente adequada e socialmente justa.

Não se pode, igualmente, perder de vista que a universidade é, em todos os países que dispõem de estrutura de ensino eficaz, essencialmente meritocrática, baseada em incentivos diferenciais de qualidade e de produtividade, ao mesmo tempo em que é dotada de institutos gerenciais ágeis e de permanente atualização.

Na UERJ nos deparamos, de facto, com uma grande heterogeneidade escondida por uma estrutura formalmente homogênea e juridicamente isonômica. O sistema atual favorece, também, uma concepção fragmentada da instituição, cujos centros, institutos, faculdades e departamentos buscam, quando muito, objetivos esparsos, sem noção de conjunto.

A manutenção desse cenário atual, decorrente de uma postura de desinvestimento do governo estadual, terá como consequência um gradual aprofundamento da crise institucional do sistema, tornando mais agudos os nefastos efeitos da visão extremamente compartimentada dos diversos componentes organizacionais; do corporativismo dos seus segmentos; da falta de recursos financeiros; da flagrante indigência gerencial; da disparidade de desempenho entre os diversos centros, institutos, faculdades e departamentos; da erosão dos quadros de maior qualificação; da perda inexorável da qualidade do ensino, mesmo na sua forma



Devemos nos
lançar de
cabeça na
discussão
proposta pela
ASDUERJ...
A pretendida
rationalia só
será atingida
com o saudável
balanceamento
crítico das
visões
alternativas

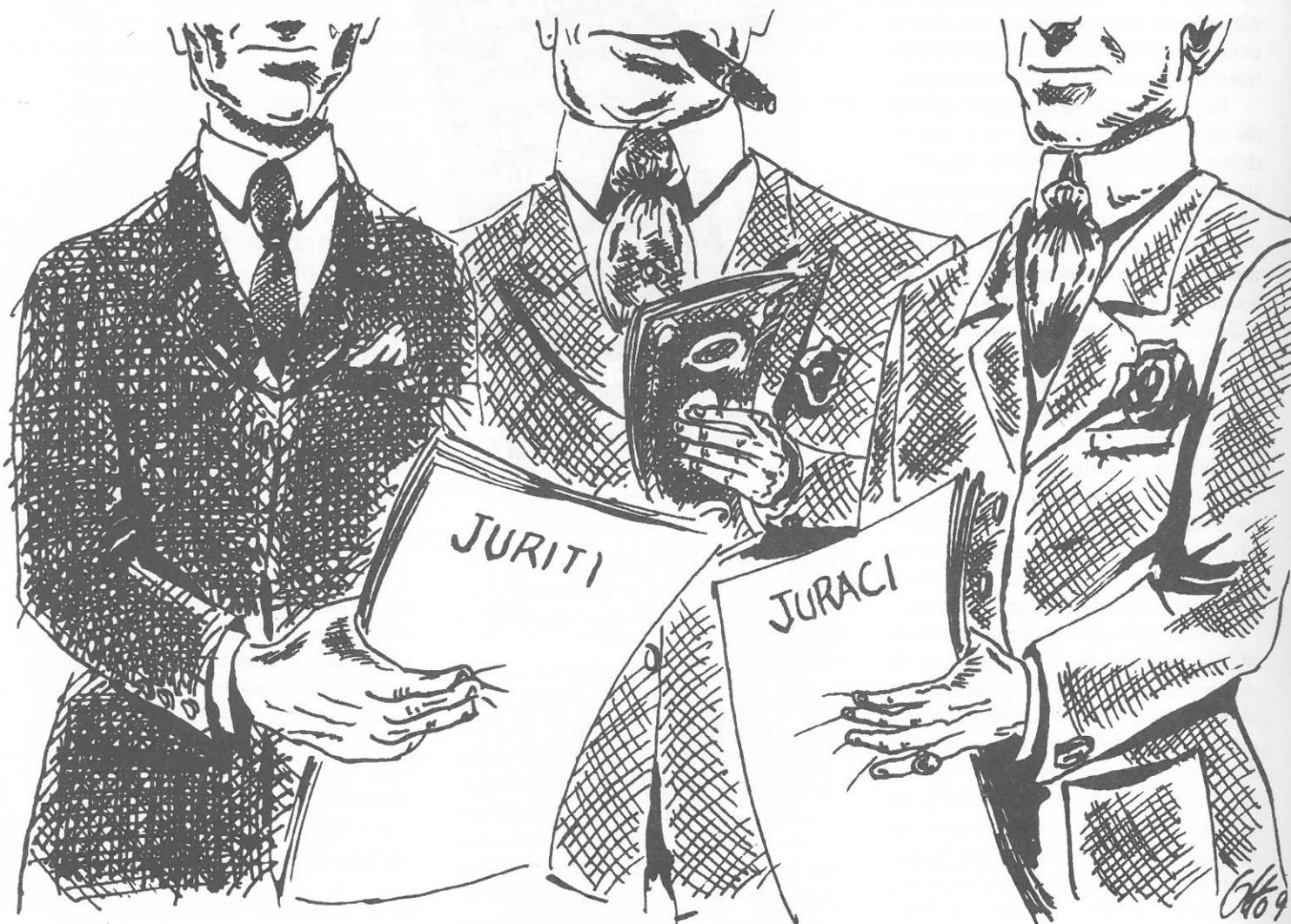
mais rudimentar de repetidora da cultura livresca; entre tantas outras mazelas de consequências igualmente infaustas.

Devemos nos lançar de cabeça na discussão proposta pela ASDUERJ. Atrevo-me lembrar, contudo, aos colegas adoradores da Geometria Euclidiana - os quais não dispensam divisões geométricas à esquerda ou à direita - que a pretendida *rationalia* só será atingida com o saudável balanceamento crítico das visões alternativas, expurgadas do ranço político-partidário e/ou ideológico. O país trocou o status de republicana de banana pelo de republicana embanada. Paire no ar uma escandalosa fadiga teórica e ideológica.

Navegar é preciso!

O caso Juriti-Juraci

Um patético episódio de plágio nos anos 20, que ilustra as relações entre cultura, modernidade e capitalismo.



Orlando de Barros

Doutor em História pela USP e professor de História do Brasil no IFCH da UERJ. Atualmente, dedica-se à história da cultura brasileira.



RECOLHEMOS os acontecimentos que vamos narrar e analisar em diversos boletins mensais da SBAT (1). Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, sendo que o primeiro é o de março de 1925, e o último o de agosto de 1928. O caso Juriti-Juraci, que adotamos como título, é exatamente como um desses boletins nomeia o episódio, que, aliás, se passa, simultaneamente, no Rio de Janeiro e em Salvador, na Bahia.

O primeiro registro que se refere ao caso, sugestivamente titulado "Seguro pela gola...", qualifica o assunto como um flagrante de "pirataria teatral" ocorrido em um teatro de Salvador, acusando de plagiário o ator Norberto Teixeira, também conhecido no Rio, onde havia trabalhado em diversas companhias teatrais, enquanto o escritor Viriato Correia e a compositora Chiquinha Gonzaga eram indicados como os autores "pirateados".

A peça em questão tratava-se da opereta Juriti, que obtivera êxito de público em 1919 no Rio de Janeiro, sendo, depois, encenada em outras capitais por companhias em excursão. Juriti repetia, de certo modo, a fórmula de A sertaneja, que os mesmos autores haviam escrito em 1915, evocando ingênuas cenas do interior do país, entremeadas de canções que se inspiravam nos gêneros musicais sertanejos, fórmula que, ainda em 1933, a dupla insistiu em repetir na burleta Maria (2).

Os acontecimentos tiveram início em 6.3.1925, quando, à frente da companhia dramática que levava seu nome, o ator Norberto Teixeira estreava no Cine-teatro Olímpia, de propriedade da Empresa Borges da Mota e Companhia, anunciando insistentemente pela imprensa a opereta em 3 atos Juraci, mediante "pomposos reclamos e programas espalhafatosos". Subscrevendo tiradas literárias e, sem esquecer de estampar seu retrato nos jornais, Norberto assumiu a autoria do texto, apontando o maestro Ariston Correia como o criador da partitura. A imprensa de Salvador elogiou vivamente a estréia de Juraci.

Entretanto, o representante da SBAT na Bahia, o engenheiro, historiador e autor teatral Sílio Boccanera Júnior, reparou que a Juraci de Norberto-Ariston muito se parecia com a Juriti de Viriato-Chiquinha, cujos direitos autorais eram de responsabilidade daquela Sociedade. Boccanera não tinha o original de Juriti para fazer o confronto, mas, baseado em críticas dessa peça, notou que as coincidências eram demasiadas, e resol-

veu interpelar Norberto por escrito. Três dias depois Norberto compareceu à casa de Boccanera.

Confessou que Juraci não era trabalho original, nem tão pouco inteiramente calçada na Juriti de Viriato e Chiquinha; declarou que se tratava de um "enxerto dessa com outras peças características". Disse que seu trabalho de criação consistira em compilar e adaptar o texto, introduzindo ainda duas novas canções de autoria do maestro Correia. Justificava-se dizendo que assim procedera porque sua Companhia estava na iminência de fechar, deixando ao desamparo alguns artistas, o que somente seria evitado por intermédio de um "tiro seguro", isto é, encenando uma peça capaz de atrair público certo ao Olímpia. Também procurou livrar-se da responsabilidade de ter assumido autoria alheia, alegando que a publicidade do programa havia sido feita à sua revelia pelo empresário Borges da Mota, responsável pela atribuição indevida da autoria da peça, aliás, segundo ele, grafada Juraci devido a um mero erro tipográfico.

Boccanera exigiu que Norberto declarasse por escrito o que lhe havia dito em sua casa, com o que o ator concordou prontamente, prometendo escrever uma carta a propósito. Mas Boccanera esperou em vão por ela, e, assim, já em 20.3.1925, requereu à 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia de Salvador a interdição de Juraci, sendo prontamente atendido.

O texto do requerimento de Boccanera, em linguagem jocosa, não livrava de apelar ao trocadilho, mencionando a peça que o ator Norberto Teixeira pregava ao público de Salvador e à autoridade policial (encarregada da respectiva licença do espetáculo). Entretanto, um fato não era objeto de jocosidade: a enfática alusão aos prejuízos que haviam sofrido os verdadeiros autores e a Sociedade que os representava pelo país afora.

Não podendo cotejar os textos de Juriti e Juraci, e sem contar com uma explicação por escrito de Norberto, Boccanera não pôde ingressar na justiça com uma ação indenizatória, mas tratou prontamente de dar a mais ampla publicidade ao "vergonhoso caso", conforme qualificou o episódio pelos jornais. Em resposta, Norberto procurou o jornal *A Noite*, de Salvador, justificando-se pensosamente, admitindo o plágio e acusando muitos outros de praticá-lo, incluindo entre os plagiários de quem então citou os nomes, o próprio Viriato Correia, quem, exatamente, era acusado de plagiar (3).

Entretantes, pouco depois de ter chegado essas notícias ao Rio, alguém se lembrou de que já havia denúncia anterior contra Norberto Teixeira: a de que havia plagia-

do Zuzu, do mesmo Viriato Correia, sob o título Oh! bicho bom na corneta, aliás frase com que se encerrava um dos episódios da peça. Assim, uma assembléia da diretoria da SBAT recomendou aplicar uma *boycottage* contra Norberto Teixeira, isto é, sua Companhia não mais podia representar peças de autores filiados à Sociedade, a menos que pagasse antecipadamente os direitos, exigindo-se também, em qualquer caso, o pagamento pela representação das peças plagiadas pelo tempo que haviam ficado em cartaz.

A interdição de Juraci na Bahia não impedia apenas à Companhia Dramática Norberto de funcionar (pois a maioria dos autores de importância eram filiados à SBAT); também a Empresa do Olímpia não mais podia representar nenhuma peça daqueles autores, o que levou Borges da Mota escrever em 25.5.1925 ao presidente da SBAT solicitando a revogação da punição. Classificada ali como "capaz de enternecer as pedras", a carta, de fato, procurava enfatizar que as piores conseqüências da interdição recairiam sobre os artistas e técnicos da empresa, "cerca de 25 trabalhadores, de quem evitará V. Excia. a falta de pão".

Quanto aos direitos autorais, Borges da Mota dizia não querer sonegar pagamento aos verdadeiros autores. Referindo-se à acusação de plágio, repetia a alegação de Norberto de erro tipográfico; e aproveitava para acusar de aqodamento o representante da Sociedade na Bahia. Quanto à Companhia Norberto, revelou que fora ele quem havia ajudado a organizar, depois de tê-la acolhido e dado trabalho ao seu pessoal, aliás oriundo da extinta Companhia Otilia Amorim, dissolvida em Maceió, em meio a uma crise incontornável que atingira a *troupe* durante excursão ao interior. Entretanto, em meio aos relatos e argumentos de defesa, Borges da Mota, ingenuamente, deixou escapar que, "atendendo à carência de repertório na praça, vários desses artistas prontificaram-se a fornecer-nos peças".

Essa declaração irritou sobremaneira o pessoal da SBAT: ficava claro que as cópias das peças "fornecidas" pelos atores eram "clandestinas", e que o incidente não devia de se restringir apenas a Juriti e a Zuzu. Em conseqüência, a Sociedade não quis abrir mão dos direitos das peças "pirateadas" e não suspendeu o boicote a Norberto Teixeira; não deu mostras de se sensibilizar com o desemprego do pessoal que trabalhava no Olímpia, e nem se tocou com o argumento de Borges da Mota em favor da divulgação cultural no interior: "Atendei Exmo. Sr. Presidente, homem de letras e de teatro; no norte do país o teatro [Olímpia] é o único que teima em possuir uma com-

panhia permanente, buscando os artistas desgarrados nesse deserto da Arte".

Nesse ínterim, chegava telegrama de Boccanera de 6.6.1925 dando conta de que Borges da Mota havia comunicado a ele que Norberto Teixeira fora demitido do Olímpia, e que, por isso mesmo, solicitava à SBAT autorização para, mediante pagamento de direitos, representar doravante as peças dos filiados à Sociedade. Boccanera declarava-se favorável à concessão, uma vez que, a seu ver, o incidente tivera aquele ator como único responsável, e, assim, sua demissão resolvia o problema. Mas, dada a repercussão desses acontecimentos na SBAT, a direção preferiu o trâmite regular, recorrendo às assembléias periódicas, capazes de dar parecer final ao caso.

Embora, desde o início do caso, Juriti houvesse quem mencionasse que a "corde sempre rompe do lado do mais fraco", o parecer confirmou a opinião de Boccanera no sentido de dar como encerrado o incidente com o afastamento de Norberto, permitindo, assim, que o Olímpia encenasse peças de autores da SBAT. Entretanto, mal a correspondência se expedira do Rio, chegava outra notícia de Salvador dando conta de que "o ator Norberto Teixeira lançara uma epístola ao público da Bahia apresentando as suas despedidas, mas que partira para uma cidade do interior, onde continuava na mesma empresa Borges da Mota e representando as mesmas peças, embora, dessa vez, com o verdadeiro nome dos autores". O boletim de setembro de 1925 registra a irritação da SBAT com a notícia, resolvendo-se então verificar o que se passava "para proceder de modo mais enérgico e, então, sem contemplações".

Pouco depois chegava longa carta do ator Norberto Teixeira, "na qual se penitenciava do ato que praticara e fazia promessas que levariam a dar por findo o incidente". A diretoria submeteu o caso a uma comissão. Cândido Costa, sócio muito respeitado, considerou a empresa como única culpada, uma vez que o ator era seu empregado e que, por isso, ele teria que representar as peças que o empresário bem entendesse, além do que Borges da Mota havia mentido ao noticiar que demitira Norberto. O comediógrafo J. Praxedes sugeriu que o boicote ao ator fosse suspenso temporariamente, e imposta imediatamente em caso de reincidência. Mas acabou prevalecendo a sugestão de Aarão Reis no sentido de sindicar com exatidão a quem cabia a responsabilidade do plágio, se a Norberto ou ao empresário. Mas, depois disso, não encontramos notícia do caso até julho de 1926, quando o boletim mensal dá conta de que a comissão que sindicava o caso ainda não havia dado

parecer, provavelmente ainda incapaz de determinar o culpado.

Na assembléia de 15.7.1926, discutiu-se acaloradamente a respeito. Embora não se pudesse chegar a nenhuma conclusão sobre a responsabilidade do plágio, acabou aprovada a proposta de Marques Porto, no sentido de que "a SBAT só tomará conhecimento do caso Norberto Teixeira depois de liquidado o débito que tem esse senhor com a Sociedade". Assim, condenado por uma dívida que não se sabia exatamente se fora por ela responsável, Norberto Teixeira não podia mais encenar nenhuma peça dos autores mais prestigiados do país. Entre julho de 1926 e março de 28, não temos notícia do caso, parecendo que Norberto cumpria a penalidade resignado.

Mas, quase dois anos depois, em 13.3.1928, a SBAT recebia outra carta de Norberto Teixeira dando conta desta vez de que se encontrava no Rio de Janeiro e que solicitava à Sociedade a oportunidade para se defender perante sua diretoria. No dia 27 ele pôde fazer uma "longa, mas minuciosa e, mais ou menos, documentada exposição"; nem deixaram de reparar que ali havia explorado muito bem os dotes de ator. A diretoria reconheceu-lhe atenuantes, mas fez notar que, se em grande parte a culpa fora do empresário do Cine-teatro Olímpia por lesar os sócios da SBAT, houve também por parte do ator "muita leviandade permitindo que seu nome servisse de capa a tamanha bandalheira, que, além do mais, tornou-o responsável pelos direitos em débito". Assim, depois de se prolongar por três anos, chegava ao fim o caso Juriti-Juraci uma vez que a diretoria da Sociedade resolveu suspender a interdição a Norberto Teixeira, tendo ainda o sócio João Gonzaga (que era muito ligado a Chiquinha) se comprometido a obter dela e de Viriato Correia o perdão da dívida que onerava aquele ator.

Esse episódio esquecido, que ora resgatamos, encerra muito daqueles que a historiografia hodierna considera "casos exemplares", isto é, acontecimentos aparentemente marginais à "grande História", mas capazes de ilustrar as mudanças significativas, quando não são mesmo utilíssimas cenas visíveis de conjunturas que, por seu porte e complexidade, não se visualizam facilmente.

No período 1925-28, enquanto se passava o Caso Juriti-Juraci, deram-se alguns acontecimentos de grande importância para a história da informação e do entretenimento. Organizou-se em 1925 o 1º Congresso Teatral Brasileiro; desde 1926 articulava-se a feitura de uma lei de proteção aos direitos

autorais. Tornava-se muito complexa a atividade editorial, preparando a formação dos grupos de mídia que surgiram no Rio e em São Paulo na década seguinte. Em 1927, substituíam-se as gravações mecânicas pelas elétricas; três estações de rádio já operavam no Rio de Janeiro e duas outras se organizavam; anunciava-se a estréia do cinema sonoro, tudo isso implicando, por sua vez, em outro campo de luta, a saber, a questão da autoria na divulgação do entretenimento de massa (4).

A SBAT surgira em 1917 como resultado das dificuldades provocadas pela Primeira Guerra à frequência ao teatro, época de artistas em penúria e de desrespeito aos direitos do autor (5). Diante da crise econômica, os empresários teatrais romperam com o contrato oficioso e tradicional em virtude do qual se obrigavam a amparar os artistas que não encontravam trabalho (6). Não demorou que os trabalhadores de teatro também se enfileirassem nas trincheiras dos trabalhadores em geral, aderindo às greves de inspiração anarquista que atingiam diversos conglomerados obreiros, sob o comando dos Centros de Resistência e Grêmios Operários. Os autores de peças sentiram-se estimulados a se engajar na luta dos trabalhadores teatrais, ainda mais que muitos intelectuais, tidos pelos jornais da época como "anarquistas", "bolcheviques" e "maximalistas", participavam, à sua maneira, dessa agitação (7).

A fundação da SBAT dera-se, assim, como conseqüência da tomada de consciência de todos os trabalhadores contra a dominação do empresariado (8). Entretanto, ainda que estimulados pelos problemas do trabalhador teatral, os intelectuais que fundaram aquela Sociedade fizeram-no com a finalidade precípua de defender os direitos autorais, isto é, garantir a remuneração pelo trabalho intelectual, então desrespeitado quase invariavelmente, malgrado os dispositivos legais que vinham desde o Império. A resistência dos empresários não foi pequena; abrangeu desde a fundação de outra sociedade até o boicote aos autores filiados, passando por uma campanha na imprensa em favor de seus interesses.

A SBAT, que teve João do Rio como primeiro presidente símbolo 190 \f "Symbol" \s 12 e Viriato Correia e Chiquinha Gonzaga como sócios fundadores símbolo 190 \f "Symbol" \s 12, surgia com a missão de elevar o prestígio do autor nacional, evitando que o pagamento de seus direitos autorais ficasse a critério do empresário, como ocorria até então. A regra era "um largo sorriso, um apertado abraço, um convite para ceiar depois do espetáculo, bastavam, muitas vezes, para um empresário se sentir de-

sobrigado de quaisquer compromissos materiais com o autor. Se um autor tinha autoridade bastante para exigir uma remuneração, recebia uma ridícula importância, paga como um favor que se fazia a um importuno" (9). E assim foi o que ocorreu antes de 1917, mesmo com autores importantes como Moreira Sampaio e Artur Azevedo (que, significativamente, disse certa vez haver pão em sua pena) (10).

A SBAT demorou-se, a rigor, a ter ação objetiva, o que logrou somente às vésperas da Revolução de 30. Reconhecida como de utilidade pública desde 1920, em 1925 ela organizou um debate nacional a respeito do teatro, e, desde 1926, fez os arranjos necessários à redação e tramitação do projeto de lei que o deputado Getúlio Vargas apresentou e conseguiu aprovar no Congresso, sancionada em 1928, pelo presidente Washington Luís (11).

Eram disposições dessa lei, principalmente: aplicavam-se a todas as composições musicais e peças de teatro, executadas, representadas ou transmitidas pelo rádio, com intuito de lucro, em reuniões públicas, as mesmas regras de direito autoral previstas para os direitos de edição, já plenamente estabelecidos numa lei anterior de 1924; estabelecia regras para os litígios entre artistas, autores e empresários; tornava os proprietários e empresários das casas de diversões responsáveis pelos direitos autorais; atribuía às sociedades de direitos legalmente constituídas, mandatárias recolhedoras dos direitos pelo simples ato de filiação a elas; instituía regras para o registro de obras e atribuía à Biblioteca Pública e ao Instituto Nacional de Música o papel de depositários legais; consignava ao executivo o dever de fiscalização dos textos e partituras, quando ocorridas por ocasião de sua execução pública.

Getúlio tornou-se uma figura mítica no meio teatral (12), assumindo a posição de um "doador" de direitos do trabalho aos artistas, antes mesmo que, depois de 1930, esse mito se estendesse aos trabalhadores brasileiros em geral. O negócio da diversão assumia oficialmente sua fase capitalista com a codificação da autoria e do trabalho no entretenimento. Não se pode considerar mera coincidência que a fundação das primeiras emissoras de rádio logo fosse seguida de esforços no sentido de nortear não só os interesses relativos à criação artística, como também a de estabelecer as relações de trabalho que se produziam em face da transformação do entretenimento em grande negócio.

É necessário esclarecer que, até o início dos anos 1930, o teatro era basicamente o lugar do espetáculo, enfeitando praticamente um sem-número de atividades, e todos os tipos de gêneros, mesmo os mais incomuns: no Lírico apresentavam-se, ao começar o século, espetáculos circenses e números de companhias hípcas (13); os primeiros cinemas nasceram em teatros e continuaram cine-teatros por muito tempo. Artistas, músicos e pessoal de suporte trabalhavam, indistintamente, em espetáculos teatrais e não teatrais (circos, parques de diversão, cinema e, mais tarde, no rádio). Muitos autores de peças, músicos e artistas-autores, eram filiados à SBAT, sociedade que se converteu em notável aglutinador de interesses de autores e artistas, tomando parte, na falta ou na fraqueza dos sindicatos existentes, de praticamente todos os movimentos de defesa dos interesses dos diferentes estratos que compunham a vida artística (14). Mesmo assim, assumindo ocasionalmente os interesses da "classe teatral", essa sociedade jamais deixou de ser associação de autores. Assim, prevalecendo entre os papéis da SBAT o direito do autor, seu surgimento também representa importante viés da modernidade, assinalando um momento da consolidação do capitalismo no Brasil, ao defender o direito de patente, ainda que sob a forma de trabalho intelectual. Defender os autores da pirataria, não deixava de propor uma aproximação com a idéia de patente, sobretudo diante da emergência de um novo ramo industrial: a cultura de massa. Os casos de plágio que se comunicavam à Sociedade eram tratados com rigor; comissões técnicas examinavam os casos, davam pareceres, puniam-se os culpados. Quando estes eram empresas, usualmente escapavam à punição, que foi o que ocorreu, por exemplo, com a reclamação de Sinhô contra a editora Carlos Wehrs, caso, aliás, também registrado em alguns dos números de boletins que tratavam de Juriti-Juraci.

Resta assinalar que Chiquinha Gonzaga foi, de fato, muito plagiada ou pirateada, conforme preferia-se dizer então. No começo do século o célebre tanguinho Gaúcho foi plagiado na Alemanha; suas canções eram descaradamente decalcadas nos palcos do Rio. Certa vez, não bastaram copiar suas partituras: uma pianista chegou mesmo a passar-se por Chiquinha, sendo desmascarada depois de se apresentar em público algumas vezes (15).

notas

(1) Os boletins mensais da SBAT foram publicados desde 1924 e davam conta das atividades da Casa e do movimento teatral e artístico do Distrito Federal e do país. Para o estudo desse caso, utilizamo-nos principalmente dos seguintes números: ano de 1925: boletins de mar., set., out.; 1926: jul.; ano de 1928: mar. e ago.

(2) Os dados sobre a parceria de Viriato e Chiquinha foram obtidos principalmente das fichas de peças publicadas em Gonçalves, Augusto de Freitas Lopes: *Dicionário histórico e literário do teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975-1982, 4 v. (com verbetes sumários sobre os autores). Outros subsídios sobre os autores podem-se obter nos quatro volumes de Mário Nunes: *Quarenta anos de teatro*. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Teatro, 1956. Enquanto Viriato ainda não foi biografado, há pelo menos três biografias de Chiquinha: Bôscoli, Geysa: *A pioneira Chiquinha Gonzaga*, Rio de Janeiro, s/d; Diniz, Edinha: *Chiquinha Gonzaga [Uma história de vida]*. Rio de Janeiro, Codecri, 1984; Lira, Mariza: *Chiquinha Gonzaga [grande compositora popular brasileira]*. Rio de Janeiro: Funarte, 1978, 2ª ed. No arquivo da SBAT há variada documentação sobre os autores. A estréia de *Juriti* deu-se em 16 de julho de 1919, levando “formidáveis enchentes” ao teatro, conforme disse Mário Nunes no *Jornal do Brasil*. A peça fala dos desencontros de amor de *Juruti*, uma sertaneja, sendo ambientada em um pequeno arraial dividido por uma disputa política entre dois coronéis. Diz ainda Mário Nunes que o maior mérito da peça “é a fiel observação dos usos e costumes da gente simples que povoa o hinterland brasileiro”, tudo acompanhado de canções dolentes que expressavam paixões violentas em meio aos descampados do sertão em noite enluaradas, motivo que os autores incorporaram definitivamente à parceria. Atuaram nos principais papéis Abigail Maia, Procópio Ferreira e Vicente Celestino. A peça voltou ao cartaz várias vezes no Rio nos meses seguintes até 1922, pelo menos.

(3) Além de Viriato, Norberto apontou como plagiários Cláudio de Sousa e Oduvaldo Viana, autores prestigiados na SBAT. O boletim de março de 25 reage da seguinte forma à declaração: “Esperemos que novas surpresas nos traga o ator Norberto, que citou [...], e creio também que Shakespeare, Victor Hugo, o Xá da Persia, e não sabemos quem mais... Ó erudito parlapatão!”

(4) Barros, Orlando de: *Custódio Mesquita, um compositor romântico [O entretenimento, a canção sentimental e a política no tempo de Vargas, 1930-45]*, São Paulo, 1995 [tese de doutoramento], pp. 39-47.

(5) Rocha, Daniel: “A SBAT e o direito do autor”. In: “Revista de Teatro”, suplemento, jul./ago./set. 1987.

(6) Conforme revelam as teses do Congresso Teatral Brasileiro, realizado em dezembro de 1925 e publicado em seqüência nos boletins mensais da SBAT de 1926.

(7) Rocha, D., op. cit., p.2.

(8) Idem, ibidem.

(9) Idem, p.4. Diga-se também que havia na imprensa da época uma campanha de autores-jornalistas denunciando a expropriação dos direitos de criação pelos empresários, destacando-se entre eles: Raul Pederneiras, no “*Jornal do Brasil*” e Viriato Correia, no “*A Rua*”. Diga-se que, entre os treze primeiros signatários da SBAT, encontravam-se vários jornalistas, entre os quais Bastos Tigre, Oscar Guanabara e Euricles de Matos, que também haviam escrito sobre as necessidades de representação da classe. Nas reuniões seguintes, outros jornalistas tomavam assento, como Mauro de Almeida, do “*Jornal do Brasil*”, significativamente co-autor de *Pelo Telefone*, que passa por ser o primeiro samba gravado. Daí em diante vários professores e escritores juntaram-se aos autores teatrais: Coelho Neto, Paulo Barreto (João do Rio), Delgado de Carvalho, João Ribeiro etc. Também eram pessoas que, em algum momento, haviam se digladiado pela questão dos direitos de autoria.

(10) Conforme Ruiz, Roberto: *Teatro de revista no Brasil: do início à Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Inacen, 1988, p. 68.

(11) Moreira, Álvaro: “O teatro no Brasil de Washington Luís a Getúlio Vargas”. In: “Anuário da Casa dos Artistas”, Rio de Janeiro, 1938, 20º aniversário.

(12) De acordo com depoimento de Daniel Rocha ao Autor em 14.08.1991. De fato, também a Casa dos Artistas vivia a incensar Getúlio, conforme se vê no anuário da Casa de 1938.

(13) Cf. Gonçalves, A. F. L.: *Dicionário, etc.*

(14) Nos boletins da SBAT, desde 1926 até o começo da década de 30, vemos a correspondência (felicitações em datas festivas, principalmente) de sindicatos de profissões teatrais, mas, depois desse ano, não mais encontramos referências a eles, exceto o dos “Iluminadores, Eletricistas e Cenógrafos”. Em 1938, o “Anuário da Casa dos Artistas” menciona a existência de uma “Associação de Coristas e Pontos Teatrais”. Mas sabemos por Gonçalves, op. cit., passim, que em 1924 havia uma “Associação Beneficente dos Porteiros Teatrais e Anexo do Rio de Janeiro”, e que, em 1943, foi fundada uma “Associação Brasileira das Secretárias Teatrais”. Até onde foi possível investigar, a mais antiga organização que encontramos foi a “Caixa Beneficente Teatral”, fundada em 1896 e ainda existente em 1909, pelo menos.

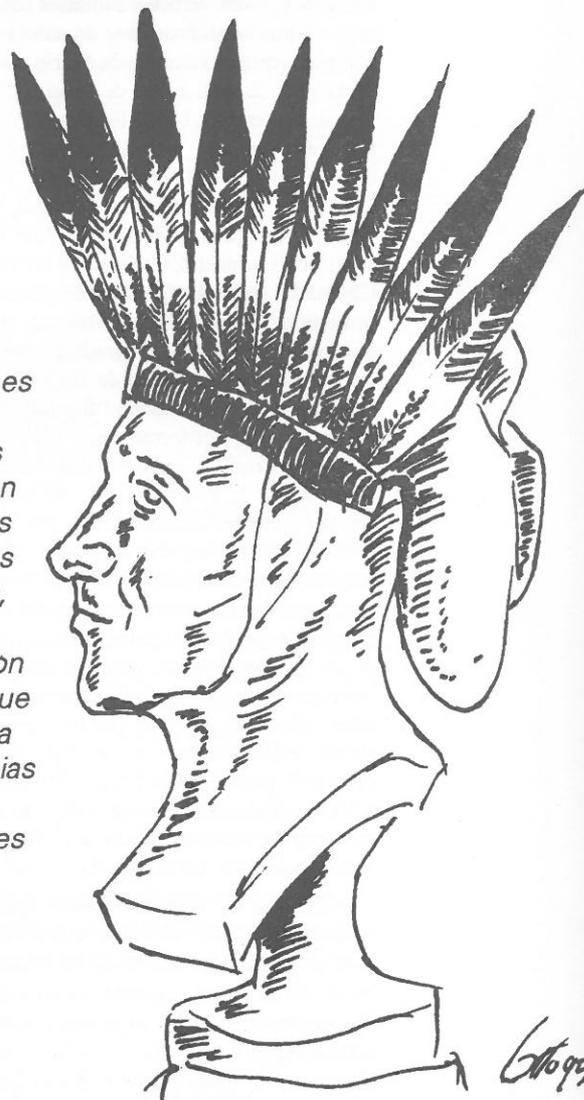
(15) Cf. Lira, M. op. cit., p. 96.

Diplomacia em Literatura

**Esboço de Uma Outra Leitura d'
O Testamento Estético de Machado de Assis**



Nuestra tradición es toda la cultura occidental ... los sudamericanos en general podemos manejar todos los temas europeos, manejarlos sin supersticiones, con una irreverencia que puede tener, y ya tiene, consecuencias afortunadas.
- Jorge Luis Borges in "El escritor Argentino y la Tradición" -



Teresinha Zimbrão

**Graduada em Letras pela Uerj
Doutora em Literatura Comparada pela
Universidade de New Castle Upon Tyne**

P

OR *diplomacia* entende-se aqui a habilidade de uma nação ou fronteira cultural em se relacionar com uma outra, em superar assim os seus pré-conceitos a propósito do que lhe é estrangeiro ao ponto de, cultivando

tanto a humildade de receber quanto a audácia de emitir, com aquela outra nação ou fronteira cultural então verdadeiramente dialogar. O que no presente caso, ou seja, o do diálogo da periferia com o centro, do Brasil com a Europa, de uma ex-colônia com a metrópole, manifesta-se sobretudo em termos da irreverência do ex-colonizado em por seu turno atuar também como emissor e não apenas, como no falso diálogo, limitar-se reverentemente a reproduzir a emissão do ex-colonizador. De modo que o título deste ensaio, *Diplomacia em Literatura*, está a aludir a uma tal habilidade (*carnavalesca* em sua condição de inversora do *status quo*) que demonstra na literatura Joaquim Maria Machado de Assis, o escritor de uma cultura periférica que com a incontestável originalidade e universalidade dos seus escritos veio assim a estabelecer um verdadeiro diálogo com a tradição cultural do seu sistema. Pois é então esta sua *diplomática irreverência* de manejar os temas europeus sem quaisquer *superstições*, antes com *conseqüências afortunadas*, que nos propomos esboçar ao longo de uma *outra* leitura do *testamento estético* machadiano.

A *alteridade* reivindicada por esta leitura está basicamente assentada nos seguintes pontos: em primeiro lugar, na preferência dada a páginas machadianas *pouco* lidas, tal como têm sido as de Esaú e Jacó; em segundo lugar, na aplicação quase *inédita* de conceitos bakhtinianos como heteroglossia e dialogismo para descrever a relação entre o texto do escritor brasileiro e o seu modelo europeu; por último, no fato de que do ângulo escolhido para tal leitura, ou seja, o da confrontação dos dois textos, há ainda *muito* que se ler no *testamento estético* de Machado de Assis. Com efeito, e isto não só por causa da polivalência machadiana, mas também por uma outra razão: dado o real alcance da *complexidade* implicada na leitura do *testamento* a partir

de um tal ângulo, esta não foi ainda explorada ao seu limite. Afinal, de um lado, quando do distanciamento dos dois textos, ela envolve o difícil reconhecimento da potencial fonte de inspiração européia ensombrecida pela radiante luz da originalidade machadiana; e de outro, quando da aproximação de ambos (por exemplo, na adoção da "forma livre de um Sterne"), ela envolve então o não menos difícil reconhecimento do próprio grau desta originalidade machadiana por seu turno de certo modo ensombrecida pelo evidente parentesco europeu.

Pois nos defrontamos com a primeira destas duas dificuldades antes de enfim nos darmos conta de um dado que até então havia passado despercebido pelas leituras anteriores do *testamento*, ou seja, a extensão da definitiva importância de Dante e Xenofonte para uma melhor compreensão de Esaú e Jacó. Com efeito, se é verdade que os críticos Eugênio Gomes e Helen Caldwell ensaiaram há mais de 20 anos as primeiras pinceladas neste sentido, contudo, também é verdade que só agora a partir de um pincel mais persistente como o nosso é que o quadro veio adquirir contornos bem definidos. E o que a exposição deste quadro inédito vem dar então a perceber é que Machado de Assis nas páginas de Esaú e Jacó irreverentemente reproduziu (ou carnavalizou) tanto às da Divina Comédia e às do Anabasis, quanto ainda por ocasião da elaboração do Conselheiro Aires, o pseudo-autor do seu texto, reproduziu ele desta vez e com a mesma irreverência, os respectivos autores daquelas páginas: os próprios Dante e Xenofonte.

Ora, dentre os muitos indícios que podemos enumerar como a apontar para um tal resultado importa que adiantemos pelo menos dois. Primeiro, a apropriação da parte do pseudo-autor Aires do verso dantesco "Dico, che quando l'anima mal nata", que se na Divina Comédia comparece como uma alusão ao determinismo definido em termos da predestinação divina, contudo, como epígrafe de Esaú e Jacó, este antes alude ao correspondente determinismo de um mundo já secularizado: o da hereditariedade (e de fato, Aires convoca o verso para explicar a insipidez de personagens que teriam herdado do berço a insípida alma "mal nata"). Pois a partir desta confrontação

inicial, acontece de ser pela primeira vez identificado o quanto Machado de Assis na sua Comédia que não é a Divina, está então a reproduzir (ou "reduzir") para as dimensões da moderna periferia não apenas um texto do centro do seu sistema, mas ainda o próprio autor deste, o consagrado diplomata e literato medieval Dante Alighieri, que também "aposentado", veio então dedicar-se, assim como o "modesto" diplomata e literato Aires, a escrever as suas pseudo-memórias, cada um deles problematizando daí o respectivo determinismo da sua época. Quanto ao segundo indício, este comparece no fato de que à semelhança do diplomático Xenofonte, o por sua vez diplomático Aires (de quem inclusive sabemos estar lendo aquele com admiração) é também o autor de um texto memorial (semelhantemente sobre a discórdia entre dois irmãos pelo poder político) ao longo do qual, como o outro, trata a si como mero personagem. E de novo, a partir desta confrontação inicial acontece então de ser identificado pela primeira vez que também o "grande" Xenofonte está sendo reproduzido (ou "reduzido") no "pequeno" Aires.

De onde que esta outra leitura do testamento vem expor um quadro inédito em que Machado de Assis exercitando toda a sua diplomática habilidade seja de humildemente receber, seja de ousadamente emitir, ousa no diálogo com a Europa a irreverência inclusive da reprodução "deformada" (muitas das vezes ao ponto da ironia e da paródia) do texto desta de modo a poder assim, e este é um ponto importante que viemos então explicitar, acomodar este com propriedade a um contexto bem distinto do original (no caso, dos centros do mundo medieval e antigo para a moderna periferia).

Eis portanto de como estamos a contribuir com uma leitura original de Esaú e Jacó, além de darmos ainda a partir daí uma contribuição mais geral, que é a de sublinhar o quanto a literatura de Machado de Assis como um todo está diplomaticamente em diálogo com uma outra. Dado deveras relevante, e que se tem passado despercebido no que diz respeito a diversas páginas machadianas, além das de Esaú e Jacó, é sobretudo porque o escritor brasileiro ao produzir um texto original e universal a partir da irreverente reprodução (ou carnavalização) do texto europeu, muitas das vezes se distancia a

tal ponto do seu interlocutor que o mesmo se torna quase que *irreconhecível*, e com este portanto se torna também quase que *irreconhecível* o próprio fato de estar havendo então um diálogo.

Em suma, tendo reconhecido um tão complexo diálogo - de conseqüências das mais afortunadas e sem quaisquer superstições - deste escritor brasileiro com a tradição cultural do seu sistema, viemos então a partir deste ensaio apresentar de tal diálogo um primeiro esboço.

Bibliografia

- ASSIS, J. M. de. *Esaú e Jacó*, Ed., Introdução e notas de Massaud de Moisés. São Paulo: Editora Cutrix, quarta edição.
- ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia: in ferno, purgatório e paraíso*. Edição em italiano e português. Trad. Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, Coleção Universidade de Bolso.
- XENOPHON. *Anabasis*. Trad. J.S. Watron. London: George Bell and Sons, 1880.
- BAKHTIN, Mikhail. *Rabelais and his world*. Trad. Helene Iswolski. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1968.
- _____. Problems of Dostoevsky's Poetics. Trad. R. W. Roetrel. Arbor, Ardir, 1973.
- _____. *The Dialogical Imagination: four essays by Mikhail Bakhtin*. Trad. Caryl Emerson and Michael Halquist. Ed. Michael Halquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

Cinema Migrante: o espelhamento da diferença



**“Aqui fui entregue à solidão,
não trouxe ninguém,
não tenho ninguém,
não sou ninguém”**

(migrante nordestino - Vídeo de Gervásio)

Ademir Pacelli

**Professor do Instituto de Psicologia.
Supervisor Clínico junto ao Serviço de Psiquiatria do Hupo/Uerj**



ER um lugar de referência, ser reconhecido e referendado em algum lugar, permite ao sujeito se ver como habitante de um mundo compartilhado. Topografia imaginária buscada pelo imigrante como ponto de ancoragem. A experiência migrante pressupõe sofrimento mas também esperança (Yahyaoui, 1989), se há ruptura, rejeição e renúncia, há também o desejo de reconstrução de um mundo com os outros. Neste sentido, o filme de João Batista de Andrade (1982): "O Homem que Virou Suco", retrata a temática migrante de forma abrangente, mostrando seus aspectos mais sensíveis, tais como: a perplexidade do migrante nordestino na grande cidade, com seu ritmo acelerado e disperso; a discriminação arraigada contra o nordestino em São Paulo, como também mostrou Gervaisieu (1994) em seu vídeo. Andrade enfoca ainda a relação do indivíduo com a cultura e a importância desta para o funcionamento psíquico. Seguindo o estilo da narrativa de cordel, procura resgatar a cultura brasileira através da afirmação de sua diversidade de traços e valores, que se entrecrocaram e se interpenetram, conseguindo desdobrar-se e preservar-se frente ao etnocentrismo, reafirmando assim a potencialidade transformadora da cultura popular. Como a maioria dos estudos epidemiológicos sobre o migrante estão reduzidos à análise da variável de adoecimento (Almeida Filho, 1987; Kohn, 1990; Lee, 1991), este filme trás até nós um campo riquíssimo e abrangente de estudo.

Andrade se utiliza da câmera como instrumento de análise e de intervenção na realidade social de nosso país. Aproxima-se de forma identificatória com o objeto de sua análise. A luta do migrante nordestino para manter, criar e recriar as condições mínimas de cultura para a sobrevivência de seu psiquismo e de sua existência enquanto sujeito, pode ser vista como metáfora da própria sobrevivência da cultura popular brasileira.

O cinema migrante é aqui analisado em dois sentidos: no primeiro, propomos reencontrar o migrante aí retratado em sua dimensão expressiva e narrativa. No segundo, vemos o espaço do cinema como um lugar de relação com a alteridade. Lugar

para onde migramos na busca de sensações e de experiências com espaços, tempos e outros diferentes do cotidiano, realizando nossa necessidade de alteridade e de 'alucinação'.

Loucura e Afirmação Severina

João Batista defronta-nos logo de início com esse outro migrante, um nordestino recém-chegado a São Paulo é caçado pela polícia ao ser confundido com um outro. Seu 'sósia' havia matado o patrão na hora de receber o título de Operário Padrão. O nome do homicida representa uma marca registrada nordestina: José Severino da Silva. Apesar do outro ser Deraldo José Silva, para a polícia ele não passa de um 'paraíba'. Se em sua terra ele é reconhecido pelo seu nome, aqui a nomeação não parece ter valor. Seus traços de identificação regional, são captados pela percepção estereotipada de uma imagem pré-moldada pela ideologia discriminatória, com o objetivo de apagar a sua singularidade. A percepção do policial é o reflexo de um imaginário social discricionário: 'é tudo severino'; 'paraíba'; 'cabeça de girimum'. Já que "todo paraíba adora peixeira", ele é suspeito. Como recém-chegado e poeta, ele não possui carteira de trabalho assinada, tornando-se difícil provar que ele "não é o outro". Não há lugar nessa relação para a percepção das diferenças individuais (Affergan, 1987).

Como o nosso Severino, que é Deraldo, era esperto e prezava por sua vida, escapou-se pelas ruelas da favela. Na cena da caçada, o diretor faz aparecer uma realidade escondida nas sombras da cidade. Sob as luzes das lanternas e refletores da polícia, os rostos atônitos, perplexos e silenciosos vão sendo esculpados. Jovens, idosos e crianças, aparecem aí fustigados pela luz do esquema policial, como se fossem marginais escondidos - "Brasil, mostra a tua cara!", cantam Gal e Cazuza. Esse Brasil das luzes da cidade, das imagens televisivas bem acabadas, prefere mirar-se em espelhos além mares. Tomado por essa identificação euroamericana, recalca esse outro Brasil e teme ver a sua própria cara, já que o recalco tende a voltar.

Depois de escapar da perseguição, Deraldo vai ter que enfrentar a via sacra de sua sobrevivência. Ele precisa preencher uma série de exigências para circular nas ruas da metrópole. Descobre também

que seus livretos de cordel, com impressão e temática original, já foram substituídos pelas impressões coloridas e temática urbana. As portas vão se fechando e o indivíduo vai se sentindo pressionado e sem condições de circulação. O poeta defronta-se com o tolhimento de seu espaço de agir e falar.

O personagem de Andrade é construído em sua duplicidade para servir de analisador. A problemática do migrante aparece aí em seus múltiplos enfrentamentos. A ideologia da adaptação é vivida pelo sujeito como um 'leito de Procuste'. O confronto do sistema de representação e de valores do interior nordestino com a polissemia urbana é representado por esse espaço múltiplo e repleto de sinais complexos, que produz no indivíduo uma sensação de falência de seus recursos instrumentais. Cair no anonimato ou ser tomado pelo outro (Ferreira, 1994) é sempre uma ameaça para o sujeito.

O itinerário que Andrade traçou para o nosso herói, exige que ele ative seus registros instrumentais e simbólicos, para superar seus impasses e contradições. Deraldo é um poeta popular, apesar de refratar-se nos espelhos de São Paulo, ele dispõe de dois importantes instrumentos para lidar com a estranheza: a criação poética (palavra viva) e a leitura. Mas, como um ser criativo e sensível, se opõe a aceitar a dureza e a crueldade das relações de trabalho reservadas aos imigrantes do interior, sem qualificação técnica. Mas após a apreensão de seus cordéis, é obrigado a se submeter à rede da construção civil. Trabalho pesado, responsável pela sobrevivência de milhões de nordestinos no 'sul maravilha'.

Na 'obra', ele terá que enfrentar o capataz grosseiro e despótico. Mas, nos oprimidos espaços dos dormitórios, oferece a seus conterrâneos analfabetos uma janela para vislumbrarem sua terra e conectarem seus laços afetivos. Passa a ser o missivante e o leitor das cartas tão preciosas. Torna-se o mensageiro que oferece a seus companheiros o acesso à palavra, da qual estavam privados. Ao oferecer-lhes uma via de transporte para a imaginária e saudosa terra natal, introduz as condições de resgate da intersubjetividade, que se achava obliterada. Perder a comunidade e os testemunhos é perder a memória (Ferreira, 1995; Halbwauchs, 1950). Sua entrada neste espaço tris-

te e solitário reata o laço dos trabalhadores, fazendo com que o tempo e o espaço tornem-se mais próximos e mais afetivos. O fio da palavra trocada cria um espaço estético de lirismo, tornando esse lugar feio e triste, mais aconchegante para esses homens tão violentados por uma realidade social opressora.

As forças do recalçamento não conseguiram apagar a memória nordestina de Deraldo, mas ele não fica livre da situação conflitiva à qual o migrante está submetido: sofrer os efeitos do recalçamento de sua memória do passado ou lutar para preservar a integridade anterior. Essa ambigüidade migrante do conservar ou destruir (Neves, 1988) é dramatizada de forma crítica na construção de Andrade, ao fazer seu personagem passar pelo recrutamento de uma empresa construtora do metrô. Sistema 'moderno', que procura preparar seus operários. Na verdade eles são submetidos a um tipo de 'lavagem cerebral', onde o 'psicólogo' projeta um audiovisual para condicioná-los à normatização da empresa. Trata-se de um desenho animado, onde os heróis nordestinos aparecem de forma estereotipada e desdenhosa. Seus hábitos, comportamentos e valores, são considerados inferiores frente ao padrão de vida da capital paulista.

Deraldo sente-se totalmente defasado frente ao herói da tela, "o Lampião que veio para São Paulo para domar o monstro serpente que corre sobre os trilhos", e que é escorraçado pelos próprios companheiros, como "um desadaptado que quer trazer seus hábitos atrasados para a Capital". Esse espelhamento caricatural de seus conflitos produz nele uma "inquietação estranheza" (Freud, 1976), à qual reage com agitação e oposição.

Depois de várias provações, Deraldo volta a banca de jornal, discutindo com o jornalista surge a possibilidade de um acordo, descobrirá quem é o seu sócia foragido e escreverá seu drama. O jornalista gosta da idéia, acredita que será uma história que vai interessar ao público.

Seu sócia surge bem diferente do homicida procurado, "Operário Padrão", adaptado aos ideais da produção maquinica da engrenagem industrial e funcionando como extensão da máquina. Chegava isoladamente ao trabalho, batia seu cartão de ponto, não conversa com os colegas, indo direto para seu turno. Não participava do sindicato, não se reunia com os

colegas: "é de casa para o trabalho e do trabalho para a casa", como reza a ideologia adaptativa e também as "estratégias de sobrevivência" (Zamora, 1992) adotadas pelo indivíduo contra a ameaça e a estranheza dos espaços urbanos. Sem mediação, ao sentir-se envolvido e traído, sua revolta expressou-se de forma bruta, se sucumbindo à seguir na loucura.

Ao reconstruir a história de seu sócio, Deraldo reconstrói sua própria história. Do eu ao outro, da estranheza à linguagem, da identidade à alteridade, o sujeito resgata sua possibilidade de circular e lidar com os confrontos polissêmicos. Salva assim o seu eu da posse do outro e, conseqüentemente, do enlouquecimento.

Na cena final Deraldo divulga e canta a história dos nordestinos, que "viram suco" na engrenagem da grande cidade. Há um coletivo que se manifesta na praça. Desta forma o diretor faz a liberdade do personagem ressoar com a luta pela democratização do país. Deixando o povo na praça e o nordestino cantando a sua saga, a câmera sobe, sobrevôa São Paulo a partir do centro para a periferia, mostrando os contrastes da produção da riqueza com a geração da miséria, tendo como narrativa de fundo, uma toada em ritmo de martelo agalopado, que vai pontuando esses contrastes.

O filme Andrade é assim uma abordagem aguda e sensível da experiência migrante. Como na construção de cordel (Azevedo, 1991), ele resgata do drama a sua dimensão coletiva e desse coletivo, a singularidade do migrante nordestino. Ao colocar em cena esse fusionamento indivíduo-história, ele faz circular o real da experiência migrante, dentro de uma visão dialética, onde a força do drama é tecida nos fios da cultura e da história, sem perder sua singularidade. O indivíduo reestrutura sua individualidade na interação com o coletivo, onde, mediado pela linguagem e pela cultura, reafirma seu desejo, integrando-o à consciência e inserindo-o na práxis social (Micela, 1984).

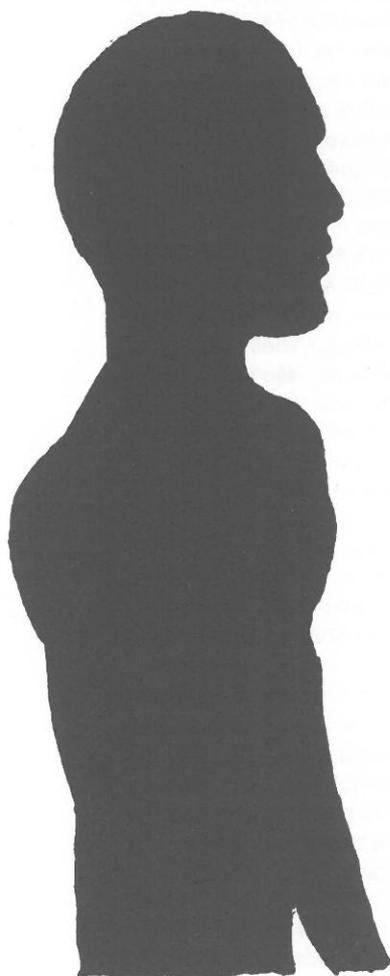
Bibliografia

- AFFERGAN, F. "Exotisme et Alterité". Paris, Put, 1987.
- AZEVEDO, C. "Rompendo Fronteiras: A Poesia de Migrantes Nordestinos no Rio de Janeiro". Tese Doutorado, Rio de Janeiro, UFF, 1991.
- ALMEIDA FILHO, N. "Epidemiologia Social das Desordens Mentais". In: Costa/Tundis (org), *Cidadania e Loucura*, Petrópolis, Vozes, 1987.
- FERREIRA, A. P. "O Migrante na 'Pele' do Outro: Um Espaço de Estranhamento e Duplicação". *Inform. Psiq.* 13(2): 59-64, Rio de Janeiro, ECN, 1994.
- . *Memoria Migrante: Entre o Devaneio Lírico e o Recalcamento do Passado*. Rio de Janeiro, *Inform. Psiq.* 14(2): 68-71, 1995.
- FREUD, S. "O Estranho". OSB, vol. XVII, Rio de Janeiro, 1976.
- HALBWACHS, M. "La Memmoire Collective". Paris, Press.Univ. de France, 1950.
- KOHN ET COLS. "Immigration and Mental Health: An Epidemiological Critique". Columbia University, 1990.
- LEE, FUN I. & COLS. "Psicose Reativa Aguda e Imigração". In: *Informação Psiquiátrica*, 10(2): 41-44, Rio de Janeiro, 1991.
- MICELA, R. "Antropologia e Psicanálise". São Paulo, Brasiliense, 1984.
- NEVES, L. F. B. "As Máscaras da Totalidade Totalitária". Rio de Janeiro, Fu, 1988.
- YAHYAOU, A. (Org.) "Corps, Espace-Temps et Traces de L'Exil". Grenoble, édit/A.P.P.A.M., 1989.
- ZAMORA, M. H. "Saber Viver: Táticas de Sobrevivência do Nordeste no Rio". Tese, Rio de Janeiro, PUC, 1992.

Filme

- "O Homem que Virou Suco". Brasil, 1982.
Diretor: João Batista de Andrade.
- "Tem que Ser Baiano?". Brasil, 1994.
Diretor: Henri Gervaisieu.

A Ética é a Que Não se Pode Dizer Toda



Gustavo Bernardo Krause

Gustavo Bernardo é coordenador de Teoria da Literatura do Instituto de Letras da UERJ, e autor dos ensaios *Rodação Inquietada* (Globo, 1985) e *Quem pode julgar a primeira pedra?* (Volume-Dumará, 1993).

Este artigo apresenta algumas considerações sobre ética, presentes na tese de Doutorado de seu autor, intitulada: *A tração pertinente: ensaio grave, porém ilustrado, de ética e literatura, defendida em maio de 1995.*



relativa distância, homem veste camiseta em que se destaca a cruz suástica. Em primeiro plano, mas à sombra, outro protesta e alerta: que aquele símbolo se encontra proibido. A réplica do homem da camiseta é aparentemente ingênua: "por quê?" Ingênua, ou indica-

dora de má fé mesmo - do caráter nazista do rapaz, digamos. Todos não deveriam saber que aquele símbolo se encontrava proibido?



É o que diz o que protesta à sombra, espantado por não se saber que *eles* mataram milhões de seres humanos, com particular ênfase mulheres e crianças. No entanto, a réplica do homem da camiseta novamente faz a pergunta de caráter ingênuo, na aparência, tomando justo *ao pé da letra* o espanto do outro: "quem, os símbolos?". A simbiose metonímica, entre o símbolo utilizado pelos nazistas e os próprios nazistas, bruscamente desfaz-se através da pergunta *ingênua*.



Num primeiro instante, a pergunta é de fato interpretada como ingênua pelo da sombra. Mas, após breve reticência, ele percebe a *ironia* por trás da pergunta do homem da camiseta, tentando retrucar com pergunta igualmente irônica - "espertinho, hein?" Isto soa, entretanto, vulgar; fraco: bobo. Quando o primeiro, sempre fora da sombra, sai da ironia e chama o segundo, explicitamente, de "trouxa".



Na tira de Laerte, publicada na *Folha de São Paulo*, em 2 de junho de 1992, o homem da sombra pressupunha acordo lingüístico prévio, tão prévio que dele não se tivesse memória da condição de acordo - somente dos termos, postos por origens da comunicação. O homem da camiseta, com suas perguntas e com sua camiseta, denunciava os termos do acordo e a estrutura catacrética da metonímia. Denunciava o enrijecimento da linguagem, incapaz então de pensar por que alguém usaria, ainda no século XX, roupa adornada com o símbolo ligado aos nazistas e à memória do que os nazistas fizeram; enrijecimento capaz, tão-somente, de brandir uma proibição.

O enrijecimento da linguagem cotidiana não é problema exclusivamente lingüístico. Trata-se, antes de mais, de problema moral, como o demonstra o diálogo, melhor dizendo, o confronto dos quadrinhos. Não posso saber se o homem da camiseta era simpático ao nazismo ou gostava de provocar os *caretas*: a história se encerra em uma única tira de jornal, a história se encerra em três quadros. Mas posso saber que, no confronto dramático e *simbólico*, ele é indubitavelmente vencedor. O outro é um trouxa, sem dúvida. Mais: o outro é uma *sombra* - uma sombra da linguagem que não só lhe é prévia como também se lhe afigura *alheia*.

A derrota dos nazistas na guerra acaba por apontar, não pela primeira nem pela última vez, para uma vitória: alguma vitória do nazismo ele mesmo, enfim. Como? Ora, se o nazismo pretendeu a criação de grupos humanos tão coesos que nem pensassem - um líder, um *Führer*, por eles pensaria; se o nazismo pretendeu a instituição universal da *servidão voluntária*, da qual o homem na sombra se nos mostra legítimo representante, servindo voluntariamente a chaves conceituais que ele jamais compreende como chaves, só podendo vê-las como *fechaduras-em-si*; então... essas sombras.

Os homens-da-sombra sabem quase sempre reclamar das arbitrariedades dos agentes dos poderes, na mesma proporção em que não identificam a arbitrariedade inerente a todos os discursos - na mesma proporção em que não identificam a arbitrariedade inerente a seus próprios discursos. Esta realidade - relativamente sombria - promove e permite a condição pantanosa em que se movem as questões morais.

Para abrir algum caminho nesse pântano, cabe distinguir *ética* de *moral*, inclusive porque são termos usualmente misturados. A primeira distinção recorrerá à etimologia, lembrando que o segundo termo, *moral*, vem do latim *mos* ou *mores*, isto é, costume ou costumes, enquanto o primeiro termo, *ética*, vem do grego *ethos*, isto é, modo de ser ou caráter, terminando por constituir um ramo do conhecimento.

A moral corresponderia a um conjunto de atitudes que se afinasse com os costumes, com um conjunto de atitudes às quais nos acostumaríamos, independentemente de maior ou menor consciência ou responsabilidade. A ética corresponderia, por sua vez, ao caráter de um indivíduo, o que necessariamente dependeria de consciência e responsabilidade. A atitude moral, ou imoral, não precisa implicar qualquer conflito. Acostumamo-nos com comportamento condizente com o meio social, é só; ou nos comportamos contra o que prega este mesmo meio apenas por reação. Todavia, se há ação, esta pressupõe reflexão sobre as possíveis alternativas de ação; se há reflexão, esta, por sua vez, pressupõe uma atitude ética, porque "la actitud ética nace de los conflictos entre deberes morales."

Neste sentido, a moralidade é social, por definição, enquanto a ética seria individual - ainda que se queira, no horizonte, como social e universal. A ética seria individual - a responsabilidade persiste solitária - porque implica a escolha entre deveres morais conflitantes, ou seja, implica a solução, particular e provisória, necessariamente consciente, do conflito.

Logo, a ética é também o que não se sabe - ou melhor, a ética é a que não se pode dizer toda. "Se um homem pudesse escrever um livro sobre ética que fosse realmente um livro sobre ética, este livro, como uma explosão, aniquilaria todos os outros livros do mundo", determinara Wittgenstein. A ética, tal qual o bem, só podemos vê-los em lusco-fusco, como nos espelhos, em enigmas. Um enunciado ético, enquanto ato lingüístico, possui a propriedade comum a tais atos: a performatividade. A linguagem não apenas descreve ou constata; ela é ato, capaz de desempenho ou de alterar ações ou estados: "todo dizer é fazer". Isto é, a ética não pode ser uma substância que se possa definir ou catalogar, embora se apresente através de um nome substantivo; a ética é o próprio fazendo humano, simultaneamente composta pelas intenções e pelas conseqüências.

A frase e o desenho do lápis começando um ponto (um ponto também final), no cartum de Millôr Fernandes, publicado há alguns anos atrás no Jornal do Brasil, nos apresentam, portanto, um excelente emblema para a ética. Quem começa, já fez; o menor ato contém todas as intenções e todas as conseqüên-

cias; mesmo quem hesita, se torna responsável pelo sim, pelo não, pelo talvez. Não há como voltar atrás; o gesto, uma vez começado, se torna soberano.

Todo este desenvolvimento contrasta com o uso corrente do termo ética. Pode-se encontrar o termo comumente confundido com a moral, ou com determinada acepção da moral - como quando se fala na ética profissional querendo significar a necessidade de certo *esprit de corps* dentro de um mesmo grupo de profissionais. O médico que se abstém de criticar o colega responsável por um erro clínico; o professor que se abstém de criticar o colega responsável pela transmissão de erros de conteúdo; o policial que se abstém de criticar o colega responsável pela morte de um assaltante que se havia rendido: são exemplos recorrentes do *esprit de corps* que se tomam por modelos de atitude ética, quando, na verdade, apenas defendem certo tipo de moral corporativa.

Os *media* bradam relações estreitas entre ética e política, procurando encontrar "falta de ética" aqui, ali, acolá. No entanto, a ética "não é uma arma de tiro nem munição destinada a alvejar o próximo em sua autoestima, e muito menos o próximo em geral, como se os seres humanos fossem feitos em série, como *donuts*. A ética serve unicamente para tentarmos melhorar a nós mesmos, não para reprendermos eloqüentemente nosso vizinho; e a única coisa que a ética sabe com certeza é que o vizinho, você, eu e os outros somos todos feitos artesanalmente, um a um, com amorosa diferença". Assim, a quem ruge que "os políticos não têm o mínimo de ética", poderíamos responder, ética e amavelmente: "que tal olhar o seu rabo, primeiro?"

De onde viria o remorso? Dizendo simplesmente, da liberdade. Se não fôssemos livres, a culpa não faria qualquer sentido. Por isso, a criança, quando pega na botija fazendo algo vergonhoso, apressa-se em gritar não fui eu!, exatamente porque sabe que foi ela e precisa negar a ação livre que tomara; por isso, o adulto, quando em situação equivalente e quando não superou o estágio moral do *infans*, apressa-se em afirmar que não teve outro remédio senão agir daquele modo, que não pôde escolher, pressionado ou por ordens superiores, ou porque todo mundo fazia a mesma coisa, ou por impulsos "inconscientes" e "incontroláveis". Em compensação, aquela criança, ao fazer um desenho muito bonito, correrá a dizer que fez sozinha; este adulto, ao realizar algo de mérito, correrá para afirmar que foi livre para fazê-lo e escolheu fazê-lo - embora prefira confessar-se "escravo das circunstâncias" quando seus atos são pouco gloriosos.

Para a política, importam antes as conseqüências e os resultados das ações, seja qual for o motivo delas. Para a ética, o importante

é *querer bem*. Tomando como exemplo o trivial sinal de trânsito vermelho, tão desobedecido nos cruzamentos brasileiros: do ponto de vista moral, positivo é querermos respeitar a luz vermelha, por consciência das suas razões; do ponto de vista político, importa apenas que ninguém desobedeça ao semáforo, nem que somente pelo medo da multa. Para a política, todos os que respeitem o sinal vermelho seriam igualmente "bons", qualquer que seja a motivação por que o façam. Para a ética, só merecem apreço verdadeiro os que respeitam o sinal vermelho por convicção racional, pois são estes que enfim entendem o uso da liberdade. (3)

O detalhe importante: a ética não pode *esperar* a política (o contrário também é verdadeiro). Não importa se o mundo *nunca esteve pior*, as sociedades humanas nunca foram mesmo nada "do outro mundo", sempre foram coisa deste mundo e, portanto, devidamente cheias de defeitos, de abusos, de crimes. Mas em todas as épocas e lugares apareceram e aparecem pessoas capazes de viver bem e de fazer viver bem, ou ao menos empenhadas nisso.

Parece-me que tendo a esposar concepção de ética bastante próxima daquela que defende o filósofo espanhol Fernando Savater, em seu *Invitación a la ética*. Para ele, a ética é paradoxal e humorística em sua raiz mesma, pois propõe um ideal e no entanto se nega a remeter-se ao futuro; defende o reconhecimento intersubjetivo de alguns valores mas não crê em nenhuma das legitimações que se ancoram no passado ou na tradição. A ética, portanto, somente pode ser tomada a sério desde que se reconheça esta sua condição paradoxal, que não seria formal nem estilística, mas sim essencial. (4)

Por via de consequência, seria exatamente o ângulo do humor aquele capaz de constatar que o ideal ético permanece perpetuamente aberto, o que empresta razão a Bernard Shaw, quando afirmou ser toda tarefa intelectual essencialmente humorística. Sim, porque "*el humor mana permanente y espontáneamente de la paradoja; y ésta es el destino último y frecuentemente el punto de partida de toda cavilación.*" (5)

Paradoxo como o que se expressa, por exemplo oportuno, na seguinte sentença:

Nenhum amor sobrevive à palavra, mas nenhum poder prescinde dela. (6)

Os homens-da-sombra levam as suas verdades absolutamente a sério. Os homens-da-sombra não têm humor, o que é uma pena, porque alguns são inteligentes (mas não o suficiente para olhar vez ou outra o próprio rabo). Politicamente corretos, teoricamente progressistas, academicamente muito sérios, em amor ou em linguagem são apenas ineptos, desconhecendo o poder simultaneamente corrosivo e afetivo da ironia e da auto-ironia. Querem as suas verdades e as suas palavras *completas*, como se isso algum dia tivesse sido sequer possível. Talvez por conta dessa situação os homens-da-sombra se mostrem tão rígidos, tão pouco cortesões, tão pouco cavalheiros — tão mal educados, como se diz -, se terminam *montados* pelas "verdades" que os definem.

Sim: nenhum amor sobrevive à palavra *completa*, ao *conte-me tudo não me esconda nada*, à insistência em escavar todas as "verdades", em perguntar diariamente *mas o que é que você está pensando agora*, ou *o que é que você pensou naquele momento*. Porque essa insistência não é amor, ou pelo menos não é só amor, se vem melada de um certo tipo de desespero que se traveste de suficiência, para melhor esconder a necessidade de controle, isto é, do poder - que não pode, este sim, prescindir da palavra exposta (como uma fratura, ou uma confissão).

Permitam-me: o que vale para o amor vale para a teoria da literatura, ou para qualquer outra teoria. Se quero o outro (seja o outro amante, seja o outro objeto do conhecimento pretendido, por exemplo um livro) como mero *meio* para ampliar o *meu* poder, então sem dúvida não posso prescindir da palavra *completa*, sem cortes, sem paradoxos, sem humor. Entretanto, se quero o outro como *fim* em si mesmo, devo aprender a difícil arte de, mesmo que com palavras, buscar o silêncio.

Notas

(3) SAVATER, Fernando. Obra citada, p. 159-0.

(4) SAVATER, Fernando. *Invitación a la ética*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1991; p.114.

(5) SAVATER, Fernando. Obra citada, p.112-3.

(6) PESSOTI, Isaias. *Aqueles cães malditos de Arquelau*. Rio: Editora 34, 1993; p.15.

Ciência e Comunicação de massa nas sociedades urbanas pós-modernas



Denise da Costa Oliveira

Graduada em Jornalismo e Relações Públicas pela FCS/UERJ

Pós-graduada em Sociologia Urbana pelo IFCH/UERJ

Mestranda em Ciência da Informação no IBICT/ECO/UFRJ.

Este artigo é síntese do estudo feito para o curso "A informação e a questão do pós-moderno" ministrado pela prof. Dr.ª Vania M. H. de Araujo, do mestrado em Ciência da Informação/UFRJ.

Na

PÓS-MODERNIDADE a cidade se torna o espaço ideal para implantação e crescimento dos meios de comunicação de massa. A concentração de renda e de população e o consumo

de informações em nível de massa sustentam essa expansão. É nos centros urbanos que a valorização da informação científica e tecnológica leva à formulação de conceitos como "sociedade da informação", designando o fenômeno de grupos sociais que vivem economicamente em torno da circulação de informações. Na realidade, a sociedade da informação se dá paralelamente à afirmação da era "pós-industrial", quando o impacto das transformações tecnológicas provoca modificações no saber, na ciência e na universidade.

Marcada por novos tipos de consumo, por um ritmo cada vez mais rápido de mudanças, pelo acentuado alcance da propaganda e dos meios de comunicação e pela prestação de serviços, essa nova sociedade parece marcar uma ruptura com a sociedade industrial do pré-guerra (Jameson, 1993, p.43). Mas, se por um lado, na sociedade da informação as novas tecnologias, o poder de reprodução e a capacidade de socialização reforçam o potencial da informação científica, por outro, levam a ciência a ser encarada como "tecnologia intelectual".

Subordinada ao Estado e/ou ao Capital, a ciência se distancia do objetivo de "romper com as trevas" do senso comum (ideal de inspiração iluminista). A informação que dela deriva torna-se, então, um bem econômico, que incorpora além do valor de uso, um valor de troca comercial.

Ciência e Televisão

Nesse mesmo contexto, a televisão se expande pelo mundo acompanhando o esmaecimento de fronteiras e separações fundamentais (característico da pós-modernidade), em especial entre a cultura erudita, a ciência e a cultura de massa. Acrescente-se a isso o fato de que nos "mass media" o noticiário sobre ciência é, quase sempre, condicionado pela necessidade de apresentação do "novo" e do "sensacional". O resultado é que em

desenhos animados, filmes, telerrevistas e telejornais, a ciência é divulgada como espetáculo ou como pastiche de informação científica e tecnológica (uma imitação politicamente neutra).

Nos telejornais e nas telerrevistas, várias matérias jornalísticas acerca da divulgação da ciência ainda são fruto de notícias internacionais, especialmente as relacionadas a catástrofes ou doenças. Exemplos recentes foram os espaços ocupados nos telejornais e nas telerrevistas pela "bactéria assassina" (a que provoca a fascite necrosante), em 1994, e pelo "vírus assassino" (o Ebola), em 1995.

Essa procura seletiva, que tem como critério o nível de espetáculo que um assunto pode oferecer, faz com que temas científicos mais próximos da realidade social do país fiquem sem espaço na televisão ou não sejam tratados com a devida relevância. Na esfera da recepção passam despercebidos: o espectador ignora a disputa travada pelo espaço destinado na televisão aos temas de ciência e tecnologia.

Alguns programas, geralmente transmitidos por emissoras educativas, governamentais e sem fins comerciais, se especializaram em divulgação científica, exibindo um balanço mais equilibrado dos temas. Contudo, têm uma penetração restrita devido, em grande parte, aos horários de veiculação e aos baixos níveis de audiência dessas emissoras. Canais comerciais reapresentam tais programas mas, em horários pouco convidativos (entre 5h e 8h30min). A audiência, conseqüentemente, é muitas vezes menor que a dos telejornais (que ocupam os horários nobres, entre 18h30 e 21). A noção de ciência que os telejornais divulgam é recebida, então, por um público muito maior.

Conforme Muniz Sodré, a televisão faz parte de um sistema simulador que coloca entre o sujeito e a realidade tantas mediações, que hoje já não se pode distinguir com precisão o que é original e o que é efeito do código que organiza a mediação. Para o mesmo autor, "textos, imagens, memória automática constituem a face mais evidente desse código. Mas as próprias relações sociais, os comportamentos, as atitudes, os fenômenos políticos são afetados pelo efeito global da filtragem do código" (1990, p.80).

Essa quantidade de mediações faz com que para o espectador dos programas

televisivos as estratégias de enunciação não sejam claras. Esse é um dos motivos que faz ser necessária a atenção para os estudos sobre os discursos televisivos, levando em consideração que o alcance de comentários, informações e notícias emitidos pode influenciar o espectador e direcionar seus posicionamentos.

Para Merquior, o quadro pós-moderno é opressivamente alienante justamente porque nele o consumo maciço dos meios de comunicação áudio-visuais, e especialmente da televisão, "atua como poderoso mecanismo de reforço do comportamento heterodirigido, isto é, da conduta em que cada indivíduo pauta seus gestos pelos dos outros, num conformismo sistemático" (1976,p.90).

Assim, estimula-se a busca de informações através dos meios de comunicação de massa. Não exigindo reflexão, não dando tempo para o pensar e não exigindo que o espectador seja alfabetizado, a televisão ocupa grande parte do espaço no "mercado informacional". Além disso, o "poder" da imagem, associado ao da enunciação, oferece uma potência à informação, ainda que não gere uma ascendência total sobre o receptor. Mesmo assim, essa associação dota o meio televisivo de grande influência, pois está relacionada à capacidade de persuasão e de sugestão dos meios de comunicação de massa.

A influência e o direcionamento do discurso televisivo abrangem também a divulgação da ciência e da tecnologia. O intuito de torná-las mais atraentes para o público espectador já é fator direcionante.

No Brasil, a preocupação das redes de TV com a divulgação científica é recente. Segundo Nelson Pretto, da UFBA, assim como no rádio, no início das transmissões da televisão brasileira, as emissoras veiculavam seriados importados, tais como produções da BBC, de Londres e dos Estúdios de Walt Disney, com temática ligada ao mundo animal, a plantas, expedições e aventuras. No entanto, a divulgação científica só viria a ganhar espaço a partir da década de 70, com a veiculação no programa "Fantástico", da Rede Globo de Televisão, de matérias produzidas por correspondentes abordando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nos países desenvolvidos, especialmente nos

Estados Unidos. Porém, a tônica destas matérias de divulgação científica era sensacionalista. (1993,p.94)

Programas do tipo "show da vida", que mesclam informação e entretenimento, extraem dos fatos a explosividade e os transformam em variedades e diversão. Reproduzindo estereótipos e utilizando clichês na divulgação da ciência, a televisão isola-a do questionamento político e social. Assim, ao relatar o resultado de uma pesquisa científica ou uma experiência, atribui a ela status de espetáculo. Isolada da realidade imediata do telespectador, a ciência torna-se variedade plástica e esteticamente formatada, esvaziada de conteúdo político e social.

O comportamento científico transmitido na maior parte da programação televisiva demonstra uma visão ideológica da ciência como autônoma. Como se os pesquisadores pudessem assumir socialmente tão-somente a postura de cientistas e se tornassem cidadãos apolíticos. Essa tendência, fruto do empirismo ainda reinante, se apóia na figura do especialista neutro e não contribui para levar o público à reflexão, função da ciência. Como explica Pierre Bourdieu, "a idéia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente *irrecônciliável*, da representação dominante do mundo social" (1994,p.148).

Televisão e recepção

A televisão passa a noção de que pode cobrir todos os acontecimentos e que detém a melhor forma de noticiar. Assim, o meio desperta confiança e credibilidade no receptor, que é levado a crer que a TV cuida de sua informação, dos seus interesses. Não se está dizendo que a televisão não considere o receptor, mas sim, que no fundo, o que é transmitido é a importância de se assistir à programação.

A TV utiliza o sistema de referência da mídia da audiência, mitifica o que é típico, o que o espectador conhece e aprova. Muitas vezes, o público assiste ao programa prevendo que final ele terá. Os programas que utilizam elementos sensacionalistas buscam alcançar o imaginário de espectador, usando regularmente o apelo emocional.

Assim, de uma forma geral, ainda considera-se o receptor como conhecido consumidor, do qual se sabem os gostos e não como fruto de uma construção discursiva. Nesse sentido, conforme Fausto Neto, "o 'estatuto do campo da recepção' é definido por 'manobras' realizadas previamente pela esfera da produção, criando assim verdadeira 'escala de receptores', cujas elasticidade e permanência funcionam de acordo com o conceito de receptor desejado. Tal dimensão estratificante tem também sua repercussão direta sobre a constituição dos mídias e, por conseqüência, sobre as 'maneiras discursivas' com que eles se dirigem ao campo da recepção." (1991, p.62)

A maneira discursiva com que a televisão se dirige ao público quando divulga ciência ainda é predominantemente espetacular. Na realidade, ciência e televisão têm diferentes formas de enunciação. Portanto, a apresentação da ciência por esse meio de comunicação de massa requer grande transformação de um discurso, o da ciência, para outro, o da TV (Mosley, 1988, p.387).

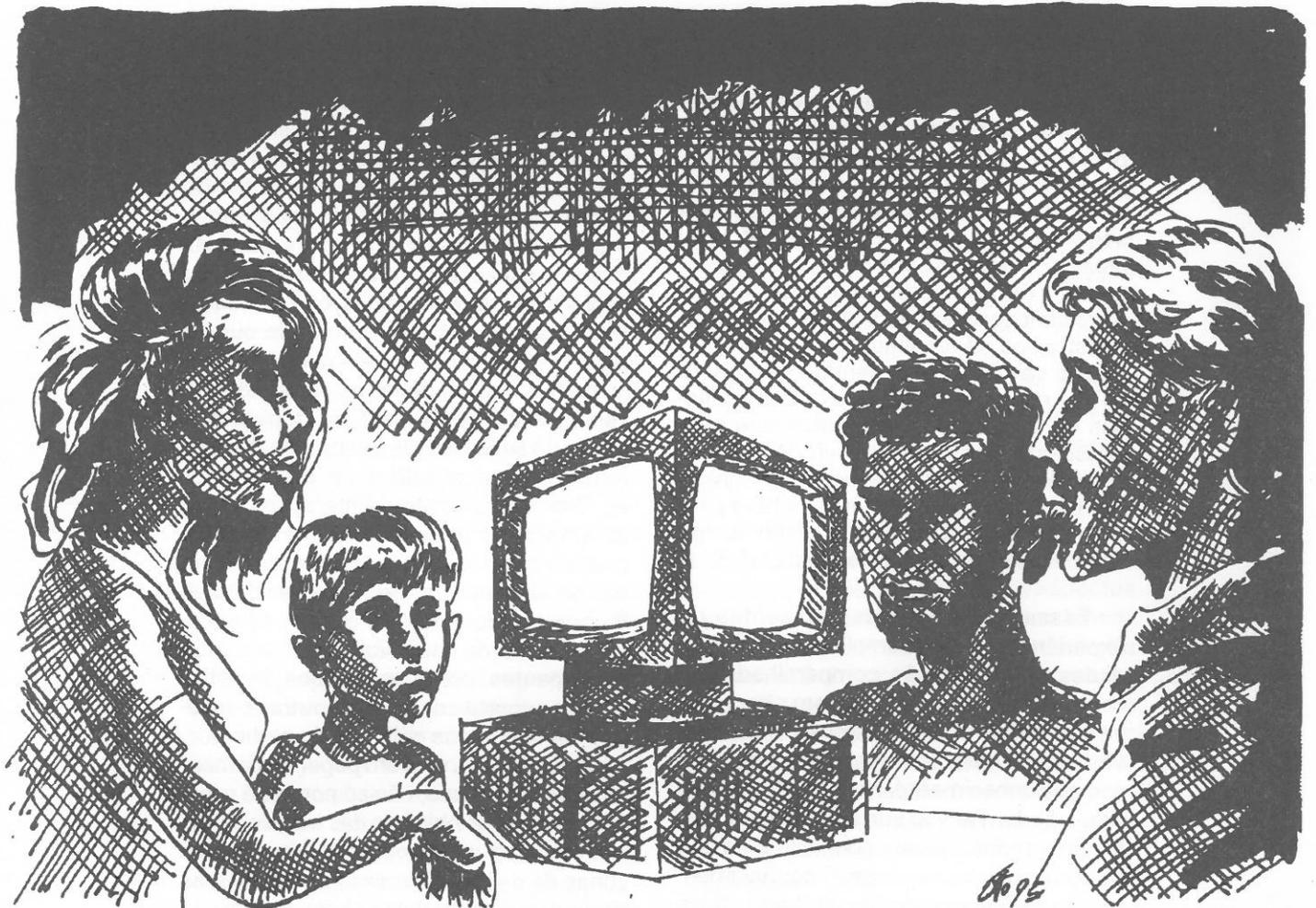
A questão que se observa, então, é que nesse processo de transformação do discurso científico para o televisivo, as mediações inerentes à televisão vêm interferindo na mensagem veiculada. Isso se dá, por exemplo, quando o processo de produção da ciência é relegado a um segundo plano: normalmente, nas matérias de telejornais e telerrevistas a ênfase é dada à apresentação dos resultados, aos produtos criados, ao elemento que concretize a "teoria" expressa na informação científica. De acordo com essa lógica televisiva, o valor simbólico se imbuí de importância, porque é necessário mostrar ao espectador um símbolo que represente aquela ciência. Logo, pode-se dizer, a ciência enquanto discurso televisivo na pós-modernidade é basicamente caracterizada por simbolismos, o que conseqüentemente vem reforçar seus mitos.

Bibliografia

- ARAUJO, Vania M. H. de. O campo do pós-moderno: o saber científico nas sociedades informatizadas. *Ci. Inf.*, v.18, n.1, p.21-27, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: *Sociologia*. Ática, 1994. P.122-155.
- FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido: estratégias de produção e de captura da recepção. *Textos de comunicação e cultura*, nº27, Salvador, 1991.
- JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, E. Ann (org). *O mal estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- LYOTARD, Jean François. *O pós-moderno*. 4ª ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MERQUIOR, José Guilherme. Os estilos históricos na literatura ocidental. In: *Teoria Literária*. 2ed, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, p.40-92.
- MOSLEY, Michael. Is good, popular science television possible? *Impact of science on society*. London: UNESCO/ Taylor and Francis. Nº 152, vol 38, nº 4, 1988. (P.387-396)
- PRETTO, Nelson. A ciência nos meios de comunicação. *INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, vol XVI, n2, p.87-105, jul/ dez, 1993.
- SODRÉ, Muniz. Televisão, manipulação e política. In: *O Brasil simulado e o real: ensaios sobre o cotidiano nacional*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.

A Construção Compartilhada do Conhecimento e o Computador

NOVAS POSSIBILIDADES E INVESTIGAÇÕES



Maria Lúcia Seidl de Moura

Doutora em Psicologia Cognitiva e Livre Docente em Psicologia, Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos de Psicologia do Instituto de Psicologia e Coordenadora do Mestrado em Psicologia e Práticas Socioculturais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



O IMPACTO que o uso difundido do computador vem tendo nos modos de interação, nas formas de comunicação e na organização do pensamento do ser contemporâneo não pode ser desconsiderado ou minimizado. Além de todas as possibilidades de uso local,

com ferramentas cada vez mais amigáveis e acessíveis a não especialistas, a comunicação eletrônica em rede se torna cada vez mais difundida, com consequências imprevisíveis.

Cutler (1995) discute como a tecnologia do cyberspace está levando a transformações nas noções de comunidade, de relações sociais e de self. Segundo ele,

"... Em resposta ao ambiente em que as pessoas se encontram vivendo e trabalhando, eles se apropriam de tecnologia para suas próprias necessidades. O espaço social construído em consequência disso é um terreno fértil para novas relações sociais, papéis e um sentido de self. Interação é o aspecto chave do cyberspace na troca de informação a partir da qual um novo sentido de self e controle podem ser construídos. O resultado de novos sentidos de self é um novo sentido de presença que preenche o espaço em formas fluidas de comunidade. A comunidade para pessoas vivendo num ambiente tecnológico está mudando de meios de comunicação em massa definidores de cultura para uma proliferação de meios como fontes alternativas de experiência mediada" (p. 12).

Essas oportunidades crescentes de experiência mediada ampliam as possibilidades de construção compartilhada de conhecimento e aprendizagem cooperativa e permitem transformações significativas nas formas tradicionais de transmissão do conhecimento. Numa rede em que todos podem enviar sua colaboração, não há um responsável pelo conhecimento que os outros devem assimilar. O conhecimento circula, se transforma, é fluido. Suas formas variadas são apropriadas e transformadas, enriquecidas e distribuídas. Nesse sentido é oportuno refletir sobre o que diz Pierre Lévy:

"... Não são meras informações que transitam na rede de conversação, mas sim atos de linguagem, que comprometem aqueles que os efetuam frente a si mesmos e os outros." (Op. Cit., p.65)

As possibilidades de investigação são vastas e exigem esforços multidisciplinares. Na Psicologia, diversas áreas têm material para estudo. Uma delas é a Psicologia do Desenvolvimento, em especial do desenvolvimento cognitivo. Particularmente, a abordagem sócio-interacionista de cognição pode apoiar essas investigações.

O papel da linguagem como instrumento de troca entre membros da cultura pela qual há a transformação qualitativa dos processos cognitivos humanos e a "formação social da mente" é enfatizado por L. S. Vygotsky (1981, 1984, 1987). Suas idéias, bastante férteis do ponto de vista heurístico e de aplicações no campo educacional, influenciaram autores contemporâneos que retomam noções por ele discutidas. Isto ocorre especialmente com a noção de zona de desenvolvimento proximal.

Para este autor, há um nível de desenvolvimento que é explicitado sem ajuda, sem a facilitação de parceiros mais experientes. Este é o nível que denomina de desenvolvimento real. Muito mais amplo é o nível de desenvolvimento potencial, pleno de capacidades e competências não exploradas, demonstradas ou realizadas. Entre os dois estaria o âmbito do que se pode facilitar no desenvolvimento pela troca com o mais experiente, a zona de desenvolvimento proximal. Esta implica uma região de sensibilidade à instrução, à transformação e criação de novas competências. Constitui um sistema interativo no qual os indivíduos trabalham numa situação-problema em que pelo menos um deles não poderia resolver de forma satisfatória. É considerada tanto em termos da história individual do desenvolvimento de seus participantes, como em termos da estrutura de suporte criada pelas outras pessoas e instrumentos culturais do setting.

A linguagem, tem um papel fundamental nesse processo, não só porque é o instrumento por excelência das transmissões e interações que propiciam a criação de zonas de desenvolvimento proximal, mas porque é através dela que os processos mentais superiores se internalizam. Vygotsky considera que o pensamento e a consciência são influenciados por atividades externas, realizadas num ambiente social e que a linguagem é um tipo especial de instrumento característico da espécie humana: um instrumento mental. Como um sistema de signos que é proporcionado pela cultura e que media

interações sociais, ao ser interiorizada, a linguagem se transforma em meio de regulação interna ou auto-regulação. É ao mesmo tempo o resultado de um processo sócio-histórico que lhe deu forma, como o próprio meio de superação tanto da herança cultural como biológica e o principal instrumento de integração e ordem da vida mental humana.

M. Cole (1987) considera a zona de desenvolvimento proximal o espaço onde "cultura e cognição se criam". Em estudos posteriores (Newman, Griffin e Cole, 1989; Cole, 1995), amplia a discussão de Vygotsky e introduz a noção de zonas de construção, espaços onde significados são negociados e há a transformação de organizações inter-psicológicas em processos intra-psicológicos. O que ocorre entre os indivíduos é reelaborado e internalizado por cada um deles de uma forma particular, através de um processo de apropriação, discutido por Leontiev (1981).

A noção de atividade é importante. As ações humanas são vistas como organizadas num sistema funcional, regulado por metas e executado como um conjunto de operações (Lozano, 1990). A linguagem fornece elementos para a mediação semiótica, considerada um atributo funcional da atividade, e que modifica sua organização. Através da experiência socio-cultural, os indivíduos de uma cultura adquirem, ou melhor, se apropriam, de um conjunto de práticas convencionais ou procedimentos de ação, que podem ser gerais, sócio-comunicativos ou específicos para determinadas tarefas.

A indeterminação do discurso é o conceito chave na formulação da noção de zona de construção para Newman, Griffin e Cole e explica a mudança cognitiva. Em trocas conversacionais, quando interlocutores interagem, diferentes perspectivas estão em jogo. Cada um deles age como se o outro tivesse o mesmo quadro de referência, se apropria do que é dito e o reinterpreta. Com isso, há a possibilidade de mudança cognitiva.

Sob este enfoque, além do computador constituir uma nova ferramenta da cultura, uma ferramenta da mente (Jonassen, 1988) ou tecnologia de inteligência (Lévy, 1993), a comunicação eletrônica em rede propicia novas modalidades de discurso e de cooperação. Possibilita, dessa maneira, a criação de novas formas de zonas de construção.

Dentro de uma linha de investigação mais ampla sobre Interação Social e Desenvolvimento à qual vêm-se dedicando há algum tempo (Seidl de Moura, 1991; 1994) estudos têm sido feitos sob a coordenação (1) da autora para investigar essas possibilidades. Neles foram até agora estudadas as condições contextuais facilitadoras da criação de zonas de construção pela introdução de projetos educacionais que incluem o computador como ferramenta e a natureza específica da linguagem na comunicação eletrônica, as formas que a indeterminação do discurso assume nesse meio. Os resultados são bastante ricos e deles se pode concluir, entre outros aspectos, que:

Os alunos revelam no trabalho local, que são capazes de troca cooperativa ou podem desenvolver a capacidade para tal, se forem criadas condições adequadas. A cooperação observada no trabalho local pode ser ampliada para incluir parceiros distantes, ligados via rede.

A comunicação em rede é um novo meio que deve ser entendido de uma forma *sui generis*. Ela permite ao indivíduo uma postura dinâmica e interativa através da qual ele se posiciona diante de diferentes acontecimentos e situações. Com isso, pode estimular a crítica e promover a liberdade de criação, favorecendo a conscientização por parte do indivíduo do contexto onde vive. Além disso, favorece a troca, a negociação de significações que, por sua vez, são a base da construção cooperativa do conhecimento.

A linguagem das mensagens da comunicação em rede tem natureza e aspectos estruturais próprios que não dependem da intermediação de adultos mediadores do processo. O direcionamento excessivo por parte desses pode levar, inclusive, a uma distorção e limitação do potencial que este tipo de tecnologia oferece, reduzindo o espaço para o estabelecimento de zonas de construção e, com isso, sua possibilidade do ponto de vista da promoção do desenvolvimento cognitivo.

Atualmente, está em andamento uma pesquisa sobre o processo de construção cooperativa de projetos a distância (via rede) por crianças de primeiro grau, que vai analisar as estratégias cognitivas utilizadas, a natureza do discurso e o desenvolvimento do pensamento crítico, usando os modelos de Lozano (1990) e Newman, Webb e Cochrane (1995).

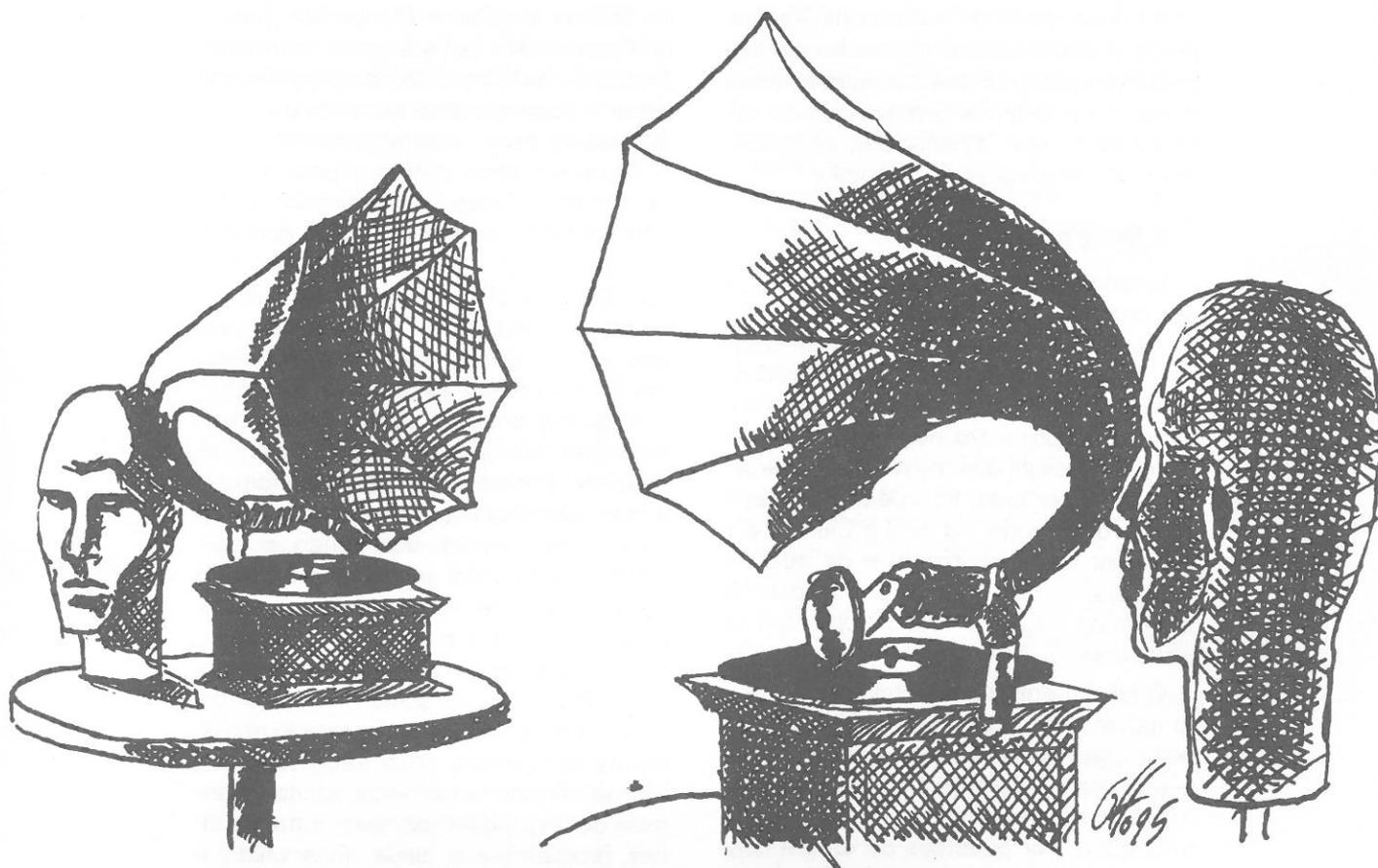
Referências Bibliográficas

- COLE, M. (1987) The zone of proximal development: where culture and cognition create each other. IN: J. V. Wertsch (Ed.) Culture, Communication and Cognition: Vygotskian perspectives. Cambridge (etc.), Cambridge University Press.
- _____ (1995) Culture and cognitive development: from cross-cultural research to creating systems of cultural mediation. *Culture and Psychology*, 1 (1), 25-54.
- JONASSEN, D. H. (1988) Mindtools: Potential new liberating intellectual forces. *Educational Technology*, XXVIII, 12, 33-34.
- LEONTIEV, A. N. (1981) Problems of the Development of Mind. Moscow: Progress Publishers.
- LÉVY, P. (1993) As Tecnologias da Inteligência (O Futuro do Pensamento na Era da Informática). Editora 34, Rio de Janeiro.
- LOZANO, A. L. (1990) Social construction of knowledge between peers. Poster presented at the IV European Conference on Developmental Psychology, Stirling, Scotland.
- NEWMAN, D.; GRIFFIN, P. & COLE, M. (1989) The Construction Zone: Working for Cognitive Change in School. Cambridge (etc.), Cambridge University Press.
- NEWMAN, D. R.; WEBB, B. & COCHRANE, C. (1995) A content analysis method to measure critical thinking in face to face and computer supported group learning. *Interpersonal Computing and Technology: An Eletronic Journal for the 21st Century*, 3(2), p.56-77.
- SEIDL DE MOURA, M. L. (1991) Construction of knowledge and individual problem solving in two sets of tasks. *Proceedings XIV School Psychology Association Colloquium*, Braga, Portugal, p.271-278.
- _____ (1994) A interação social e solução de problemas por crianças: questões metodológicas, resultados empíricos e implicações educacionais. *Temas em Psicologia*, ABP, 2, p.39-48.
- _____ (1984) A Formação Social da Mente. Rio de Janeiro, Martins Fontes.
- VYGOTSKY, L. S. (1981) Thought and Language. Cambridge, Mass., M.I.T. Press.
- _____ (1987) The collected Works of Lev Semenovich Vygotsky. Volumes 1 & 2. New York, Plenum Press.

nota

(1) Como consultora de pesquisa do Centro de Informática na Educação da IBM Brasil e contando com a colaboração de uma equipe que inclui pesquisadores como as Professoras Sonia Zyngier da UFRJ e Angela Donato Oliva da UERJ e as bolsistas de iniciação científica, estudantes de Psicologia da UERJ: Christiane Capdeville de São Tiago, Francis Gomes Abrantes, Silvana Maria de Avellar Russo e Thea Oliveira Dangelis.

Um Diálogo com a Obra de Vygotsky



José Gonçalves Gondra

Professor Assistente do CAP/UERJ

Cláudia Palheiro

Graduanda de Pedagogia / CPM e Bolsista de IC/SR-2/UERJ

José Luiz Marques Pinheiro

Graduando de História da Arte da UERJ



RETENDEMOS apresentar, neste texto, alguns princípios contidos em duas obras de Vygotsky: "Formação Social da Mente" e "Pensamento e Linguagem". Trata-se de um diálogo com este autor e com sua obra, desenvolvido a partir de uma pesquisa

sobre o processo de construção do conhecimento de crianças reprovadas na (e pela) escola (1). Selecionamos, neste trabalho, alguns elementos que consideramos basilares no pensamento desse autor: o conceito de desenvolvimento, o papel dos elementos mediadores, as funções da linguagem e o papel da palavra na construção da inteligência do ser humano.

As duas obras do autor consideradas neste ensaio são obras que se encontram traduzidas para a Língua Portuguesa. Além disso, consideramos comentários de outros autores que, a nosso ver, se aproximam da perspectiva de Vygotsky.

O Autor e as Obras

Vygotsky nasceu na Rússia em 1896 e sua produção intelectual teve como pano de fundo um período de grande efervescência social (anos 20 e 30) que, dentre outros aspectos, sinalizava para a constituição de um novo homem, de novas relações sociais, de uma nova sociedade. O cenário, portanto, foi o de uma Rússia pós-revolucionária, na qual a Ciência era extremamente valorizada e da qual se esperava, em alto grau, respostas para os problemas sociais e econômicos com os quais conviviam a sociedade soviética.

O falecimento de Vygotsky, ainda muito jovem, que ocorreu em 1934, por tuberculose, não representou a morte de seu pensamento, que teve continuidade através de outros pesquisadores com os quais trabalhava. Por questões de ordem conjuntural, apenas uma parte da obra desse autor chegou ao Brasil. Tal fato se deu após o período da ditadura militar e a recente abertura política da década de 80. As obras não foram traduzidas diretamente do russo para o português, mas do inglês norte-

americano, posto que encontravam-se traduzidas e editadas neste país desde a década de 60. A trajetória dessas obras compreende, tanto um grande lapso de tempo entre sua divulgação inicial e a chegada das mesmas ao nosso país, como o fato de terem passado por uma dupla tradução antes de chegar ao grande público brasileiro (Russo-Inglês-Português).

A obra de Vygotsky expressa um movimento em busca do novo, do vir a ser, do devir. Insatisfeito com as teorias sobre o desenvolvimento existentes até aquele momento, especialmente com o behaviorismo, ele se dedica a identificar a gênese das funções mentais tipicamente humanas; a explicação detalhada das mesmas ao longo do desenvolvimento, com o objetivo de estabelecer as relações entre as formas simples e complexas daquilo que aparentava ser o mesmo comportamento e, de forma importante, deveria incluir a especificidade do contexto social em que se deu o desenvolvimento.

Abraçou esse objetivo procurando construir as bases de uma teoria que não corresse no mesmo leito das que afirmavam que as propriedades das funções intelectuais do adulto são resultantes unicamente da maturação, isto é, que já se encontram, de alguma forma pré-formadas na criança.

Vygotsky defende com ênfase a tese da origem social da linguagem e do pensamento. Em outros termos, defende que a mente/inteligência humana resulta de construção interindividual sendo, portanto, uma produção social; assim sendo constitui uma teoria que apregoa a unidade entre cultura e natureza. Nesse caso, o que seria tipicamente humano é resultante do cultural, do social.

Essa contribuição nos parece extremamente relevante e atual, representando um novo norte a conhecer, visitar. Com esse diálogo, podemos reencontrar sentidos, produzir uns e, ainda, abandonar outros, rumo a uma compreensão mais refinada das relações entre aprendizagem, desenvolvimento, linguagem e cultura.

Desenvolvimento, Aprendizagem e Mediação

Em sua teoria sócio-histórica, Vygotsky nos leva a compreender o desenvolvimento psicológico como um curso de apropriação de forma culturais maduras.

Trata-se da pesquisa "Nas transversais do tempo - um projeto de investigação e intervenção junto a alunos com baixo rendimento escolar"

Ao assumir que o sujeito constitui suas formas de ação e sua consciência nas relações sociais, Vygotsky aponta caminhos para a dicotomia social/individual. A relação entre os planos social e individual é por ele tratada em termos de vinculação genética e não de oposição, visto que a ação do indivíduo é considerada a partir da ação entre os sujeitos. Para ele, a gênese social do desenvolvimento pode ser evidenciada através da identificação de mecanismos pelos quais o plano intersubjetivo permite elevar as formas de ação individual.

O plano intra-subjetivo de ação (que pode regular, mediar outras ações) é formado pela internalização de capacidades originadas/produzidas no plano intersubjetivo. É nesse sentido que Vygotsky vê a vinculação genética entre o caráter social e o caráter individual das ações. Neste sentido, o desenvolvimento é alicerçado tanto sobre o plano biológico, como sobre o plano das interações culturais. Assim sendo, Vygotsky afirma que: "A natureza do próprio desenvolvimento se transforma, do biológico para o sócio-histórico." (1984, p.44)

O sujeito se apropria de uma ação que tem, inicialmente, um significado partilhado socialmente. Os meios empregados pelo outro para regular a ação do sujeito e os meios empregados por este para regular a ação do outro são transformados em meios para regular a própria ação. A relação com outro faz nascer a auto-regulação, fundamento do ato voluntário.

Ao discutir os mecanismos pelos quais, nessa relação com o outro, as experiências de aprendizagem provocam o desenvolvimento, Vygotsky recorre ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Para ele, essa Zona se constitui na

"distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes." (1984, p. 97)

Ainda sobre este conceito, afirma que

"A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em pro-

cesso de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário." (1984, p. 97)

Esse conceito, portanto, diz respeito a funções emergentes no sujeito, a capacidades manifestadas com apoio e recursos auxiliares oferecidos por outros. As funções consolidadas, refletem o desenvolvimento já atingido, constituído. Esses passam a constituir o que ele denomina de Nível de Desenvolvimento Real (NDR). O que caracteriza a zona proximal é uma capacidade que começa a se constituir interativamente, a partir de um determinado NDR. Com seu refinamento, internaliza-se (transforma-se em desenvolvimento consolidado), elevando-se a um novo NDR e abrindo possibilidades para o aparecimento de outras funções.

O processo de internalização consiste, por sua vez, em duas grandes transformações: a) uma operação que, inicialmente, representa uma atividade externa, é reconstruída e começa a ocorrer internamente; b) um processo interpessoal é transformado em um processo intrapessoal, resultado de uma série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento.

Para Vygotsky, a criança é um ser social que se faz indivíduo ao incorporar formas maduras de atividade de sua cultura. A relação social/individual implica, portanto, vinculação genética e interação social, numa relação dialética.

Vimos, portanto, alguns pontos-chave nesta abordagem:

a) o indivíduo nasce mergulhado em um ambiente sociocultural; b) à medida em que ele interage com o meio, constitui sua individualidade; c) o desenvolvimento depende da qualidade e quantidade de suas interações com o meio.

Investigando os fatores ligados a essa relação do sujeito com o mundo, Vygotsky chegará ao conceito de mediação, que se torna o conceito central para a compreensão de sua teoria. De acordo com ele, a relação do homem com o mundo não é uma relação direta (5), mas uma relação mediada, sendo os sistemas simbólicos os elementos intermediários entre o sujeito e o mundo.

Os Elementos Mediadores

No estudo desses sistemas simbólicos, Vygotsky destaca a presença de dois tipos de elementos mediadores: os instrumentos e os signos.

Os instrumentos aparecem como primeiro fator de mediação entre o ser humano e o mundo/natureza; serão eles que marcarão o homem como espécie diferenciada das demais. Esses elementos estão associados à idéia de trabalho no intuito de transformar a natureza e garantir a sobrevivência do homem. O trabalho dá origem à atividade coletiva, que será criadora de relações sociais e culturais promovendo, por conseguinte, a invenção, uso e transformação dos instrumentos, modificando com isso, as relações sociais dos homens entre si e com a natureza, fazendo história.

O uso dos instrumentos é evidenciado em alguns animais, o que é denominado como um exemplo de inteligência prática:

"Os animais são capazes de utilizar instrumentos como mediadores entre eles e o ambiente para resolver determinados problemas. Usam meios indiretos para conseguir um certo objetivo, como nos experimentos (...) em que chimpanzés utilizam varas ou sobem em caixotes para alcançar um alimento que está distante. Este tipo de comportamento revela uma espécie de inteligência prática, onde existe capacidade de solução de problemas e de alteração do ambiente para a obtenção de determinados fins." (Oliveira, 1993, p. 44)

Os instrumentos estão voltados para a ação externa do homem, para provocar mudanças em objetos ou na natureza. Os signos, ao contrário, têm sua ação voltada para a atividade interna, isto é, para a atividade psicológica do homem; ele é orientado para o próprio sujeito ou para outros e, dirige-se ao controle de suas ações psicológicas.

É através do uso dos signos que o sujeito, ao longo de seu desenvolvimento, vai tendo domínio sobre seus processos mentais superiores como atenção voluntária, memória, atenção, linguagem, dentre outros. É também através da utilização de signos que o homem vai representando, pensando e recriando seu mundo. Neste ato de representar para pensar, memorizar, comunicar (...) o homem cria linguagem. Ao se referir a este aspecto, Oliveira destaca que:

"Os sistemas simbólicos, e, particularmente, a linguagem, exercem um papel

fundamental na comunicação entre os indivíduos e no estabelecimento de significados compartilhados que permitem interpretações dos objetos, eventos e situações do mundo real." (1993, p.40)

O conhecimento é construído na e pela linguagem, assim como a própria subjetividade. De acordo com Vygotsky

"O desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos lingüísticos do pensamento e pela experiência sociocultural da criança (...) O crescimento intelectual da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem." (1984, p.44)

Vemos, portanto, o lugar de destaque ocupado pela linguagem na organização da consciência e da inteligência, bem como na regulação das ações dos sujeitos com os outros e com o mundo. A Linguagem, para tanto, desempenha diferentes funções.

Vygotsky nos apresenta duas funções básicas da linguagem: intercâmbio social e pensamento generalizante.

O intercâmbio social, a necessidade de estabelecer comunicação com seu semelhante foi que levou o homem a criar linguagem. Porém cada sujeito é bastante diferente do outro, percebe o mundo de maneira diversa e tem outros tipos de experiência, o itinerário de cada um é bastante singular. Para que tal diversidade não impossibilitasse a comunicação houve a necessidade de simplificação e generalização das experiências vividas para que estas fossem traduzidas em signos transmissíveis a outros.

Esta necessidade de simplificação gerou uma outra função da linguagem que é o pensamento generalizante. Ao exercer esta função, a linguagem ordena o real, agrupando todas as ocorrências de uma mesma classe de objetos, eventos, situações, sob uma mesma categoria funcional. É essa função que torna a linguagem um instrumento do pensamento; a linguagem fornece os conceitos e as formas de organização do real, que constituem a mediação entre sujeito e objeto de conhecimento. Ao se referir a essa função Vygotsky declara que:

"A verdadeira comunicação humana pressupõe uma atitude generalizante, que

constitui um estágio avançado do desenvolvimento do significado da palavra. As formas mais elevadas da comunicação humana somente são possíveis porque o pensamento do homem reflete uma realidade conceitualizada." (1987, p.05)

A comunicação entre os homens requer, portanto, o diálogo, a troca de experiências, isto é, requer o ingresso do homem na corrente de comunicação verbal, de significação social. Esse ingresso, para Bakhtin constitui-se na realidade fundamental da língua. (...) Os sujeitos não adquirem a língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência. (1981, p.108) Somente quando mergulham nessa corrente é que a consciência do sujeito desperta e começa a operar.

Origem e Trajetória do Pensamento e da Linguagem

A reflexão sobre os itinerários do pensamento e da linguagem têm um grande destaque na obra de Vygotsky. De acordo com esse autor, o pensamento e a linguagem têm origens diferentes e desenvolvem-se segundo trajetórias independentes antes que ocorra uma ligação entre eles. Segundo ele, o pensamento tem uma fase pré-verbal e a linguagem tem uma fase pré-intelectual.

O pensamento pré-verbal é uma forma de funcionamento intelectual independente da linguagem, tal pensamento caracteriza-se por uma inteligência prática, pela capacidade de resolver problemas práticos, de utilizar instrumentos e meios indiretos para atingir objetivos sem a mediação da linguagem. Este pensamento é característico em animais e crianças bem pequenas.

"Antes de dominar a linguagem, a criança demonstra capacidade de resolver problemas práticos, de utilizar instrumentos e meios indiretos para conseguir determinados objetivos. Ela é capaz, por exemplo, de subir numa cadeira para alcançar um brinquedo ou de dar a volta num sofá para pegar uma bolacha que caiu atrás dele. De forma semelhante ao chimpanzé, a criança pré-verbal exibe essa espécie de inteligência prática, que permite a ação no ambiente sem a mediação da linguagem." (Oliveira, 1993 p. 46)

A linguagem pré-intelectual caracteriza-se por não ter a função de signo, ela funciona como meio de expressão emocional e de comunicação difusa com os outros mas sem significados específicos; temos como exemplos o balbúcio, o riso e o choro dos bebês. Tal forma de linguagem também é característica em crianças pequenas e animais.

Num determinado momento do desenvolvimento do homem (tanto filogenético como ontogenético), essas trajetórias se unem e o pensamento se torna verbal e a linguagem racional. Neste momento do desenvolvimento, o biológico transforma-se em sócio-histórico. Enquanto no desenvolvimento filogenético foi a necessidade de intercâmbio dos indivíduos durante o trabalho que impulsionou a vinculação dos processos de pensamento e linguagem, na ontogênese esse impulso é dado pela própria inserção da criança num grupo cultural. A interação com os membros mais maduros da cultura provocará o salto qualitativo para o pensamento verbal.

De acordo com a concepção Vygotskyana, o momento de convergência do pensamento pré-verbal e da linguagem pré-intelectual é o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, isto é, quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes do desenvolvimento, convergem.

É importante ressaltar que, embora o pensamento verbal e a linguagem racional passem a predominar nos sujeitos mais maduros, não há a eliminação do pensamento sem linguagem ou da linguagem sem pensamento.

Palavra: Significado e Sentido

É no significado de uma palavra que pensamento e linguagem se unem em pensamento verbal.

Por possibilitar a comunicação entre sujeitos e definir um modo de organizar o mundo, de forma que uma palavra se aplique a alguns objetos e não se aplique a outros, os significados tornar-se-ão elos entre as duas funções da linguagem (pensamento generalizante e intercâmbio social).

O significado, por ser construído através das relações históricas estabelecidas

entre sujeitos, não se apresentará de forma estática, mas dinâmica, sofrendo constante transformação.

De modo similar ao que acontece na história de uma língua, a transformação de significados ocorre no processo de aquisição da linguagem da criança.

Conforme a criança vai dominando significados expressos pela linguagem ela os incorpora ao seu conhecimento de mundo, às suas experiências pessoais; através da interação verbal com adultos e crianças mais experientes ela vai se aproximando cada vez mais dos conceitos predominantes no grupo cultural e lingüístico de que faz parte.

Os significados podem ser transformados durante todo o desenvolvimento do indivíduo, ganhando contornos peculiares quando se inicia o processo de escolarização, pois nesse momento há uma intervenção deliberada do educador na formação da estrutura conceitual. Nesse momento as transformações de significados ocorrem, principalmente, a partir de definições, referências e ordenações de diferentes sistemas conceituais, mediadas pelo conhecimento já consolidado na cultura.

Além do significado propriamente dito, ou seja, das relações objetivas que se formaram no processo de desenvolvimento da palavra, Vygotsky distingue o sentido como mais um de seus componentes. Esse componente se relaciona com os diferentes contextos nas quais a palavra pode se inserir ou às diferentes vivências histórico-afetivas dos indivíduos com as palavras. Para Bakhtin (1981), não há enunciado isolado, todo enunciado pressupõe aqueles que o antecederam e todos que o sucederão; um enunciado é apenas um elo de uma cadeia, só podendo ser compreendido no interior desta cadeia. Assim, esse autor indica que a palavra é necessariamente polifônica (expressa muitas vozes, não apenas a do sujeito que a enuncia) e polissêmica (o ouvinte participa na produção de sentido dos enunciados).

A Fala Interior e o Desenvolvimento da Linguagem

O salto qualitativo para o pensamento verbal não se dá exclusivamente pelo fato do indivíduo dialogar com outras pesso-

as. Ao longo do desenvolvimento verbal, ele também desenvolve uma linguagem interna dirigida para si próprio. Justamente por ser um diálogo consigo próprio, o discurso interior apresenta uma estrutura diferente da fala exterior; ele se caracteriza por ser fragmentado, abreviado, contendo quase só os núcleos de significado e não todas as palavras de um diálogo normal entre sujeitos.

Segundo Vygotsky, o processo de desenvolvimento da fala interior segue a mesma trajetória de outras funções psicológicas: a criança começa a utilizar a fala socializada com a função de se comunicar. Gradualmente ela vai internalizando este discurso com a função de adaptação pessoal, até que esse se apresente em formas mais avançadas de aquisição de linguagem.

Atuando como mediadora entre fala socializada e a fala interior, vemos o surgimento da fala egocêntrica. Ela acompanha a atividade da criança, começando a ter uma função pessoal, ligada à necessidade de pensamento. É utilizada como apoio ao planejamento de seqüências a serem seguidas e como auxiliar na solução de problemas. Para Vygotsky, o surgimento da fala egocêntrica indica que a trajetória da criança vai dos processos socializados para os processos internos.

"A fala egocêntrica tem um papel fundamental na atividade da criança, assumindo uma função diretiva estratégica e transformando a atividade infantil ao nível de um pensamento intencional. A fala egocêntrica constitui um estágio na evolução da fala oral para a fala interior. Dessa forma, Vygotsky irá ressaltar a tendência da criança de transferir, para seus processos interiores, os padrões de comportamento que inicialmente eram sociais. O destino da fala egocêntrica é, pois, tornar-se linguagem interior." (Souza e Kramer, 1991, p. 74)

Ao se utilizar da linguagem o ser humano é capaz de pensar de uma forma que não seria possível se ela não existisse: a generalização, abstração, a criação e a transformação só se dão pela participação da linguagem.

Finalizando

A tentativa de dialogar com a obra de Vygotsky, com alguns de seus comentaristas e, ainda, com autores que se aproximam de sua perspectiva, deve-se ao nosso reconhecimento do valor dos princípios aqui comentados e das implicações dos mesmos não apenas para o campo educacional, como também para uma compreensão mais social do desenvolvimento e da aprendizagem humanas.

No campo educacional, a relevância desse estudo deve-se ao fato de que é na escola que a criança entra em contato com uma série de conhecimentos e experiências com as quais pode não ter tido um contato direto e imediato. A prática pedagógica deve considerar, portanto, a diversidade de sujeitos com histórias particulares para poder oferecer atividades que estimulem uma compreensão mais ampla e articulada do mundo no qual estão inscritos, ao mesmo tempo em que respeite a diversidade presente na vida.

Na medida em que a aprendizagem, enquanto aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas, determina o desenvolvimento dos sujeitos, vemos a escola colocada em posição de destaque, na medida em que é um dos lugares privilegiados de/para se aprender. Assim sendo, cabe pensar a qualidade das relações interpessoais e as atividades desenvolvidas em seu interior para refletir sobre o lugar ao qual estão sendo destinados os sujeitos com experiências, origem social, raça e gênero diferentes das consideradas e tidas como padrão.

A atualidade das questões que podem ser derivadas dos princípios aqui expostos, nos convida a dar continuidade ao diálogo com essa teoria, na tentativa de buscar, cada vez mais, uma compreensão que nos dê pistas sobre esse grande desafio que é formar um homem livre, autônomo e que não fique engessado, capturado, aprisionado pela linguagem e pela forma de ser consideradas padrão e dominante. Um homem que invente e se invente. Um homem-movimento.

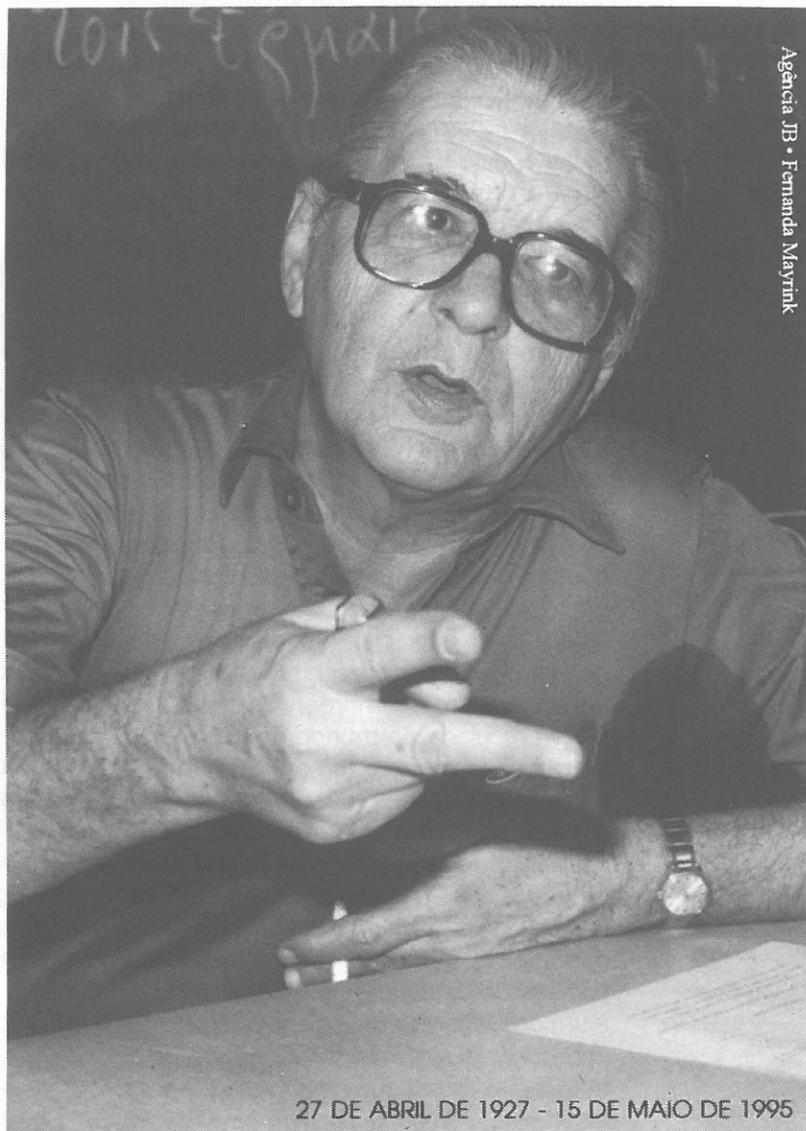
Bibliografia

1. Bakhtin, Mikhail.M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Editora Hucitec. SP. 1981.
2. *Pensamento e Linguagem - Estudos na Perspectiva da Psicologia Soviética*. Cadernos CEDES. Editora Papirus. Campinas. 1991.
3. Oliveira, Marta K. *Vygotsky - Aprendizado e Desenvolvimento - Um Processo Sócio-Histórico*. Editora Scipione, SP. 1993.
4. Souza, Solange Jobim e Kramer, Sonia. *O Debate Piaget x Vygotsky e as políticas públicas*. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo. 1991
5. Souza, Solange Jobim. *Infância e Linguagem*. Editor Papirus. Campinas. 1994.
6. Vygotsky, Lev Seminovich. *A Formação Social da Mente*. Editora Martins Fontes. São Paulo. 1984.
7. Vygotsky, Lev Seminovich. *Pensamento e Linguagem*. Editora Martins Fontes. São Paulo. 1987.

O professor Junito Brandão foi, em primeira hora, um dos mais entusiastas colaboradores desta revista, tendo colocado sua refinada erudição a serviço deste projeto. Na saudade, receba o colaborador, amigo e mestre, o nosso mais sincero muito obrigado.

Diretoria da Asduerj
Conselho Editorial
Conselho Consultivo
Assessoria Editorial

JUNITO BRANDÃO



Agência JB • Fernanda Mayrink

27 DE ABRIL DE 1927 - 15 DE MAIO DE 1995

Junito e sua dedicação ao Mundo Clássico

POR: Amós Coelho¹ • Carlinda Nuñez² • Francisco da Silva Carneiro³

O TRABALHO acadêmico mais antigo do Professor Junito de Souza Brandão é uma separata da Revista VERBUM, de 1950, com o título de *A Tragédia de Sófocles: Édipo Rei*, quando contava então vinte e seis anos. Nesse artigo, já há a confiança sólida de quem conhece o mundo helênico não apenas bibliograficamente, mas porque vivenciou edificações, paisagens e costumes preservados como patrimônio da humanidade, já que, logo após a sua licenciatura em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da

Universidade do Estado da Guanabara, cursou Arqueologia, Epigrafia e História da Grécia na Universidade de Atenas. Pelo gosto do seu pai Arthur de Souza Silvestre, Junito Brandão se formaria em Direito, por isso a sua conquista de Bacharel em Letras Clássicas pela PUC, em 1948 foi árdua, pois não contou com o apoio paterno. Somem-se a 1950 quarenta e cinco anos de intensa atividade acadêmica, incansável apesar das condições socioeconômicas de trabalho de um professor no Brasil. Foi, pois, preparado para a vida jurídica numa escola secundária de administração de jesuítas, mas como não conseguiu evitar o seu pendor para as

letras, explorou, em várias obras publicadas, conforme indicação abaixo, o seu espinhoso estudo de grego, latim, sânscrito e bibliografia alemã, inglesa, francesa, italiana, espanhola e portuguesa. E com domínio tão fecundo que encetou, por exemplo, um estudo da tetralogia de Wagner, onde reside a base do mito nórdico, a fim de estabelecer as similitudes com o mito grego, ao qual a mitologia nórdica nada deve em influência, permanecendo em situação de *adstrato*, conceito filológico aplicado aqui *mutatis mutandis*. Eis que esse empreendimento, como também um dicionário etimológico de palavras portuguesas oriundas do

registro

ADVIR também agradece aos professores Antonio Carlos Mattoso Salgado (UERJ e PUC/RJ), por se haver encarregado pessoalmente dos contatos que viabilizaram a execução desta homenagem; Amós Coelho, Francisco da Silva Carneiro e Carlinda Nuñez, todos do Instituto de Letras da Uerj, por, tão gentilmente, terem aceito nosso convite para a organização do resumo historiográfico deste inalienável patrimônio, que é a produção acadêmica de Junito Brandão.

grego, o qual já tinha alcançado o estágio de mais dois mil verbetes na letra A, consciente da escassez desse estudo nos idiomas herdeiros da civilização helênica, ele não pôde completar, suspendendo, com seu falecimento em 15 de maio do corrente ano, pesquisas das Letras Clássicas que preencheriam lacunas nos países de língua portuguesa.

Desde 1949, foi Supervisor e Professor da área de Letras Clássicas (Latim, Literatura Latina, Grego e Literatura Grega) na PUC-Rio de Janeiro, onde coordenou a Sala de Pesquisa Padre Augusto Magne. Lecionou no Instituto de Educação do Colégio Jacobina, Colégio Pedro II, Universidade Santa Úrsula, Universidade Gama Filho, onde foi Diretor, Vice-diretor, Conselheiro na Câmara de Legislação e Normas e Docente Pesquisador. Foi Diretor da Academia Brasileira de Teatro do Rio de Janeiro de 1956 a 1971. Fundou e dirigiu o Instituto de Ensino Superior Celso Lisboa, onde atuou como titular de 1972 a 1977. Foi aprovado em 1989 como Professor Adjunto da UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro através de Concurso Público de Provas e Títulos. Em 1990, fundou o Instituto C.G. Jung do Rio de Janeiro.

Pertenceu à Academia Brasileira de Filologia, Sociedade Propagadora das Belas Artes, Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos e ao Instituto Internacional de Heráldica e Genealogia.

Ministrou cursos como os de Mitologia Greco-Latina, Tragédia Grega, Latina e Portuguesa, O Teatro e sua Sobrevivência na Literatura Ocidental, Herança e Sobrevivência do Teatro Grego no Teatro Latino, Francês e Português, Nomes e Epítetos Provindos do Grego, Comédia Grega, Latina e Brasileira, As Grandes Epopeias Universais, Mitologia Egípcia, Grega e Latina, Teatro Egípcio e Grego, Extensão Cultural para a Mulher, Mitologia Comparada, Lirismo Grego e Latino: de Safo a Cartola (Pós-Graduação, lato sensu), Os Sete Gatinhos de Nelson Rodrigues, Simbolismo Religioso, Jung: o Inconsciente Coletivo e as Religiões, O Banquete de Platão, Os Lusíadas, Mitologia Grega e Psicologia Junguiana, Os Doze Trabalhos de Hércules, A Mitologia na Ficção Literária, Eros e Psique, Mito Grego e Psicologia Analítica, O Feminino no Mito, O Homem e a Morte... todos sob diversos auspícios, como PUC-RJ, UGF-RJ, USU-RJ, USP-SP, UNICAMP-SP, Centro Cultural Cândido Mendes-RJ, Sintagma Empreendimentos Culturais e Artísticos-RJ, Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica-RJ etc. Essa relação crescerá muito mais, se acrescentássemos suas participações em Bancas Examinadoras de Exame Vestibular, Concessão de Registro de Professor e Pós-Graduação. Mas a atuação do Professor Junito ainda é mais abrangente com palestras, conferências e seminários; notícias e críticas sobre as suas obras, bem como entrevistas a jornais e revistas, que temos documentadas desde 1985, como se lê em *O Estado de São Paulo*, *Playboy*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Folha da Tarde*, *Leia*, *Estado de Minas*, *Grupo Mineiro de Simbólica Junguiana*, *Tribuna da Imprensa*, etc.; artigos e prefácios a obras de diversos autores são muitos no seu Curriculum Vitae.

As suas publicações abrangem preocupações didáticas com a gramática latina, com O

Latim para o Vestibular, *Latim para o Ginásio* (3a. e 4a. séries), onde fica ressaltada a imprescindível importância do estudo latino para o estudante, que conviverá profissional e afetivamente com elementos herdados da Roma Antiga. O alcance de suas obras é do interesse de todos aqueles que estudam, tais como professores, atores, jornalistas, críticos de arte e artistas em geral, assim mesmo se lê no Volume I, de *Mitologia Grega*, p.15-16: *Se, a princípio, o estudo do mito nos interessou como um auxiliar poderoso e indispensável para melhor compreensão das línguas grega e latina e sobretudo de suas respectivas literaturas, a partir de 1982, quando começamos a trabalhar em dupla, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com o Psiquiatra e Analista Carlos Byington, é que percebemos com mais clareza o peso do mito, esse inesgotável repositório de símbolos, que realizam "a interação do Consciente com o Inconsciente Coletivo". É exatamente esse "tipo de mito" que procuramos transmitir não só a nossos alunos (...), mas particularmente a Universitários, Professores, Psicólogos, Psiquiatras e Analistas (...)* Assim, *Os Idílios de Teócrito e as Bucólicas de Vergílio*, *Empréstimos Gregos nas Éclogas de Vergílio*, *De Homero a Jean Cocteau*, *Teatro Grego: Origem e Evolução* e *Teatro Grego: Tragédia e Comédia* são contribuições para o panorama cultural do Brasil. As suas traduções, diretamente do grego, como *Duas Tragédias Gregas: Édipo Rei (Sófocles)*, *Hécuba (Eurípedes)*, *O Ciclope (Eurípedes)*, *As Rãs*, *As Nuvens* e *As Vespas (Aristófanes)* dispõem de uma introdução muito bem elaborada e notas de rodapé que apresentam esclarecimentos que colocam o leitor dentro do real legado helênico com o qual convive-se e desconhece-se, que, por desconhecer, cometem-se truismos como o de citar um pensamento já outrora exaustivamente refletido na Antiga Grécia. Não falamos aqui da sua esplêndida tradução de *Os Persas (Ésquilo)* e fita de vídeo sobre a tragédia grega, que serão lançadas em setembro.

Psicólogos, psicanalistas, psiquiatras, professores, jornalistas e estudantes universitários, principalmente os que são ligados às letras e artes, no seu sentido mais amplo possível, só quitarão sua dívida para com o grande pesquisador dos assuntos clássicos, se lerem suas edições da *Vozes*, como *Mitologia Grega*, *Helena: o Eterno Feminino*, *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega* e *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia e da Religião Romana*, onde são inevitáveis o justo preito e homenagem que os nossos esforços puderam colimar aqui.

OS AUTORES

1. Amós Coelho é Doutor em Letras Clássicas pela UFRJ, Professor do Instituto de Letras UERJ
2. Carlinda Nuñez é Doutora em Literatura Comparada pela UFRJ. Profª do Instituto de Letras/UERJ
3. Francisco da Silva Carneiro é Livre-Docente em Literatura Brasileira pela Universidade Gama Filho. Prof. do Instituto de Letras/UERJ

U

MA festa está programada para a Uerj neste semestre. É o lançamento da Rádio; a rádio comunitária da universidade, que se prepara para perturbar a monótona frequência das FMs cariocas - dividida entre a total pasteurização e a música "civilizada". "O

que vai diferenciar essa rádio é a participação, mais do que o próprio modelo. A gente está chamando as pessoas a fazerem sua própria comunicação", define um dos idealizadores da rádio, o aluno do curso de História, Marcelo Guimarães Dias, 24 anos.

Não só o dial será abalado pela Rádio, o projeto tem sido responsável por romper em parte com o estado de letargia em que se encontra a Uerj. "Ele extrapolou a sua origem de projeto de extensão e hoje sofre com o seu próprio tamanho", afirma Marcelo Dias. De fato, a Rádio conseguiu ser o projeto multidisciplinar por excelência a tanto pretendido pela universidade. Hoje, há mais de trinta alunos das mais diversas unidades acadêmicas trabalhando voluntariamente no projeto. "Esse projeto na sua origem é estudantil e até hoje quem está a frente dele são os estudantes. É uma questão dos estudantes assumirem esse espaço e relacionar isto com a comunidade." afirma, Dias.

A rádio nasce de uma grande festa promovida pelos alunos, como conta a estudante do curso de Letras, Tereza Cristina Gomes, 27 anos, "no final de 92, tinha uma festa no sexto andar, onde as pessoas se reuniam e transmitiam. O transmissor era do Marcelo Dias e havia umas 30, 40 pessoas, gente da UFF, da UFRJ. O interesse era transmitir, mas todo mundo se encontrava, cada um botava um disco, cada um falava, não tinha nada certo. Algumas pessoas iam à cantina e tentavam sintonizar a transmissão. Alguns amigos conseguiram pegar o sinal até na Usina".

Dessa fase original, restaram cinco alunos que fundaram o Núcleo de Comunicação Independente: "fizemos um círculo de leitura, lemos vários li-

NO AR



foto: Maximiliano Nogueira

A galera da Rádio reunida no seu QG, a sala ao lado da cantina, no 11º andar do campus.

"O que vai diferenciar essa rádio é a participação, mais do que o próprio modelo. A gente está chamando as pessoas a fazerem sua própria comunicação"

vros didáticos, ensinando como fazer uma rádio livre. Mas tudo só tomou corpo mesmo através do Fórum pela Democratização dos Meios de Comunicação, que o Marcelo Dias começou a participar, trazendo, para o resto do núcleo, informações sobre as formas legais para a transmissão." relembra Tereza Cristina.

"O Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação está elaborando um documento com o Ministério das Telecomunicações que diz respeito a um tipo de concessão pública de radiodifusão, que são as rádios comunitárias, durante o período de elaboração desse documento essas rádios estão liberadas, desde que não interfiram no sinal das rádios comerci-

ais", declara Dias. Segundo o Fórum, até o momento o governo autorizou apenas dezesseis rádios comunitárias que já estavam no ar. A morosidade das discussões e as pressões da Abert - Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão - põem em o risco o futuro dessa lei. A preocupação com a legalidade do projeto estava presente desde a sua fase embrionária. "Nós não chamávamos de rádio pirata e sim rádio livre, nós não queremos ser ilegais", explica Dias, "Nós estamos, junto ao Fórum e agora à administração central da Uerj, buscando respaldo legal para esta iniciativa, que é plenamente justificável, e a universidade aparece como um campo ideal para que isto aconteça.

"Nós fizemos o caminho inverso", relata Tereza Cristina, "ao invés da Uerj chegar até o Ministério das Telecomunicações e pedir uma concessão para uma rádio que não existe, iríamos montar uma boa rádio, com rock'n roll e *underground* sim, como a falecida *Fluminense* e as *College Radios* americanas, mas também com muita música popular brasileira, música regional, samba de verdade, novela, esporte, programa jornalístico, uma coisa tão ampla quanto a universidade e aí, o governo teria que nos explicar porque esta rádio não poderia entrar no ar."

O espaço encontrado para criar a Rádica foram as oficinas do Departamento Cultural. "A reitoria ficou sabendo do projeto, que consistia na época em um documento especificando a importância de uma rádio livre, a democratização dos meios de comunicação, equipamentos, como se colocava a rádio no ar e o nome das pessoas envolvidas. Este texto foi lido pelo Sub-Reitor de Assuntos Comunitários, Ricardo Vieiralves, que gostou da idéia e levou a até o Departamento Cultural. No final do ano passado, eles nos informaram que iriam apoiar o projeto. Eles não imaginavam que era tão fácil colocar uma rádio no ar: pegar um cabo de vasoura, botar uma antena, ligar o transmissor e transmitir", constata Tereza Cristina, lembrando as dificuldades de início: "a Uerj não podia apoiar oficialmente este projeto, ela concedeu quatro bolsas para que implementássemos a oficina, mas todo e qualquer equipamento era do aluno. Um trouxe uma *pick up*, outro um gravador; tudo muito velho para que a mãe deixasse sair de casa. Com as bolsas, nós pretendíamos comprar mais equipamentos, mas não é preciso dizer que ela não é suficiente nem para almoçar todo dia."

O próximo passo foi convocar outros alunos a participarem das reuniões da rádio. O que foi feito através de panfletagens pela universidade, que levaram setenta pessoas ao auditório 91 para discutir o projeto da rádio livre. Hoje, boa parte dessas pessoas e outros que entraram mais tarde estão espalhadas pelos mais de quinze programas que compõem a programação da rádio, como conta Tereza Cristina: "cada programa tem sua autonomia. Nós do Núcleo não interferimos no programa nem a reitoria tem interferido."

Se alguém chegar e dizer 'eu quero fazer um programa só de Beatles', nós não diremos o que ele deve fazer, talvez dar alguma orientação, caso seja necessário".

Um dos programas mais aguardados é a *Voz do Brasil*, que irá ao ar todos os dias no horário em que as rádios comerciais transmitem a *A Hora do Brasil*. "A proposta do programa é trazer expressões da música brasileira sem espaço na mídia. Desde o repentinista da feira de São Cristóvão até um compositor de Marechal Hermes. Tocaremos tudo o que for brasileiro e expressivo, até Caetano Veloso", define o coordenador do programa José Luiz de Souza Varella, 25 anos, aluno do curso de Letras. Zequinha, como é conhecido pelos amigos, acaba delineando um dos aspectos mais positivos do projeto para a universidade: a sua transdisciplinaridade, ao ser perguntado sobre a estranheza de um aluno de letras estar num projeto de rádio, que a princípio caberia a um estudante de comunicação, ele responde: "o programa de que eu faço parte é de música brasileira, que tem um grande envolvimento com a poesia, através da letra, da métrica, da rima, e não sou apenas um aluno de letras, eu sou um músico (baixista)".

Às vésperas de entrar no ar, a Rádica enfrenta, além dos entraves para se conseguir a concessão, a dificuldade de administrar o seu próprio tamanho. Hoje a forma pela qual a rádio deve existir juridicamente divide opiniões até mesmo dentro do Núcleo. "Nós estamos num momento de muita experimentação e estamos chegando a conclusão que a rádio tem que ser uma associação. Agora, isso tem de ser debatido. O que parece claro é que se vincularmos a rádio à universidade, ela estaria estritamente relacionada à reitoria - não que ela não esteja e não estará, mas não queremos que seja de uma forma estreita, ou seja: mudou o reitor, mudou a rádio, o reitor seria o dono da rádio. Isso significaria a sua morte e seria burro. Nós queremos constituir a nossa própria instância, que seria uma associação vinculada à Uerj e não à Reitoria. Uma associação com conselho fiscal e participação da comunidade, a princípio seria formada por estudantes e funcionários, mas qualquer membro da comunidade vai poder participar", defende Marcelo Dias.

Vai ouvir o quê?

ROTA 55

Rockabilly puro, pra quem gosta de lambretas, brilhantina e muita guitarra.

ANARQUIA

Pra você que gosta de música sem pré-conceitos. A boa música, de onde quer que ela venha.

SPACE CAKE

Radicalismo ao extremo. Barulho, fitas demo rock, punk rock, hardcore e qualquer novidade que aparecer por aí. Pornografia fonográfica.

LINGUA NUA

Literatura no Rádio. Poesia crua, cheirando a asfalto. A vez da palavra. Os ouvidos que se acostumem.

CAMALEANDO

Cada dia é uma cor, cada cor é uma idéia diferente. Um programa que muda de formato conforme a lua.

OUTRAS PALAVRAS

Jornalismo, esporte, política, cultura, universidade, comunidade. Através de matérias, entrevistas, e outras palavras. . .

A VOZ DO BRASIL

Música brasileira na hora em que você mais precisa. Informações e novidades sobre o verdadeiro Brasil.

CLÁSSICOS

Os reis do Rock. Ouça de joelhos.

PAU-BRASIL

Rock nacional, desde os tempos de Cabral até hoje.

LOCAL POINT

Surf music, informações sobre as ondas, e tudo que diz respeito aos domínios de Netuno. O Havaí é aqui.

COPA E COZINHA

Esporte e mulher. Tudo o que você sempre quis saber sobre esporte, mas nunca teve coragem de perguntar...

ESPECIAL

C
I
N
E
M
A

100
ANOS

a r t e

A dimensão do sagrado



I v a n a B e

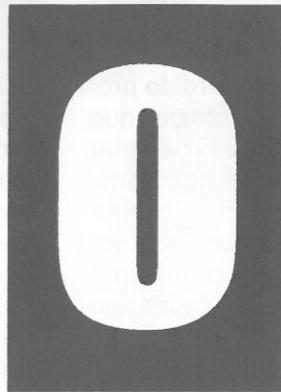
A autora deste artigo é crítica e pesquisadora de cinema, faz
professora e coordenadora do Curso de Rádio e Televisão. Est
e Pasolini: pontas de lança da modernidade latina, que desan

no cinema de Glauber e Pasolini



entes

z doutorado na ECO/UFRJ, onde é
e texto é parte da pesquisa Glauber
envolve com o apoio do CIEC/UFRJ.



CINEMA de Glauber Rocha e Pier Paolo Pasolini mantêm uma estreita relação com os mitos e o sagrado, fascínio que se traduz, nos seus filmes, numa abordagem singular da complexa questão da sobrevivência, transposição e recriação do mitológico na cultura popular e na cultura de massas contemporânea. Um tema que está muito próximo do próprio cinema, produtor de novas mitologias.

O que, ainda hoje, é encarado como dejeito, arcaísmo, resquícios obscurantista, misticismo, frente ao que seria

uma cultura "iluminista" aparece nesses autores com um sentido transformador, isso desde as décadas de 60 e 70, quando ainda prevalecia um discurso crítico, redutor (a leitura marxista), das diferentes formas de mística e mitologia, encaradas como práticas conformistas, fatalistas, condenadas em bloco junto com as manifestações de religiosidade.

Em Glauber e Pasolini, ao contrário, a dimensão do sagrado é investida de um poder transformador. Religiosidade e misticismo ganham um caráter de resistência cultural e de afirmação de algo como uma identidade multicultural que é também um sincretismo e um pluralismo. Essa transfiguração do mitológico e do sagrado vai ser operada a partir de uma noção de história que não é nem evolucionista nem teleológica, mas, poderíamos dizer, cumulativa, "geológica".

Glauber revisita e encena manifestações populares pouco valorizadas na cultura brasileira: toda uma mitologia popular que inclui desde os ritos dos pescadores numa aldeia da Bahia, como em Barravento; o messianismo, a macumba, os ritos africanos, a literatura de cordel, como aparecem em Deus e o Diabo na Terra do Sol e no O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro; até o catolicismo sincrético de A Idade da Terra.

Pasolini, por sua vez, transfigura o mitológico em atual adaptando, por exemplo, tragédias gregas como Édipo Rei e Medéia. O classicismo grego é reelaborado, atravessado por linhas do presente. Vemos surgir uma Grécia africanizada e bárbara que vive a passagem da idade do mito à idade da razão. Pasolini, como Glauber, vai procurar na própria mitologia cristã, na vida de Cristo, algo que possa servir às suas idéias políticas. Em O Evangelho Segundo São Mateus constrói um Cristo que, sem deixar de ser fiel à letra do Evangelho, compara-se a um líder estudantil de Maio de 68: um guerrilheiro, uma figura desestabilizadora, cujo discurso é tanto político quanto religioso, bem distante da imagem apaziguadora da tradição cristã.

Pasolini volta-se ainda para a literatura popular, picaresca, satírica, da Idade Média italiana, inglesa e do mundo árabe, nos chamados filmes da Trilogia da Vida: adaptação do Decameron, do escritor italiano Giovanni Boccaccio, dos Contos de Canterbury, do poeta inglês Chaucer e das 1001 Noites inspirado nos contos árabes. Filmes que revelam não só um fascínio por essa mitologia popular do século XIV, mas também por um certo erotismo perdido próprio a essas sociedades antigas que Pasolini tenta resgatar e confrontar com o que chama de "a sexualidade sob o capitalismo". Em Glauber e em Pasolini, o que poderia ser considerado um "misticismo trágico e fatalista" não impede qualquer tipo de ação mais objetiva. Nos dois autores, à estrutura circular que caracteriza a narrativa mitológica, o tempo mítico feito só de repetições, vem se acrescentar urgências do presente. É essa a genialidade de Glauber Rocha quando cria uma estética, uma poética e uma política para o mitológico e o religioso em filmes como Deus e O Diabo, O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro, A Idade da Terra.

Em Barravento, seu primeiro longa-metragem, Glauber oscila entre o discurso crítico, a cumplicidade e, finalmente, a afirmação do misticismo e do religioso como resistência cultural, resistência que não implica estagnação ou medo, mas confronto da tradição com o novo (1). Confronto que diz respeito não apenas a cultura brasileira, mas às próprias culturas ocidentais na sua tentativa de lidar com o discurso mítico, com o caráter mágico, "sobrenatural", "irracional" em confronto com a racionalidade.

Aparentemente tão fabulosas e distantes da realidade, as práticas mitológicas estão marcadas por fatos cotidiano e concretos. Em Medéia, de Pasolini, os rituais dionisíacos, danças, bebidas, sacrifícios com ingestão de carne e san-

gue humanos, invocam proteção para a lavoura, o fortalecimento de plantações, ritos fundados a partir de experiências concretas, experiências corporais e cotidianas transfiguradas numa relação mítica que relaciona os cereais, o sangue e a ressurreição. Do mesmo modo, a repetição de alguns ritos e tabus em Barravento asseguram a fartura da pesca e a sobrevivência dos habitantes da aldeia.

Essa relação entre o mais "fabuloso" e o mais prosaico emerge no próprio contraste de um estilo documental dos autores na filmagem dos ritos, com todos os seus detalhes "inexplicáveis", e a narrativa ficcional. A relação entre documento e ficção desdobra-se e reflete outros pares: natureza e cultura, civilização e barbárie, geografia e história. Distinções e oposições que se diluem e dissolvem, mas do que se afirmam no cinema desses autores e isso em vários níveis.

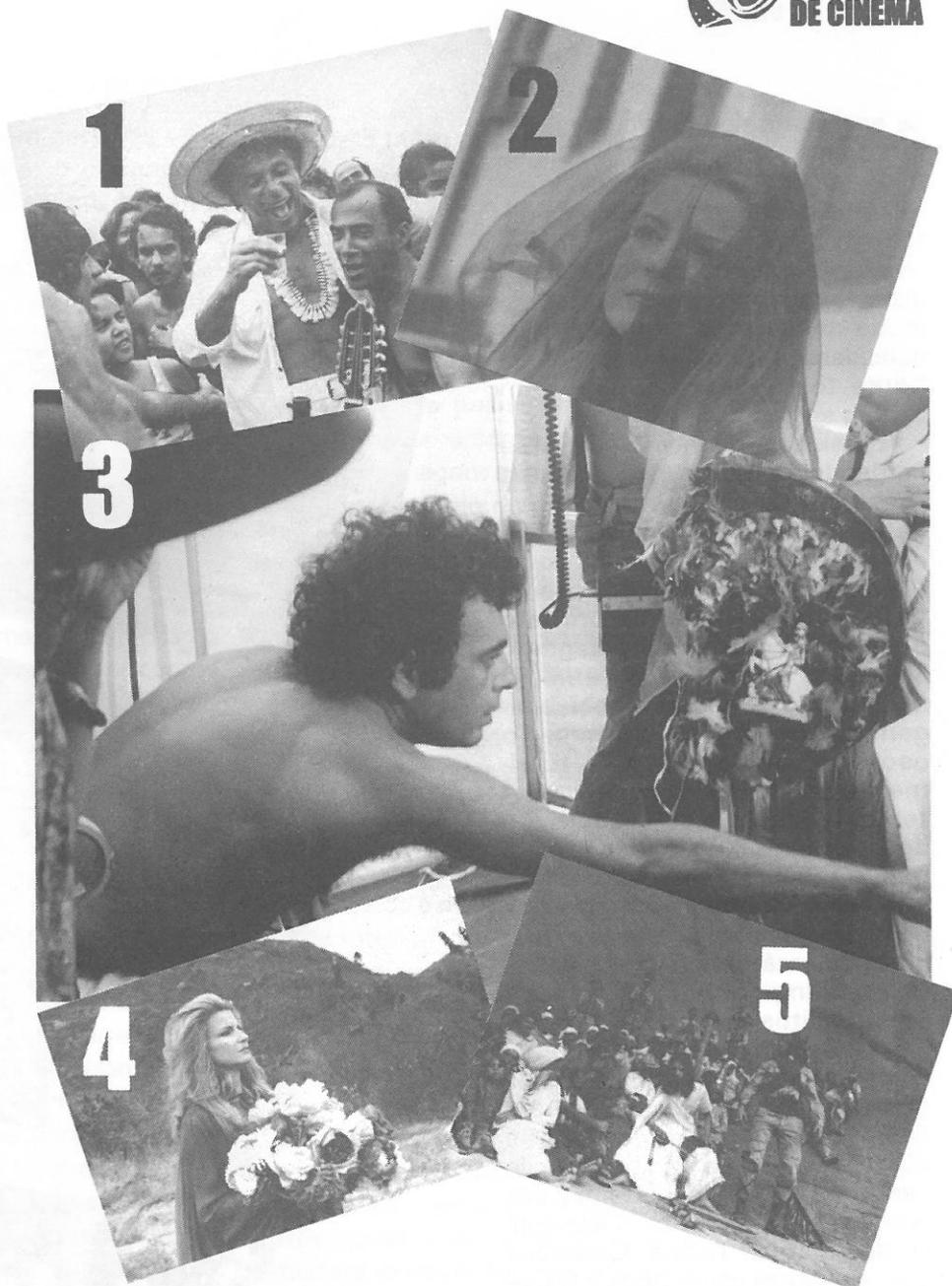
A idéia de que a Terra detém todas as potencialidades da História, que é rica em virtualidades marca o cinema de Glauber e Pasolini. A geografia, assim como a geologia, nesses autores é por definição dinâmica e a história não é encarada como progressão, mas como processo. Assim, não há porque separar a geografia da história, elas se confundem, do mesmo modo que os cenários dramatizam a história. Nos dois autores, os elementos e cenários naturais (os desertos, o sertão, as paisagens selvagens, o vento, a água) são utilizados de forma dinâmica e atuante. Os personagens pertencem à terra e se confundem com a paisagem. A cultura não é encarada como algo que se opõe a natureza, mas como a natureza continuada por outros meios.

Medéia é um filme exemplar na encenação da passagem mito/razão. A tragédia de Eurípedes encena a tentativa falhada de domar, de excluir a natureza, o irracional, e opô-la

à cultura. Os próprios cenários - Medéia foi filmado na Turquia, numa cidade antiquíssima da Capadócia, toda escavada na terra - são um monumento à antiguidade bárbara incrustada na Grécia clássica. O cenário natural, escavado na terra, modelado pela erosão, pelo vento e pela chuva, é fabuloso e ao mesmo tempo cru e realístico, contrasta com a branca simetria da arquitetura dos palácios do rei e dirigentes de Corinto.

O filme encena a passagem da natureza à cultura nos três níveis fundamentais: a convivência entre o mitológico e o racional, a expulsão desse mitológico, e seu retorno desmesurado e incontrolável de forma destruidora ou positiva. A Grécia africanizada de Pasolini, bárbara e clássica, traz a marca do dionisíaco e do apolíneo. Como num cine-jornal, o espectador assiste ritos que festejam a animalidade que habita o homem. Danças frenéticas, bebidas, a carne humana dilacerada e ingerida, alegria e "crueldade", tudo é marcado pela desmesura. Um jovem vai ser morto e é apresentado sorridente até a hora de ser despedaçado. A alegria da morte ritual, o prazer da dor são os sentimentos predominantes.

Pasolini valoriza esse estado bárbaro, onde ainda existe um vitalismo cruel e positivo, um estado de prazer e de paixão que se opõe ao que seria uma racionalidade fria ou utilitária. Todo o filme é marcado por esses ritos cruéis e alegres: de pura dança e música, onde a própria morte e sofrimento são encaradas positivamente. Natureza dionisíaca que estaria próxima do divino, de deus e dos animais. Natureza encarnada pela própria Medéia, feiticeira poderosa e temida ferida pela racionalidade de Jasão (Medéia é totalmente dominada por forças da natureza; ela se diz a neta do sol e é capaz de dominar o fogo e a água). A figura do Centauro, metade homem, metade animal, é símbolo des-

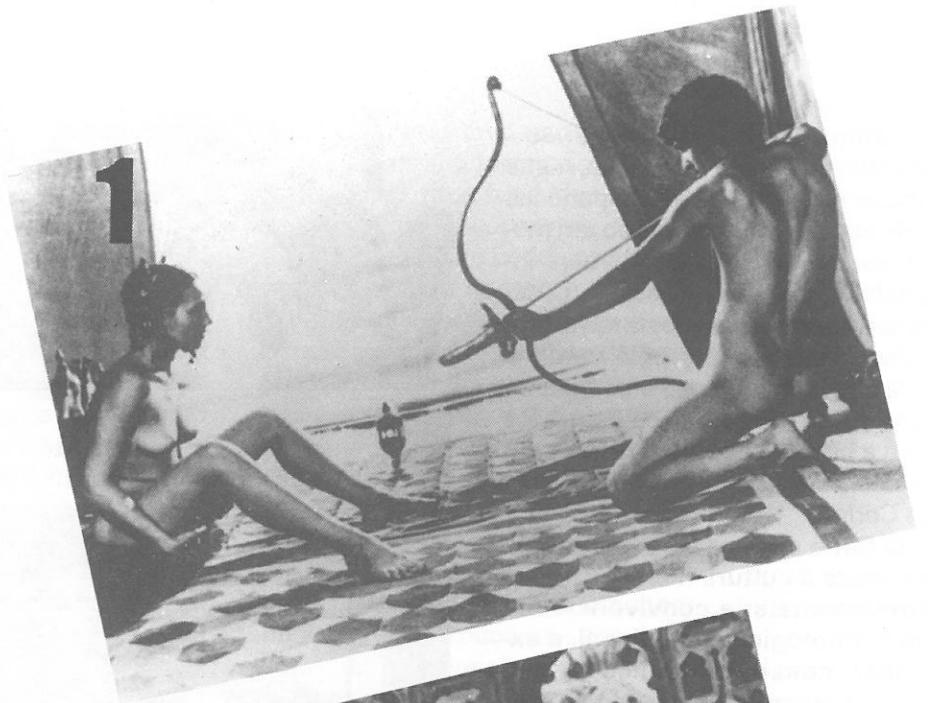


1. Jece Valadão (ao centro) em *A Idade da Terra*
2. Odete Lara em *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*
3. Glauber Rocha no set de *A Idade da Terra*
4. Odete Lara em *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*
5. A santa e os cangaceiros em *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*

sa passagem natureza/cultura. Ele fala de um tempo mítico, a antiguidade, quando mito e razão ainda estão totalmente imbricados e os mitos eram experimentados concretamente no cotidiano: "Tudo é santo!" diz o Centauro: É esse caráter sagrado da natureza que o mito vai considerar, o mito é isso que transfigura todo evento natural num evento sagrado.

Sacralização do mundo que vai se perdendo, dissipando, diluindo, na passagem do mito à razão, e que Pasolini encena através da tragédia que destitui Medéia de seus poderes e magia. A racionalidade predatória reduz o sagrado a um fato positivo: o velo de ouro sagrado se traduz em poder material. O que restou de sagrado na passagem do mito à razão é um certo uso do sagrado para fins totalmente prosaicos e positivos. A terrível vingança de Medéia é a contrapartida da cassação do mito. A qualquer momento o projeto mais racional pode reverter no mais irracional. A qualquer momento o caráter bárbaro, a barbárie pode impor-se, fazer valer os seus direitos cassados.

A passagem do mito à razão, a sobrevivência do mitológico e do religioso num mundo dessacralizado, a contemporaneidade do "bárbaro" e do "civilizado", a positividade do "arcaico", todos esses temas são retomados de forma bem específica por Glauber Rocha. Questões que, em filmes como Deus e O Diabo ou O Dragão da Maldade, são reelaboradas em relação a própria realidade brasileira. Como em Pasolini, Glauber não se limita ao histórico, fala do presente, da atualidade. Ao filmar Medéia na Turquia contemporânea, Pasolini chama atenção para a atualidade da questão na própria modernidade: o que teria sobrado do sentimento do sagrado, do fabuloso, do mitológico, desse vitalismo "bárbaro" numa sociedade cada vez mais prática e utilitária, racional, unificada sob o signo de uma espécie de capitalismo internacional.



1, 2 e 3. Cenas de As Míl e Uma Noites, de Pasolini

Glauber também parte de uma situação histórica, o cangaço e misticismo no nordeste brasileiro dos anos 40 e o que sobra dele, para encenar algo absolutamente atual, valendo-se de todo um arsenal de lendas, histórias e epopéias populares reelaboradas. A atualização que um filme como o *Dragão da Maldade* realiza de modo ainda mais explícito.

Nesse filme, o caráter teatral, a idéia de encenação é explorada em todos os níveis. Os beatos são dispostos num cenário natural altamente estilizado, formando algo como um presépio, com santos em carne osso. Todos os personagens tem esse caráter de ícones vivos: as roupas são super-caracterizadas, numa mistura, num sincretismo de símbolos e simbologias indecifráveis. Glauber cria um tipo de figurino que, sem ser estranho ao contexto, sem deixar de ser documental, é absolutamente cenográfico, ficção: uma mistura de folclore africano com a simbologia cristã e toda uma estética bem própria do catolicismo (crucifixos prateados, "folhinhas" coloridas de Cristo na parede, todo o kitsch católico). O colorido do filme, bellssimo, acentua esse caráter meio irreal e também simbólico dos personagens. Laura (Odete Lara) é uma verdadeira aparição com seus vestidos flutuantes e diáfanos. Ao lado de Mattos (Hugo Carvana) forma uma espécie de dueto numa ópera encenada num presépio natural sincretico.

O *Dragão da Maldade* leva a exasperação a estética de Deus e O Diabo. Glauber teatraliza a ação, monta uma ópera popular a partir dos elementos da própria literatura de cordel, do folhetinesco. A narrativa é cantada tanto quanto contada, o canto comanda a ação. A questão do misticismo é retomada de um fil-

me para outro num novo plano. A ambigüidade e negatividade de alguns personagens de Deus e o Diabo torna-se positividade no *Dragão*. As forças de mistificação, a legitimidade da violência transformadora do cangaço são contrapostas a um certo decadentismo urbano. Glauber vai mostrar a positividade desses personagens: a santa, o cangaceiro, o personagem mítico de Deus e o Diabo, Antônio das Mortes, etc. O filme opera uma mudança radical: o matador torna-se protetor dos cangaceiros e beatos, o negro Antão deixa seu conformismo, o professor (Othon Bastos) sai do seu niilismo e pega em armas encarnando a força guerreira de um São Jorge (mistura de beato e cangaceiro, santo guerreiro). Até o padre da paróquia acaba de fuzil na mão.

Glauber dá aos seus personagens mitológicos e místicos uma positividade total. Diante da miséria absoluta, a saída pelo misticismo e pela revolta armada (o cangaço como uma espécie de revolução sem ideologia: apropriação de terras, redistribuição de renda, enfrentamento dos poderosos, etc.) é uma estratégia, uma composição possível. Da terra, do cenário de miséria, arranca-se uma saída. O mito, o místico, o sagrado, encontra um suporte material, o corpo armado do cangaceiro, esse encontro opera reinvenções, mais que repetições. A história não é contada, não é simplesmente progressão, é encenação e canto, reelaboração e invenção na repetição de refrões, procedimento que Glauber vai levar às últimas conseqüências em *A Idade da Terra* e *Pasolini em Salò*. Cassação da narrativa em nome de um afresco, de um presépio, da Terra que detém todas as potencialidades da História.

À Diretoria da Asduerj e à Equipe da *Advir*

Com satisfação registramos o recebimento da edição nº 6 da revista *Advir*. A diretoria da Adufrgs e sua Assessoria de Comunicação saúdam esta entidade pelo sucesso obtido na escolha dos textos e pela aprimorada apresentação visual.

Parabéns!

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente,

Ao agradecer a gentileza da remessa da edição de número 6, julho de 1995, da revista *Advir*, quero felicitá-los pela iniciativa da publicação do estudo *Universidade: notas para uma autocrítica necessária*, do professor Cristóvam Buarque, que constitui notável investimento à reflexão que se imprõe sobre o esta da universidade no país.

Ao lado de Darcy Ribeiro, que há muito se vem ocupando da matéria, como menciona o autor na remissão do trabalho *A universidade necessária*, o professor Cristóvam Buarque tem desenvolvido um esforço de enfrentamento de indissiocrasias referidas na apresentação do volume, responsáveis pela estagnação e pelo conformismo em que hoje patina a universidade.

Receba e transmita a seus companheiros do Conselho Editorial, pois, nossos cumprimentos pela contribuição que oferecem a reflexões tão oportunas quanto imperiosas.

Com a renovação das expressões de meu apreço, firmo-me.

Cordialmente.

DEPUTADO MAURÍCIO AZÉDO

copacabana filmes apresenta

yoná magalhães
gerald d'el rey
othon bastos
mauricio do valle

deus e o diabo na terra do sol

um filme de glauber rocha
produção: luiz augusto mendes



ESPECIAL
100 ANOS
DE CINEMA

ADVIR Nº7

DOCUMENTO

ENGARTE

ASQUERI/OUTUBRO DE 1995

